O time de Opinião está na página 4

Helena Greco

José Eudes

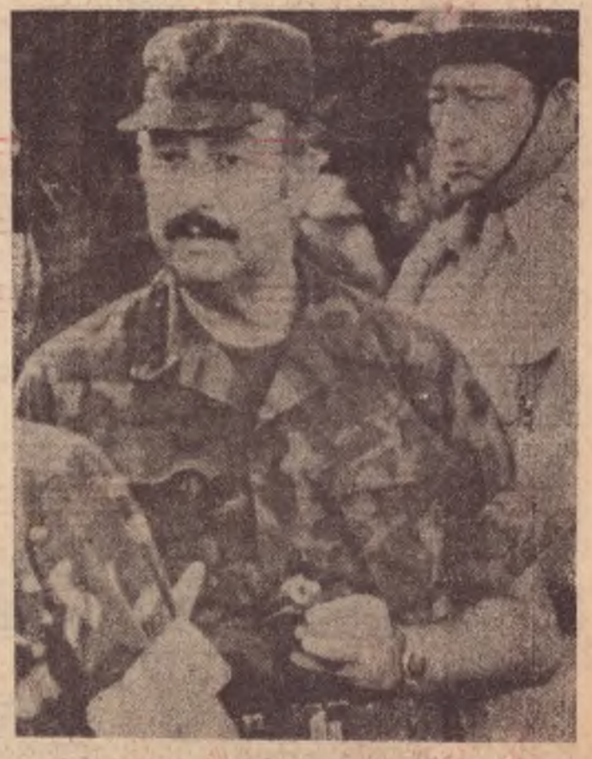
Valmor de Luca

Zé Pedro

EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL - ANO II - N.º 68 - Cr$ 15,00 - 15 A 21 DE JUNHO DE 1979

Metalúrgicos e estudantes brasileiros apóiam a insurreição na Nicarágua



O Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas, e a Diretoria Provisória da União Nacional dos Estudantes (UNE) manifestaram-se claramente a favor da luta do povo nicaraguense contra a ditadura de Anastasio Somoza, agora em sua fase insurreicional. As posições dos representantes dos metalúrgicos e dos estudantes brasileiros estão na página 7 e na página 12. Na página 13 (Internacional), os riscos de continuidade do somozismo, mesmo após a derrubada de Somoza. E, aqui, os últimos lances do cerco à capital do país, Manágua, empreendido pelo povo em armas, liderado pelos guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

O secretario de Estado norte-americano, Cyrus Vance, anunciou na última quarta-feira, quando fechavamos esta edição, que propôs a realização de uma reunião de emergência da Organização dos Estados Americanos (OEA), para tentar pôr fim ao conflito na Nicarágua. Vance deixou claro que os Estados Unidos são favoráveis a uma solução "política da crise" e que confia que "o sistema interamericano encontrará os meios de alcançar o cessar-fogo e o fim do envio de armas de outros países para a Nicarágua".

A fala de Cyrus Vance insinua uma saída intervencionista. Na linha do que já dissera o senador Edward Zorinsky (democrata de Nebraska): "Carter deve agir diplomaticamente se for possível e militarmente se for necessário". São as últimas cartadas do imperialismo na tentativa de sufocar a revolução nicaraguense.

Apesar, de na última quarta-feira, os combates terem diminuido em torno da capital — e ter sido restabelecido o acesso ao aeroporto La Mercedes — (pelo menos é o que dizem os telegramas das agências de notícias provenientes de Manágua, sem dúvida alguma censurados pelo agonizante regime de Somoza), o povo nicaraguense em armas, liderado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e outras organizações de oposição, está avançando contra a última cidadela do ditador. Ainda na noite do dia 13, um porta-voz do Partido Socialista dos Trabalhadores da Colômbia (PST) informou que uma brigada de combatentes chegará no sábado à Nicarágua, para engrossar as fileiras sandinistas. A "Brigada Simon Bolivar" é uma entre muitas das que estão partindo de países da América Central e da América Latina como um todo. Já na Bolívia o candidato à presidência pelo Partido Socialista, Marcelo Quiroga, exigiu do governo do seu país "o imediato rompimento das relações diplomáticas com o regime de Somoza".

O regime brasileiro manifestou-se contra "medidas intervencionistas" na Nicarágua, mas a cada dia fica mais evidente que o Brasil está vendendo armas para a ditadura somozista. Na última terça-feira, um piloto que desertou das fileiras da ditadura voltou a denunciar o governo brasileiro como fornecedor de armamentos a Somoza.

Como os metalúrgicos reunidos no Congresso de Poços de Caldas e os estudantes representados pela UNE, os trabalhadores brasileiros de modo geral repudiam a ajuda do regime do general João Figueiredo a Somoza e exigem o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Nicarágua somozista.

Patrão da Fiat quer greve. Operários descobrem por quê

Patrões da Fiat e FMB (em Minas) acumulam estoques e estão estimulando um clima de greve nas suas empresas. Os trabalhadores contudo já descobriram toda a jogada. Conheça a história em detalhes na página 14.

Debate sobre a greve dos jornalistas de SP

A posição da diretoria do Sindicato e 3 depoimentos de jornalistas com papel destacado no movimento grevista, pertencentes ao Comando Geral: Perseu Abramo, José Américo e Ricardo Moraes.

Pág. 11

Resposta ao «Estadão»

David de Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, envia carta-resposta à direção dos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde", na tentativa de corrigir as mentiras publicadas por esses jornais sobre a greve dos jornalistas e restaurar a verdade dos fatos.

Pág. 10

PAULEIRA

Sequestro à gaúcha é rotina nos pampas. Repressão política da Argentina e Uruguai trabalham de braço dado. E com eficiência. É a internacional da tortura no Cone Sul.

Pág. 5

REPORTAGEM NO CAMPO

O "progresso" no Rio São Francisco ameaça oito milhões de lavradores em cinco estados. Uma denúncia da igreja católica.

E mais: um movimento de oposição sindical brota na zona rural de Goiás para espantar o espantalho do peleguismo.

Págs. 8 e 9

Exclusivo

Diretoria da UNE faz seu balanço do Congresso

Numa mesa redonda exclusiva para EM TEMPO, 6 diretores da União Nacional dos Estudantes avaliaram, logo depois de sua reunião em São Paulo nos dias 7 e 8 últimos, as conquistas do Congresso de Salvador e as divergências políticas principais. O debate, as resoluções da reunião da diretoria, nas páginas 6 e 7.

GERAIS

MIOPIA

O deputado federal Alberto Goldman, do MDB paulista, depois de votar contra a instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para tratar das violações dos Direitos Humanos, teve a coragem de dizer que "toda a discussão da CPI de tortura foi uma discussão em torno do vazio, do nada, do zero absoluto".

Se o deputado acha que as centenas de mortos e desaparecidos, os milhares de torturados, todos vítimas do regime, são um zero absoluto, ou sua miopia está aumentando demais ou o deputado não honra mesmo seus compromissos. Afinal, quando ele foi eleito, dizia defender a anistia ampla, geral e irrestrita e o desmantelamento do aparelho repressivo. **(SA)**

O ditador da Nicarágua, que está caindo, chama-se Anastasio Somoza Debayle. A pronúncia do nome dele é — em português — Anastácio sô moça de baile. Não é à-toa que ele está dançando. (RVN)

Nós, imperialistas

Segundo o general Costa Cavalcanti, "para nós é importante a permanência de Stroessner, porque ele é um entusiasta de Itaipu". Ou seja, ao Brasil interessa a ditadura de Stroessner no Paraguai porque ela defende a submissão aos interesses brasileiros.

Este é o papel odioso dos imperialistas (no qual está se inserindo o Brasil): defender e apoiar ditaduras opressoras de outros povos em função de interesses próprios.

Triste fim está tendo o "estado de exceção" instaurado no Brasil. Vendemos armas para ditadores como Somoza e Pinochet, desestabilizando governos progressistas (como foi o de Torres na Bolívia) e sustentando ditaduras vizinhas. Não se contentaram em encher de infelicidade o povo brasileiro e estão exportando essa infelicidade para todo o continente. O fim do "estado de exceção" precisa ser também o fim dessa prática imoral. **(RVN)**

Socialismo arenista

Tem de tudo neste país onde o governo ousa insistir na "abertura" mantendo intocável seu aparelho nacional de opressão e repressão.

Imaginem só que o arenista Alexandre Costa Jr., deputado estadual pelo Maranhão, disse que o socialismo tem que ser implantado no Brasil. E socialismo do tigo chinês, que é próprio e "não é soviético ou cubano". Segundo ele é um regime democrático, anticapitalista, onde não existe a propriedade privada e o Estado será o grande "administrador das coisas públicas"!

Essa é demais. Nem o Figueiredo quando candidato dizia tal coisa.

Esse deputado que tendo sido eleito com voto de curral sob argumento de que numa estrutura atrasada como a do Maranhão não tinha outro jeito, só pode estar brincando! Ou, quem sabe, quer garantir seu lugar ao sol num momento político onde o movimento popular avança, fazendo um discurso esperando continuar enganando alguns. Olho nele: de arenista pra socialista, assim, assim... **(SZ)**

Fogo neles

O governo fez, há 60 dias, um acordo de cavalheiros (?) com os supermercados para congelar os preços. Parece que a única coisa que ficou congelada esse tempo todo foi a vergonha na cara de ambos os "cavalheiros".

Segundo uma pesquisa da "Folha de São Paulo" os preços congelados subiram 5% nesses dois meses que durou o acordo. Só o chuchu (o culpado de sempre) subiu 377%, a abobrinha 274% e o repolho 200%. Na média, os produtos hortifruticolas (que é o que se come) subiram 39%. Ou seja, a comida vai continuar a pesar cada vez mais no bolso e cada vez menos no estômago.

Está na hora da gente botar fogo nesses "congeladores" fajutos dos preços. **(SA)**

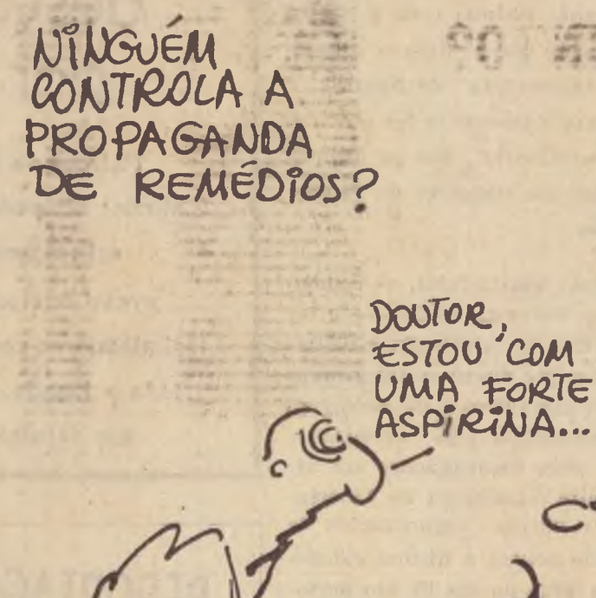
Vai pro inferno

No tempo em que a Igreja — em São Paulo — estava sempre de braços dados com o poder, era arcebispo aqui o cardeal D. Agnelo Rossi, que se relacionava muito bem com o governo. E o governador paulista (o primeiro biônico de São Paulo) era o hoje esquecido Abreu Sodré. Para quem não se lembra do governo Sodré, lembramos que foi na sua época que foi criada a famosa Operação Bandeirantes (OBAN), precursora do Doi-Codi. Foi na época de Sodré, também, que começou a impunidade do delegado Fleury e que o Esquadrão da Morte agiu livre e intensamente em São Paulo.

Pois é, e Dom Agnelo Rossi achando tudo muito bom.

Agora, de passagem por Campinas, D. Agnelo declarou-se contrário à anistia aos que "praticaram atos de terrorismo ou assaltos a instituições financeiras". Ele diz: "Não se pode perdoar criminosos e terroristas, sem que se saiba se não retornarão ao crime, para abalar a paz...". Acha ainda que as autoridades brasileiras têm, em geral, boa vontade mas que nem sempre conseguem solucionar de imediato os problemas do país.

Alguém esperava outra coisa de Dom Agnelo? **(RVN)**



Democracia magalhânica

E o Magalha, o democrata Magalha, lembram dele? Isso, o dono do Banco Nacional que queria ser o presidente da República para redemocratizar o Brasil (o que seria uma obrigação, afinal foi ele que começou isso tudo que está aí). O que anda fazendo Magalhães Pinto? Isso não sabemos mas o banco dele está cada vez mais safado. Vejam só: desrespeitou até recomendação da própria Federação Nacional dos Bancos e não deu o abono de 20% para os bancários mineiros. Para não passar em branco, fez apenas uma contraproposta de dar 20% somente aos que ganham salário-mínimo (existe isso no banco do Magalhães!) e assim mesmo a partir de julho.

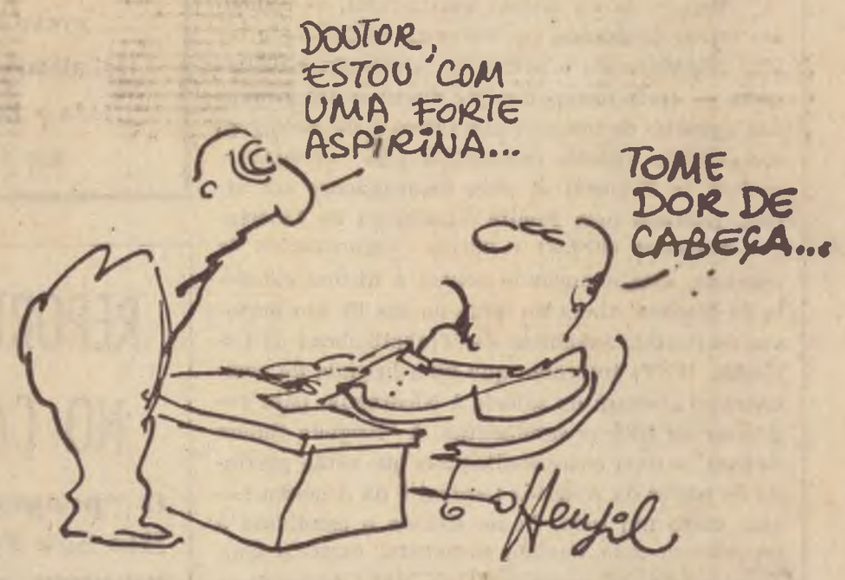
Os bancários mineiros estão protestando — com muita razão — contra o Banco Nacional e nós — que não temos nada a ver com isso — podemos nos dar por felizes por não ter o Magalhães Pinto mandando no salário de todo mundo. E' essa democracia que o senhor queria para o Brasil, Magalhães? Com dinheiro para os patrões (banqueiros, no caso) e miséria para os empregados? Para isso não precisamos de nenhum "redemocratizador", já está assim **(RVN)**

Maluf-Babá e os 40 ladrões

Com a subida de Maluf ao governo do Estado de São Paulo, algumas pessoas estão tendo chance de vingar-se de maneira inesperada de seus desafetos, que são a justiça e outras instituições.

Assim é que o economista Eduardo José de Souza Prianti, considerado mau pagador pela Caixa Econômica Estadual, que o tinha na lista negra dos que não mereciam crédito, acabou agraciado por Maluf com o cargo de diretor daquela instituição. Como era de se esperar, imediatamente o sr. Prianti aumentou o salário de um primo — Amauri Prianti — de 16 mil para 60 mil cruzeiros e aproveitou para demitir a advogada da Caixa, Maria Margarida Tosta que, vejam só que coincidência, foi encarregada pelo Departamento Jurídico de cobrar, em 1975, as dívidas do próprio Prianti.

Esses são nossos dirigentes, esses são os padrões morais que servem de exemplo para os paulistas. A turma do Al Maluf está deixando longe a do Al Capone **(RVN)**



CONVITES

Psiquiatria em debate

O Dr. Franco Basagla, renomado psiquiatra italiano, está em São Paulo, onde vai promover uma série de conferências. O dr. Basaglia foi Diretor dos Serviços de Saúde Mental da Região de Trieste, na Itália, onde iniciou uma experiência original e crítica, dando novos rumos ao atendimento psiquiátrico. Sua experiência é mundialmente conhecida, sendo indiscutivelmente, na Europa, o psiquiatra que mais desperta polêmicas e debates.

O Dr. Franco Basaglia, vai dar duas séries de conferências. Uma para profissionais e estudantes de saúde, nos próximos dias 18, 19, e 21 de junho, sempre às 20h30, no Sedes Sapientiae (Rua Ministro Godoy, 1484 — Perdizes), cujos temas serão: As técnicas psiquiátricas como instrumento de liberação ou opressão; A atuação da equipe psiquiátrica na comunidade e A integração da psiquiatria nos programas de saúde pública. A outra série de conferências, aberta à participação do público, será nos dias 20 e 22 no Teatro de Cultura Artística (Rua Nestor Pestana, 196).

As inscrições para as conferências podem ser feitas até o dia 15, sexta-feira, nos seguintes endereços: Rua Dr. Seng, 43; Rua Ministro Godoy 1484 e Al. Gabriel Monteiro da Silva, 639.

Show da Imprensa Alternativa

No dia 18 de junho, segunda-feira próxima, será realizado um show musical na Sede Social do FLAMENGO, av. Rui Barbosa, n.o 170, Morro da Viúva, com início às 21 horas. Sua renda se reverterá em benefício da Imprensa Alternativa.

Participarão do Show os seguintes artistas: João Bosco, Luiz Gonzaga Jr., Paulo Moura, João do Vale, Grande Otelo, Boca Livre, Oswaldo Montenegro, Vital Farias, Elba Ramalho, Geraldo Azevedo, Stepan Nercessian. A direção musical estará a cargo de: Aldir Blanc, Paulo Emílio e David Tygel.

O espetáculo será uma promoção da Associação Brasileira de Imprensa — ABI, Sindicato dos Jornalistas Prof. do Município do Rio de Janeiro, Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões e dos jornais alternativos VERSUS, EM TEMPO, REPORTER, COMPANHEIRO, MOVIMENTO, LAMPIÃO e PASQUIM.

Os ingressos custarão Cr$ 100,00 e para os sócios do Flamengo Cr$ 50,00 e estarão à venda antecipadamente nos seguintes locais: pilotis da PUC/RJ, DA do ICHH/UFF, outras Unversidades e na sede social da Gávea.

Sindicalismo

O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre está promovendo um ciclo de debates e estudos sobre problemas sociais, trabalhistas e sindicais.

No próximo dia 16 Décio Freitas expõe o tema "História do Sindicalismo Gaúcho e Brasileiro". No dia 19 a Associação dos Sociólogos discute "A participação política dos trabalhadores de ontem e hoje".

Teatro

O Teatro de Arena de Porto Alegre está outra vez em São Paulo, apresentando agora a peça "Jornada de Um Imbecil Até o Entendimento", de autoria de Plínio Marcos.

O grupo permanecerá até o dia 17 próximo no Teatro João Caetano — Rua Borges Lagoa, 650, Vila Mariana — com ingressos únicos de Cr$ 30,00 de quarta a sexta e de Cr$ 50,00 aos sábados e domingos.

Vivência

A DEURBE — Sociedade Brasileira de Defesa da Vivência Urbana — convida seus associados e amigos para participarem da instalação de sua nova sede social, em São Paulo, no dia 20 de junho, às 20 horas, na rua 24 de Maio, n.o 188, 3.o sobreloja, sala 316.

O deputado estadual Antonio Resk, presidente da DEURBE, falará sobre os objetivos da entidade.

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flamínio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Nelson Pereira Fausto Brito (Conselheiro-Presidente).
Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.
DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.
Secretário de Redação: José Luiz Nadai
Editor Geral: Carlos Tibúrcio
EDITORIAS: Nacional: Flamínio Fantini, Tibério Canito, Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sergio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Candida, Sebastião Santos Jr. Terezinha V. Ferreira. **Internacional:** Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecilia Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorin.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi Ilustração; Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza. **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lelio Santos Maizé Trindade, Mauridio Godinho, Paula Régis Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araujo (administração). Porto Alegre. (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Rio de Janeiro** (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio.
Salvador: (Av Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmo Oliveira, João Henrique

ESCRITORIOS — Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira: **Aracajú:** David Dantas. **Campinas:** Rinaldo Barros, Maria Alice. **Fortaleza:** Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Vinivio de Araujo (administração) e distribuição). **João Pessoa:** Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal:** Cicero Correia, Francisco de Assis. **Maceió:** Régis Cavalcanti. **Campina Grande:** Jonas Araújo.

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). **Redação:** Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.

Composto e impresso nas oficinas do Grupo Impressor de São Paulo
Rua dos Italianos, 463 — Telefone 221-6929

GERAIS

A festa continua

Estão falando agora em um "Partido Socialista Municipalista" com a sigla PSM, que corresponde às iniciais de Paulo Salim Maluf, que seria o chefe da agremiação (epa).

Maluf socialista?! Só se for nacional-socialista. Municipalista? Não sei não...

Como o Maluf faz tudo para agradar o governo federal, poderia mesmo fundar um partido com a sigla PSM, mas com o nome por extenso um pouco diferente: Partido da Submissão Máxima.

(RVN).

Tem gente mamando

A Companhia Estadual de Casas Populares — (CECAP) de São Paulo, comprou por Cr$ ..... 7.474.838,80 um lote de 26,76 hectares (ou cinco alqueires mineiros e meio ou, ainda, 11 alqueires paulistas) em Botucatu no ano passado. No preço do mercado, que já é alto apurou-se que aquelas terras valiam Cr$ 1.968.799,50. A diferença de cinco milhões e meio de cruzeiros estão nos bolsos de uns e outros por aí que agora vão ser processados.

Como sabemos que o processo não vai dar em nada, quem vai acabar pagando isso aí são os compradores das casas que vierem a ser construídas lá. Como sempre, uns mamam e muitos pagam.

(RVN)

Trabalhismos

O trabalhista Olavo Setúbal ataca novamente. Dessa vez, como prefeito de São Paulo, expulsou de sua sala um professor que fazia parte de uma comissão de professores que foi falar com ele.

Setúbal tem sido o patrão mais intransigente, que tem feito o possível para ver os funcionários municipais na miséria total e, era de se esperar, dizem que ele faz parte do PTB da Ivete Vargas.

Esse PTB da Ivete vai acabar ficando só com ela, o Setúbal e o Golbery.

(RVN)

O ubaldismo está chamando o ladrão

De vez em quando, é bom a gente pensar um pouco no resultado de certas ações se, em vez de praticadas contra gente normal, fossem dirigidas contra algum grupo de direita.

É o caso, por exemplo, da estranha perseguição de extremistas de direita contra a "Revista do Henfil" em Brasília (isso sem falar em pichações e bombas contra jornais de oposição, como já foi vítima — e não só uma vez — o próprio **Em Tempo**). Primeiro, espalharam pregos especiais para furar pneus dos carros estacionados junto ao teatro e distribuiram panfletos contendo palavroes contra Ruth Escobar.

Depois, foram encontradas duas granadas nas dependências do teatro, sendo que a primeira foi localizada por um funcionário do teatro e a segunda — que ironia — pelo ator que faz o papel de "Ubaldo, o paranóico", personagem que tem um medo exagerado da repressão (o que provou que, talvez, na "abertura" atual ele é o mais correto).

No dia seguinte, três bananas de dinamite ligadas a um relógio foram encontradas sob as poltronas. A peça acabou sendo encenada ao ar livre, devido à falta de condições para utilizar o teatro.

Há algumas coisas estranhas nisso tudo.

Uma delas é que as granadas escondidas no palco são de uso reservado do Exército. Outra é que a própria polícia concluiu que as pessoas que colocaram as dinamites no teatro entendem paca de assunto. Já é um bom começo para qualquer detetive de segunda classe. Mas, outra coisa interessante, os competentíssimos órgãos policiais tão eficientes para descobrir assuntos que lhes interessam até agora não descobriram nada. E nem vão descobrir. Quem descobre as ações violentas dos grupos de direita e seus agentes são pessoas que não têm nada a ver com os organismos policiais — como foi o caso do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, em que dois jornalistas acabaram fazendo o que a polícia não fez (ela estava do lado dos bandidos?).

E mesmo que alguém descubra alguma coisa, nada será feito contra os terroristas de direita. A cadeia não é feita para eles. Ou é? Lembremos quantas ações terroristas direitistas foram feitas de algum tempo para cá e quantas pessoas foram presas por isso: não há nenhum preso.

Enfim, voltemos ao primeiro parágrafo: e se fosse contra algum órgão ou entidade direitista, qual seria o resultado? Provavelmente muita gente presa e, talvez, até uma desculpa para novo endurecimento do regime. Infelizmente, quem está tendo razão nisso tudo é mesmo o Ubaldo.

(RVN - o neo-paranóico)

SINOPSES

O Francelino já está fazendo escola. Isso ficou provado quando o ministro da Educação, Eduardo Portela, esteve em São Paulo, na semana passada.

O ministro recebeu, além de uma comissão de residentes, uma comissão de diretores demitidos pela Secretaria Estadual da Educação que lhe contaram o que estava acontecendo aqui: os diretores que se negaram a dedo-durar os professores grevistas foram demitidos. O ministro falou que ele também não gosta de dedo-duro e que não sabia que isso tinha acontecido. Quem ficou sem graça foi o Secretário da Educação (péssimo, por sinal) que acabou falando que as sinopses enviadas ao ministro talvez não estivessem completas.

Agora, Minas tem um governador de sinopse e São Paulo um secretário de sinopse. — RVN

PT sem amenidades

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio da Silva, declarou no 10.o Congresso Nacional dos Metalúrgicos que "um partido do trabalhador terá como meta uma sociedade socialista".

Isso contradiz o que esperam alguns pelegos, que pretendem um Partido do Trabalhador com características de uma extensão de seus sindicatos inatuantes. Partido do Trabalhador é o proposto por Lula — o resto são amenidades. (RVN)

O convescote da integração burguesa

O empresário Mario Garnero, da Brasilinvest, presidente do Fórum das Américas, foi o principal articulador desse congresso "A livre iniciativa e a integração continental", realizado durante os dias 11, 12 e 13 no Salão das Convenções do Anhembi, em São Paulo, contando com as presenças (na abertura) do vice-presidente de República, Aureliano Chaves, e do próprio João Batista Figueiredo, na fechadura, entremeadas pela participação de vários ministros de Estado, não só no Brasil como de vários países das três Américas.

Tarefa árdua esta de tentar racionalizar a integração capitalista, à luz dos interesses empresariais tanto do Sul, como do Norte e do Centro. Apesar dos mais de 1.500 empresários (não só das Américas, mas também da Europa), os três dias de reuniões plenárias e de dezenas de painéis revelaram um certo esvaziamento, que certamente frustrou as expectativas mais otimistas. Mesmo levando-se em conta a sofisticada infra-estrutura do encontro, que ia de almoços no Dinho's Place (montado no local) a visitas, a desfile de modas de Cordovil para as acompanhantes dos empresários e autoridades governamentais.

De modo atabalhoado, contudo, surgiram teses sobre todos os aspectos que se possa imaginar. Um material que, apesar da retórica, deve ser devidamente conhecido e analisado pelas oposições políticas brasileiras, na medida em que reflete, de fato, as tendências dos principais setores empresariais do Continente. Um mexicano, por exemplo, Reyes Navarro, presidente do Instituto de Estudos Interdisciplinar de Planejamento Urbano, levantou a proposta de criação de uma "OPEP dos alimentos" pelos países latino-americanos, para se contrapor à OPEP verdadeira, a do petróleo. Foi umas teses que chegou a repercutir em alguns setores.

Um fórum de estudos, não deliberativo, mas que revela o esforço da burguesia em dar respostas à crise enfrentada pelo capitalismo.

O que não deixa de ser um exemplo para os trabalhadores e suas organizações nas três Américas (CT)

Camilo, Penna, ministro da Indústria e Comércio, olha para a fotógrafa.

Em Tempo promove debates em Minas

A Sucursal de Belo Horizonte do jornal EM TEMPO promove na semana de 18 a 22 de junho, o PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE CONJUNTURA E NOVOS PARTIDOS, a ser realizado no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, à rua Tamoios, esquina da Curitiba. Sempre às 20:00 horas. A programação consta dos seguintes temas e debatedores:

18/6 — O MDB E OS NOVOS PARTIDOS
Palestra de: Alberto Goldmann, deputado federal pelo MDB-SP
Debatedores: Didimo de Paiva (jornalista) e João Machado (economista)

19/6 — SOCIEDADE, DEMOCRACIA E PARTIDOS POLÍTICOS.
Palestra de: Fernando Henrique Cardoso, suplente de senador pelo MDB-SP.
Debatedores: Fábio Wanderley Reis (cientista político) e Fausto Brito (Jornal EM TEMPO)

20/6 — O PARTIDO DOS TRABALHADORES: O QUE É?
Palestra de: Lula (Luis Inácio da Silva), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.
Debatedores: Ignacio Hernandez (operário metalúrgico da Contagem)
Michel Marie Le Ven (sociologo)

21/6 — SOCIALISMO, DEMOCRACIA E PARTIDO POLÍTICO
Palestra de: Eder Sader, sociólogo (Jornal EM TEMPO)
Debatedores: Nilmário Miranda (jornalista do Jornal dos Bairros)
Bernardo Sorj (cientista político — UFMG)

22/6 — SINDICALISMO E NOVOS PARTIDOS
Palestra de: Paulo Mattos Skomov, Presidente do Sindicato dos Couros de São Paulo
Debatedores: João Paulo Pires Vasconcellos (Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade)
Virgílio Guimarães (economista)

Preço do Seminário: Cr$ 200,00 — Estudantes: Cr$ 100,00 — Avulso: Cr$ 60,00.

POR QUE ASSINAR MOVIMENTO?

O jornal Movimento era praticamente o único jornal durante todos esses anos, desde a sua fundação, que a gente, quer dizer, nós os exilados poderíamos ler sabendo que estávamos lendo notícias e nos informando de uma maneira honesta e de acordo com os interesses do nosso povo.
MOVIMENTO é um jornal que a grande maioria dos exilados deposita muita confiança.
A gente procurava superar todas as dificuldades, próprias de quem está no exterior, de quem está longe da pátria, prá conseguir buscar este jornal.
Então quando a gente conhecia um companheiro que tinha conseguido uma assinatura, já era uma grande coisa, e o companheiro não conseguia ficar nem meia hora com o jornal na mão, tal era a busca e o interesse que nós tínhamos. Daí o jornal circulava de casa em casa Inclusive na Bélgica, na "Casa Latino-Americana", onde eu trabalhava, o jornal MOVIMENTO, já depois de alguns meses, estava chegando regularmente e era vendido na "Casa" onde todos os brasileiros iam buscar, tal era o interesse de ler esse jornal que sempre travou o combate pelas liberdades democráticas em nosso país

JOSÉ IBRAHIM.

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco nas greves de 1968; banido do país em 1968; exilado de 69 a 79; hoje no Brasil.

LANÇAMENTO

Foi lançado em São Paulo, o livro em quadrinhos "Sou Muito do Machudo, Meu Amor", de autoria de Beruja Correia de Souza, estando à venda nas livrarias. "Sou Muito do Machudo, Meu Amor" é um monólogo satírico narrado pelo personagem Ratazanus. Em termos visuais, trata-se de um show burlesco no teatro de revista.

ERRATA

Nos três últimos números, EM TEMPO tem chegado até o leitor com vários erros técnicos, particularmente de identificação de autores. E' que estamos sendo forçados a mudar sucessivamente de gráficas e os erros devem-se a problemas de adaptação. Não é por nossa vontade que isso vem acontecendo, podem todos os leitores crer. Assim, publicamos abaixo uma ERRATA GERAL pedindo as oportunas desculpas aos leitores e aos autores prejudicados com os erros. Vamos lá:

EDIÇÃO N.o 67 — DE 8 A 14 DE JUNHO

A ENTREVISTA DE JOSE' IBRAHIN, ex-presidente do sindicato de Osasco, em 68, foi concedida a Eder Sader, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia e Antonina Silveira. Fotos de Ennio Brauns F°.

O artigo UMA ANISTIA POUCO AMPLA, NADA GERAL E MUITO RESTRITA é de autoria de Luiz Eduardo Greenhalg, advogado e dirigente do CBA-SP. Foi escrito para nossa página de OPINIÃO, mas entrou em lugar diferente. A foto também nada tem a ver com a matéria (talvez servisse mais para uma coluna social de um jornal da anistia...) — é que não foi feito o devido corte na gráfica.

O informe sobre o encontro partidário de São Bernardo — UNIDADE POPULAR CONTRA A DITADURA — NÃO é de autoria de Flaminio Fantini, mas de FLAVIO ANDRADE.

O jornalista ANTONIO CARLOS FELIX NUNES não tem absolutamente nada a ver com a matéria sobre a greve da Mannesmann em Belo Horizonte, embora o texto apareça com sua assinatura. Trata-se de um capítulo inédito de um livro de Ignácio Hernandez, metalúrgico da região, como aliás, também diz a introdução.

A resenha VOCÊ VENDERIA UM COMPUTADOR A PINOCHET? acerca da internacional da repressão no Cone Sul, é de autoria de Flaminio Fantini.

Além disso, faltou o Lor no Piquetão com o "Zé Parafuso"

EDIÇÃO N.o 66 — 1 a 7 DE JUNHO

Foi uma pena que o logotipo EM TEMPO, da primeira página, não saísse a cores! Limitações técnicas da impressora utilizada naquela semana impediram que o tradicional tom vermelho do jornal aparecesse (aló, alô, DOI-CODI, não interprete mal).

Mais uma vez o fotógrafo Cândido Fernandes, de Paris, leva a pior conosco. Infelizmente, suas fotos de Manoel da Conceição, o ex-líder camponês saíram sem assinatura.

A análise a respeito da greve dos jornalistas de São Paulo, publicada na última página, foi redigida por CARLOS TIBÚRCIO, direto dos piquetes para a redação.

Lamentavelmente, a cobertura do principal assunto da semana (a reconstrução da UNE) ficou prejudicada, por recusa da empresa gráfica em produzir nosso texto, devido aos atrasos decorrentes com a mudança de maquinário. Perdão, estudantes...

EDIÇÃO N.o 65 — 25 a 31 DE MAIO

DOM PEDRO CASALDALIGA na pág. 11 está respondendo a uma pergunta, que não apareceu: POR QUE ASSINAR MOVIMENTO?. Trata-se de um anúncio do semanário Movimento, em que o bispo recomenda sua assinatura.

A entrevista com LULA acerca dos planos do PT foi concedida a Flavio Andrade. Idem, idem, com o depoimento do sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

O texto NÃO CONCORDAMOS COM NENHUM CHAPÃO saiu também sem qualquer referência. E' uma carta do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, a nós remetida, sobre a preparação do congresso da UNE.

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço .....
Bairro ..... Fone ..... Cidade .....
Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....
Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque n° .....
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG. CEP 30 000 Em São Paulo. Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP) CEP 05415, fone 853-6680

Anual: Cr$ 600,00
Semestral: Cr$ 350,00

Exterior
Anual: US$ 90,00
Semestral: US$ 50,00

Uma fotonovela policial
A CHANTAGEM
O DOPS ATACA!
Entrevistamos Engels
E mais: Zé Celso, VanGogh, Domitila
nas bancas!
versus

OPINIÃO

O MDB não é alternativa

Por José Eudes (*)

As recentes greves mostraram coisas importantes para os trabalhadores e o povo. Ficou claro que nada há a esperar da mão estendida de Figueiredo, da sua falsificação da democracia. Intervenção nos sindicatos, pancadaria nos trabalhadores do ABC, ameaças à reconstrução da UNE, anistia pela metade, o AI-5 embutido na constituição através das salvaguardas, o adiamento de eleições municipais de 80, a inflação jogada nas costas do povo — eis a democracia dos generais, dos empresários.

Se a ditadura não age mais como no passado, prendendo, torturando, assassinando ou exilando líderes populares, é porque a crise econômica e política e o avanço do movimento operário a empurraram de uma proposta de distensão lenta e gradual para uma proposta mais ousada de reformulação segura de cima para baixo, como mínimo possível de participação popular e com o máximo de manutenção do arbítrio.

Mas para os trabalhadores e o povo, fica cada vez mais claro que só na força de sua unidade existe uma solução para os graves problemas que o Brasil vive. As recentes greves juntaram milhares de operários do ABC na luta por melhores salários e em defesa de seu sindicato. Milhares de professores do Rio de Janeiro, milhares de funcionários públicos de São Paulo e mais, fumageiros, garis, motoristas mostraram sua disposição de luta por seus direitos. A classe operária veio para ficar, quer ter participação direta nos destinos do país, quer andar de cabeça erguida.

Avançou a unidade dos trabalhadores e do povo. A solidariedade e o carinho do povo se fez presente nos dias mais difíceis das greves, apoiando os trabalhadores e os seus sindicatos, apesar de toda a contra-propaganda do governo, dizendo ilegais as greves. Ilegal é a ditadura e Figueiredo, que ninguém escolheu; legais e legítimas são as greves, decididas democraticamente por milhares de trabalhadores.

Criaram-se os fundos de greve, unindo os sindicatos com toda a oposição popular. O 1.o de maio unitário e de luta em São Bernardo, reunindo os sindicatos combativos, as entidades de bairros, os deputados populares, o CBA, O Movimento Contra a Carestia, os padres progressistas, o Movimento da Mulher, os estudantes e com a participação de 150 mil trabalhadores, reafirmou o caminho da solidariedade, o único caminho da unidade dos trabalhadores e do povo pelo fim desta situação de miséria e opressão.

A força e a unidade dos trabalhadores avançaram muito, e por isso a ditadura perdeu o ar arrogante. Mas essa unidade é ainda pequena e insuficiente. As lutas são por categoria e por região. Os trabalhadores rurais e os posseiros, apesar de retomarem suas lutas, ainda não têm uma ligação maior com os trabalhadores da cidade. A solidariedade que tem havido, embora grande no sentido moral e material, ainda é limitada. Os trabalhadores e o povo dão ainda seus primeiros passos no caminho da unidade. É preciso transformar essa unidade: tranformá-la em unidade política. É assim que vamos construindo essa frente que une operários, trabalhadores rurais, posseiros, funcionários públicos, estudantes, na luta pela mais completa superação da ditadura e da miséria, pela conquista da ampla participação popular nos caminhos do país.

O sentimento oposicionista aumenta, e a ditadura se antecipa aos trabalhadores e ao povo. E por isso, impõe a extinção do MDB, propõe a reformulação partidária, uma liberdade de organização partidária extremamente restrita.

No MDB, criado por um ato de força da ditadura, há adesistas, chaguistas, há moderados, há autênticos. Foi o canal de expressão do descontentamento popular e cada eleição, a partir de 74, se transformou num plebiscito de repudio ao arbítrio. Muitos companheiros valorosos, como Márcio Moreira Alves, Lisâneas Maciel, Alencar Furtado, tiveram seus mandatos cassados porque se puseram ao lado do povo. Outros, nos momentos mais decisivos, deram as costas aos interesses populares. Foram os que se "esqueceram" de estar presentes na votação da moção pela eleição direta, os que se omitiram nas greves do ABC, os que votaram contra o aumento dos professores no Rio de Janeiro, e contra a CPI das torturas.

Assim, pouco a pouco, o povo vai separando o joio do trigo. Nas últimas eleições, cresceu em muito a votação dos candidatos mais comprometidos com as lutas populares. E hoje, um grande número de parlamentares coloca o seu mandato a serviço do povo e está presente ombro a ombro com os trabalhadores nas suas lutas. E temos lutado intransigentemente para fortalecer essa corrente popular do MDB, com a presença nas lutas, com as denúncias na Assembléia, com o combate cerrado aos adesistas, com as campanhas de filiação popular nos diretórios do MDB. Enfim, temos lutado pela unidade dos setores populares do MDB.

A ditadura quer superar o bipartidarismo antes que o povo o faça. Quer dividir a oposição popular. Devemos impedir que a rearticulação partidária se transforme numa derrota para o movimento popular. Iremos assegurar a unidade das oposições populares. Vamos dar a volta por cima e esta liberdade partidária restrita será uma cunha que irá ajudar os trabalhadores e o povo na luta contra a ditadura. Já no recente encontro de São Bernardo do Campo ficou claro que vários setores da oposição popular, embora se coloquem radicalmente contrários à extinção dos atuais partidos por um ato de força da ditadura, não vêem na unidade em torno do MDB, tal como ele é hoje, a solução para a representação do povo no cenário político. A solução está no compromisso entre as oposições populares. Além disso, revelou-se uma grande identidade de preocupações de alguns parlamentares com os sindicalistas autênticos.

Precisamos de um Partido que una todas as correntes políticas hoje comprometidas com o rompimento mais completo com a ditadura militar, comprometida com a conquista das mais amplas liberdade democráticas, da anistia Ampla, Geral e Irrestrita, do desmantelamento mais completo do aparato repressivo. Precisamos da união de todos os que lutam pela melhoria radical das condições de vida e de trabalho, pela posse da terra a quem nela trabalha, contra o imperialismo. **Queremos a unidade de todos os que se comprometem com uma saída para a crise baseada na mais ampla participação e deliberação populares.**

Tal Partido — essa frente das oposições populares — será um valioso instrumento a serviço da unidade dos trabalhadores e do povo. E muito mais que presente no Congresso, estará presente nas ruas, nas fábricas, nas universidades, nos locais de moradia e no campo, ajudando o povo na sua luta. Unindo os verdadeiros democratas, trabalhistas combativos, cristão progressistas, socialistas, será um instrumento valioso para formar uma frente de todos os trabalhadores, de todo o povo, contra a ditadura, pela liberdade.

Estas são as tarefas que, em seu conjunto, expressam o caminho para avançarmos para a conquista de um governo que fique nas mãos dos trabalhadores e que garanta definitivamente o fim da exploração do homem pelo homem em nosso país.

(*) José Eudes é Deputado Estadual, pelo MDB, no Rio de Janeiro

Anistia não é perdão nem esquecimento

Por D. Helena Grecco (*)

COM o projeto de anistia que em breve será apresentado pelo governo no Congresso, a questão dos exilados, ex-banidos e presos políticos mais que nunca está na ordem do dia. Petrônio Portela afirma que ela "será a mais ampla possível" (...) mas claramente discriminada o que ele com uma infelicidade incrível classifica de "crimes de sangue" e alguns desavizados cognominam "de terror".

Contudo, na polêmica que ora se trava, nota-se a tendência de enfocar preferencialmente os possíveis "delitos" cometidos por estes brasileiros, isolando este enfoque de um exame profundo do momento histórico em que se deram. Trata-se de um erro grave. Para se entender a questão dos exilados, ex-banidos e presos políticos tal como se coloca hoje, é necessário voltar pelo menos a 1964 e acompanhar os desdobramentos do processo político que se iniciou então.

Qualquer que seja o grau de repulsa ou simpatia que se possa ter pelo movimento de 64, um fato se afirma como incontestável: a derrubada de um governo legitimamente eleito e legalmente constituído, com todas as suas sequelas de demissões, aposentadorias compulsórias, reformas, cassações e prisões constituiu uma violência contra a consciência política do país. A sequência desse processo, com as sucessivas edições de Atos Institucionais vai cada vez mais mostrar a face de um regime essencialmente autoritário e anti-popular. Não cabe aqui descer a detalhes, mas episódios como a instituição de eleições indiretas para presidente e governador (Ato complementar nª 9 em maio de 1966) em resposta à vitoria de candidatos de oposição nos principais estados do país após o golpe de 64 (outubro de 65): o fechamento do Congresso Nacional por tropas do governo Castelo Branco em outubro de 66 (o Legislativo declarara ilegítimas as cassações de 6 deputados federais — e foi colocado em recesso); a cassação de 8 deputados estaduais no RGS para assegurar maioria ao candidato governista na eleição indireta de setembro de 66 (depois este processo seria repetido em mais 10 estados, inclusive SP e Rio: o governo cassando mandatos para garantir a maioria nos plenários das Assembléias...) etc., etc., etc., devem ser lembrados para que se perceba até que ponto a oposição parlamentar era atingida, antes mesmo do fatídico AI-5, em 1968.

Este, editado ao final de um ano de crescimento popular (greves de Osasco e Contagem, passeatas estudantis, etc. — todas reprimidas com o maior vigor pelas forças policiais, com muitas mortes, das quais a do estudante Edson Luiz é apenas a mais conhecida), tornou-se um marco apenas para consagrar cabal e definitivamente o arbítrio de um regime cujo verdadeiro nome desde muito andava na boca do povo: ditadura militar.

Assim, com todos os canais de organização popular cerceados (sindicatos sob intervenção, organizações estudantis fechadas, etc.), com a polícia nas ruas respondendo à bala aos gritos de "Abaixo a Ditadura", com as prisões repletas de militantes políticos e sofrendo a enxurrada da propaganda oficial, e a tortura transformada em ritual obrigatório nos inquéritos, com a imprensa sob censura rigorosa e sofrendo a enxurrada da propaganda oficial, está delineado o quadro da sociedade brasileira em princípios de 1969.

É nesse contexto que alguns setores da oposição popular vão se lançar no caminho da luta armada. Não nos cabe julgar os erros ou acertos destes setores. Cabe-nos apenas assinalar o que é fundamental: na noite sombria que se abateu sobre a nação naqueles anos, a resistência armada era uma opção política (não importa se incorreta ou não) e como tal tem que ser encarada. Ou não seria política a opção dos tenentes da década de 20, dos insurgentes de 35 e 37 dos de Aragarças e Jacareanga? Seriam esses brasileiros também "terroristas", "criminosos comuns?"

Está bem viva em nossa memória a farsa do começo da década de 70 quando, as prisões repletas de opositores do regime, ministros, do governo vinham a público sustentar que no Brasil não havia presos políticos, mas sim delinquentes enquadrados na L.S.N...

Terror houve sim no Brasil e tem havido ainda, fruto da dimensão monstruosa do aparelho de repressão estatal que sequestra, prende, tortura e mata. O terror da prisão clandestina, das torturas mais desumanas. Esse terror que milhares de cidadãos brasileiros conheceram e conhecem ainda hoje. E toda a nação viveu o terror do arbítrio, da censura, dos "desaparecimentos" da ditadura enfim.

"Terrorismo político é a agressão deliberada à população civil não combatente, desarmada, com o objetivo de lhe arrancar pelo medo colaboração ou neutralidade. Onde a agressão ao não combatente deixa de ser um risco indesejável para ser o alvo em mira". — Neste sentido, o uso do terror não é privativo das minorias revolucionárias" Pelo contrário, historicamente o uso de terror como instrumento político alcança sua escala máxima por parte dos que têm nas mãos o poder.

— Somos radicalmente contrários à qualquer tentativa de classificar exilados, ex-banidos e presos políticos como "terroristas" e "não terrorista", como "culpados ou não culpados de crimes de sangue". Todos os opositores do regime, perseguidos, presos, torturados e mortos merecem o mesmo respeito. Lutaram e lutam ao lado do povo por melhores condições de vida e trabalho, ou seja, por uma sociedade justa e humana. Denunciaremos vigorosamente qualquer medida descriminatória, qualquer arremedo de anistia que se deseja nos impingir.

— Reafirmamos que mesmo este projeto oficial incompleto e tendencioso de anistia não constitui uma concessão da benesse dos poderosos. A luta pela Anistia ganhou dimensão tal que o governo ditatorial, pressionado pelo avanço dos movimentos populares, tenta atendê-la parcialmente, exatamente para restringir e esvasiar esta luta. É uma tentativa de isolar a oposição mais consequente, comprometida com os reais interesses do povo. A estas manobras governamentais responderemos com a intensificação de nossos esforços no sentido de ampliar nossas bases sociais, porque a Anistia pela qual lutamos é a que responde às aspirações das massas populares. A Anistia Ampla, Geral e Irrestrita é a liquidação do sistema que a tornou necessária. Não é apenas um pré-requisito de justiça, mas um passo para o fim do regime de repressão e torturas, para o fim do regime de exploração e opressão.

Para nós, Anistia não significa perdão (o arbítrio não tem nem a legitimidade nem a isenção para julgar o arbítrio), de maneira nenhuma, em que pese seu significado etmológico, o esquecimento. Exatamente lembrando o passado, julgamos que Anistia só se completa com a liquidação total do aparato repressivo, oficial ou não. Do contrário, estaremos todos nós, especialmente os anistiados, sob constante liberdade condicional, como se a espada de Democles pendesse sobre nossas cabeças. Neste sentido mais avançado da luta pela Anistia, e o desmantelamento do aparato repressivo, é que as amplas camadas populares o entendem perfeitamente, porque sofrem na carne, cotidianamente, todo o peso da repressão. A maioria da população, os trabalhadores torturados e até mesmo mortos por mera suspeita de um policial qualquer. Os trabalhadores do campo são constantemente espoliados pelos poderosos com o auxílio das forças armadas.

O caráter profundamente político desta repressão, que procura subjugar estas classes sociais, através da desmoralização e do sentimento de impotência diante de um estado todo poderoso — é facilmente captado pelas massas populares, que todos os dias vêem desmentidas na prática e justificativa ideológica da repressão, que se arvora em "instrumento da defesa e segurança do cidadão".

Repetimos: Continuaremos lutando vigorosamente pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, que exige o fim dos atos e leis de exceção, o restabelecimento de leis e mecanismos de livre participação e representação popular — e o DESMANTELAMENTO DO APARATO REPRESSIVO.

(*) D. Helena Grecco é Presidente do MFPA-MG

Democracia contra o imperialismo

Por Valmor de Luca (*)

A entrega de nossas riquezas, que afeta a preservação da integridade da soberania nacional, está embutida na imposição de um modelo autoritário, elitista, que privilegia uma minoria e é absolutamente dependente dos rumos do capital estrangeiro calcula-se que o crescimento da desnacionalização da economia brasileira, de 1973 a 1977, foi de 164 por cento, atingindo de maneira desigual os vários setores. Tendo-se concentrado, inicialmente, em setores como o da metalurgia, material elétrico, automobilístico, autopeças e comunicações, a presença e a hegemonia do capital estrangeiro hoje abrange quase todos os ramos, da economia, inclusive aqueles tradicionalmente em mãos do capital nacional.

Entre eles, aparece a funicultura, onde o controle dos capitais estrangeiros é praticamente total: nada menos de 98% por cento da indústria de fumos está nas mãos dos grandes grupos, particularmente da American British Tabacco, que detém o controle acionário da Souza Cruz. Recentemente, inclusive, fiz um discurso na Câmara dos Deputados, denunciando os malefícios que advem desse monopólio, seja no que se refere aos favorecimentos que as multinacionais do fumo recebem do governo Federal, seja pela exploração que impõem, aos produtores nacionais de fumo, em sua quase totalidade, minifundistas que mal conseguem sobreviver com as rendas de suas terras. Sintomaticamente, nem uma só linha foi publicada pela grande imprensa: mas não é nada estranhável, quando se sabe que somente a Souza Cruz gastou em publicidade, no ano de 1978, a fabulosa soma de Cr$ 263 milhões.

E' o que denunciávamos em nosso discurso: denunciávamos que a Souza Cruz, que investiu apenas 2,5 milhões de dólares desde sua implantação no Brasil, remeteu, desde 1965, o montante de 82,3 milhões de dólares, ou seja, 33 vezes o total investido. Denunciávamos — como já disse — que ela e mais duas outras multinacionais, a Philips Morris e a Reinolds, controlam 98% do mercado brasileiro. Denunciávamos que a Souza Cruz, que é a sexta empresa que maiores lucros obtém no país, consegue seus extraordinários resultados (Cr$ 2 bilhões e 419 milhões, somente em 1977) graças a política extorsiva que pratica junto aos pequenos produtores estimados em aproximadamente 480 mil famílias. Em 1978, por exemplo, as multis pagaram apenas Cr$ 17 mil por tonelada de fumo em folha, recebendo, pelo mesmo produto, a média de Cr$ 56 mil, no mercado internacional; isso sem contar as mil e uma manobras que os agentes dessas empresas utilizam para burlar os preços mínimos fixados pelo governo, ao procederem a classificação dos fumos.

Essa situação inclusive, gerou a revolta entre os humildes plantadores que chegaram, no começo do ano, a se recusar a entregar sua produção à Souza Cruz, como forma de protesto, coincidindo com greve dos trabalhadores dessa companhia em Minas Gerais, que reagiram à exploração a que são submetidos.

O poderio da Souza Cruz lhe garante total impunidade e, pelo contrário, só lhe traz maiores benefícios: a fora os favores creditícios, basta dizer que o governo concedeu-lhe privilégios fiscais especiais: enquanto qualquer indústria de fundo de quintal é obrigada a recolher a cada 15 dias o Imposto sobre Produto Industriais (IPI), a Souza Cruz e as demais multis do fumo e cigarros, tem esse prazo dilatado para 45 dias. Novamente, nada há de estranho, quando qualquer um sabe que o ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen pertence ao Conselho de Administração da Souza Cruz até hoje, enquanto o da Fazenda, Karlos Rischibieter é ligado à Philips Morris.

Mas tal situação não é fato isolado. Nos mais diversos setores a nação assiste à entrega de nossas potencialidades aos grupo imperialistas, favorecida pela permanência do Estado autoritário. O povo brasileiro está cansado disto tudo. O povo está saturado e não quer mais viver eternamente num regime autoritário, autocrático, que forjou uma multidão de infelizes e injustiçados.

Num estado verdadeiramente democrático, onde o cidadão é escutado sobre o seu destino e o destino do País, os grandes grupos teriam dificultada ou impedida a sua ação, os trabalhadores seriam menos explorados e oprimidos. A democracia nas sociedades contemporâneas tem chances quando a mediação de interesses econômicos torna-se difícil pela via autoritária e quando aqueles que estão à margem dos grandes setores econômicos têm forças para redefinir o Pacto Social.

★ Valmor de Lucca é deputado federal do MDB, cumprindo atualmente seu segundo mandato como representante de Santa Catarina. Do grupo "neo-autêntico", é também, quarto secretário da Câmara.

Não podemos dormir de toca

Por Zé Pedro da Silva (*)

SERIA interessante começar com um esclarecimento a respeito da matéria dada pelo EM TEMPO na semana atrasada a respeito da minha situação na Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco. O título da matéria dava a entender que a gente teria saído da Oposição — o que está claro no texto — continuamos defendendo as mesmas idéias de uma Oposição, não à diretoria do sindicato, mas à estrutura sindical e ao sistema político que está aí esmagando a gente

A novidade está em que estamos achando que, além do trabalho nas fábricas, temos também que levar os trabalhadores a terem uma ação dentro do sindicato. É desta forma que estamos trabalhando agora, senão a gente se isola. As divergências que temos com alguns companheiros da base se deve a eles acharem que não devemos conciliar com a diretoria do sindicato, não devemos distribuir material do sindicato. Eu não me envergonho de distribuir material do sindicato, pois na medida que a diretoria faça alguma coisa pelo trabalhador temos que estar juntos na ação. É neste sentido que há divergência com alguns companheiros. Mas continuamos sendo Oposição Sindical; discutimos com vários companheiros regularmente, a cada 8 dias, analisando a atuação, trocando experiência etc.

Tratamos também sobre como agir dentro do sindicato, como discutir com a diretoria; na medida em que dá para tocar um trabalho conjunto, vamos lá; na medida em que não dá, fazemos sozinhos. Mas sempre na perspectiva de organizar os trabalhadores, de organizar as bases; quem não organizar as bases vai acabar falando sozinho.

Quanto à imprensa, achamos o seguinte A Oposição Sindical é uma alternativa política para os trabalhadores e que não nasceu da vontade de ninguém mas sim de uma necessidade da própria realidade devido aos sindicatos terem ficado durante muito tempo barrados pela ação de diretorias comprometidas com o sistema. Mas a Oposição não se desenvolve só de fora do sindicato, paralelamente a ele, engrossando e inchando até o assalto final para tomar o sindicato. Para levar adiante esta concepção é necessária uma imprensa da Oposição Sindical, que leve concepções políticas para o trabalhador, e já estamos discutindo isto em Osasco. Não um jornal de pixações à diretoria mas sim de Oposição à estrutura sindical, ao sistema político, aos patrões.

Finalmente gostaria de falar um pouco sobre a unidade sindical. Hoje fala-se muito nisto. Unidade entre sindicalistas e aí nós nos incluimos também entre os sindicalistas. Unidade entre oposições, e situações autênticas ou mesmo qualquer outra. Eu gostaria de fazer um apelo a todos os companheiros e trabalhadores no sentido de deixarmos as vaidades de lado e sentarmos para conversar. Há muitos pontos comuns onde devemos somar.

Os patrões estão se organizando e se nós ficarmos nestas briguinhas de sempre não vamos construir o instrumento de que tanto precisamos para vencer este sistema que está aí nos explorando. E eu falo porque tem muitos companheiros que às vezes têm o poder de veto a outros. Isto é inadmissível, tem que largar disto.

A retirada de delegados por exemplo para um Congresso de trabalhadores não pode se dar pela indicação das diretorias; tem que se tirar delegados nas assembléias democraticamente. Se as Oposições porque discordam das direções, não são convidadas porque distoaria, então não estamos fazendo unidade, mas sim divisão.

As diretorias não podem temer as Oposições assim como não devemos também temê-los. As diretorias não são nossos inimigos, Simplesmente são companheiros que têm idéias diferentes. Agora isto depende de muita cabeça fria, de muita análise para que a gente não fique aí brigando e possa realmente construir uma verdadeira unidade. Porque senão mais uma vez a burguesia vai dar o troco em cima da gente e a gente não pode dormir de toca.

(*) Zé Pedro é membro da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco

A internacional da repressão no Cone Sul. Quarta de uma série.

Uruguai faz troca-troca de refugiados políticos às pampas

Sequestro gaúcho: tecnologia veio da Argentina

O sequestro do casal uruguaio Universindo Dias e Lilian Celiberti, em Porto Alegre, é café pequeno perto do que a repressão política uruguaia conseguiu fazer em colaboração com os órgãos de segurança argentinos. Em oito meses, nada menos que 59 refugiados políticos uruguaios e mais quatro crianças foram sequestradas em Buenos Aires e outras cidades argentinas e conduzidas na marra para as prisões de Montevidéu muitos deles já assassinados. É o chamado "refoulement", uma aberração em termos de direito internacional democrático. Em Tempo **prossegue a série de denúncias da rede internacional de repressão política que assola o Cone Sul, com a apresentação de um** dossiê **elaborado minuciosamente pelo Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai.**

Por Flaminio Fantini

A autêntica novela em que se converteram os desdobramentos diários do sequestro do casal uruguaio Universindo Dias e Lilian Celiberti, em novembro passado, em Porto Alegre, na verdade já tinha uma série de capítulos anteriores, desconhecidos do grande público brasileiro, que mais uma vez pegou o bonde andando.

Esses lances preliminares — muitos deles realmente sensacionais e até mesmo trágicos — são conhecidos na linguagem jurídica internacional pelo nome chique de **refoulement**, que significa a transferência de cidadãos de um país para outro sem que haja um pedido formal de extradição.

Quem quiser saber agora como foram os primeiros capítulos de toda a trama, poderá encontrá-los num farto **dossiê** de autoria do **Secretariado Internacional de Juristas do Uruguai**, SIJAU, uma instituição com sede em Paris. O relatório contém uma série de documentos reunidos pelo SIJAU a respeito da situação repressiva no Uruguai, a partir do golpe militar de junho de 1973, quando mais uma ditadura se instalou em mais uma republiqueta latino-americana.

Enquanto o enredo vai se arrastando, com um desfecho imprevisível, como nas melhores novelas globais, aos poucos a opinião pública vai tomando conhecimento, através de um caso muito concreto, da existência de uma ponta da intricada rede de colaboração existente entre os órgãos de repressão política do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai, os países do chamado Cone Sul. Pegando esta ponta, acompanhando o fio da meada pelo **dossiê** do SIJAU, pode-se entender com muita facilidade o que ocorreu no sequestro gaúcho, quando dois uruguaios que residiam em Porto Alegre, foram parar num presídio de Montevidéu, arrastados na marra pelos órgãos de segurança do Brasil e do Uruguai.

Episódios como o de Universindo & Lilian são bastante frequentes de acordo com o informe do SIJAU, que dispõe de provas suficientes para comprovar:

a) a atividade coordenada dos serviços de segurança dos governos militares do Uruguai e da Argentina para a perseguição dos refugiados políticos uruguaios neste último país;

b) a presença de pessoal militar uruguaio em Buenos Aires, realizando com a colaboração de forças argentinas operações de sequestro e tortura de refugiados políticos, enquanto oficialmente se respondia em forma negativa a todos os requerimentos de informação sobre essas pessoas efetuados pelos advogados (habeas-corpus), pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou de seus familiares;

c) a devolução (**refoulement**) ao Uruguai, em forma clandestina e sem que se cumprisse nenhuma formalidade de procedimento ou processo de extradição, de um grupo de refugiados políticos, entregues diretamente aos serviços de inteligência militar uruguaios;

d) a montagem de processos militares fraudados sobre a base da confissão de fatos falsos, arrancada mediante tortura e ameaça às vítimas do **refoulement**.

URUGUAIOS, OS MAIS ATINGIDOS

A comprovação destes cinco itens para o caso das relações entre o Uruguai e Argentina — país que funcionou durante alguns anos como uma espécie de Meca dos refugiados políticos, pode ser estendida sem nenhuma leviandade para os outros países do Cone Sul, como o próprio caso Universinho & Lilian deixou suficientemente demonstrado — menos para as autoridades que se esquivam de reconhecer as evidências cristalinas que surgem a cada hora do dia.

A prática do **refoulement** não é uma exclusividade da ditadura uruguaia, de acordo com o relato do SIJAU: Refugiados de outras nacionalidades, especialmente chilenos e paraguaios, aparecem frequentemente neste processo de intercâmbio entre os órgãos de segurança dos países do Cone Sul. A título de exemplo, o SIJA cita o caso dos exilados chilenos Jorge Valenzuela Soto e Sérgio Quinteros Gelis, presos em Buenos Aires e enviados diretamente ao seu país, sem qualquer formalidade preliminar. Ao chegar ao Chile, o famoso campo de concentração de Três Alamos os recebeu como hóspedes, onde ficaram presos e internados, até vários meses, até que graças à intervenção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ACNUR, foram liberados. Jorge e Sérgio viajaram então para a Dinamarca, onde residem. Outro caso lembrado é o de uma refugiada política paraguaia, a médica Gladys Meilleken de Saneman — sequestrada em agosto de 1975 em sua residência na província de Missione, foi encontrada por seus familiares vários meses depois, numa prisão no interior do Paraguai.

Mas, o SIJAU acentua que "não existem dúvidas a respeito de que a prática do **refoulement** atingiu com maior gravidade os refugiados uruguaios": "não só pelo número muito elevado de pessoas que foram vítimas dessa prática, mas porque através da coordenação dos serviços de segurança dos governos da Argentina e Uruguai, o **refoulement** veio a se tornar numa prática regular, cumprida de maneira planificada e sistemática para a perseguição, prisão e extermínio dos refugiados políticos uruguaios".

A ROTA DA MORTE

Histórias com ingredientes mais ou menos trágicos começam a ocorrer com frequência a partir do início de 1975, afirma o SIJAU: é quando "a atividade dos serviços de segurança uruguaios na Argentina, operando em coordenação e com a colaboração com os órgãos deste país, se faz mais violenta". Assim, passa a "afetar a uma larga série de refugiados, terminando por criar um clima de insegurança em que a grande maioria deles se vêem obrigados a buscar refúgio em outros países a fim de salvar sua liberdade ou sua vida".

As cifras falam por si: entre fevereiro e outubro de 1975, são sequestrados em Buenos Aires 59 refugiados políticos uruguaios, aos quais se somam quatro crianças pequenas, filhos de alguns daqueles desaparecidos. As circunstâncias, os nomes e demais dados pessoais destes 59 fazem parte do extenso documento da instituição de defesa da anistia no Uruguai.

Um dos episódios exemplares relatados no informe do SIJAU é o assassinato de cinco refugiados uruguaios que residiam em Buenos Aires, Argentina. No dia oito de novembro de 1974, grupos de civis armados sequestraram em seus domicílios os exilados Floreal Garcia e sua mulher Mirtha Hernandez, Heitor Daniel Braum e sua mulher Maria de Los Angeles Corbo, e Grabriela Marta Estefanelli.

Ao contrário do sequestro gaúcho dos uruguaios Universindo Dias e Lilian Celiberti, as denúncias da violência ocorrida em Buenos Aires tiveram pouco efeito. Os recursos de **habeas-corpus**, as notícias na imprensa, a interferência direta do ACNUR, os testemunhos dos vizinhos que presenciaram os sequestros realizados em plena luz do dia e com emprego ostensivo de muitos veículos e policiais à paisana, não conseguiram sensibilizar o interesse das autoridades policiais argentinas. Tampouco neste caso teve-se conhecimento da abertura de qualquer tipo de investigação. Os familiares uruguaios dos sequestrados não conseguiram mover o interesse de nenhuma autoridade argentina responsável pelos serviços de segurança, e, ainda por cima, tiveram que superar todo tipo de obstáculos para obter um registro oficial da denúncia dos sequestros.

No dia 20 de dezembro, os cadáveres dos cinco uruguaios apareceram apunhalados à beira de uma estradinha rural, nas imediações de Soca, uma localidade próxima de Montevidéu. Até hoje, não se conseguiu reconstituir a rota da morte, que conduziu os cinco exilados políticos da capital argentina para as proximidades da capital uruguaia. Segundo o governo uruguaio, a morte ocorrera poucas horas antes dos corpos terem sido encontrados. Mas as autoridades não forneceram nenhuma explicação para os fatos. O comunicado oficial do governo uruguaio falava dos vínculos políticos dos mortos, mas não informava nada a respeito das medidas adotadas para esclarecer o múltiplo assassinato, que nem sequer era condenado no texto.

Sequestros de massa: 60 refugiados em apenas duas viagens

Embora ainda possa parecer longínquo o dia em que as autoridades argentinas e uruguaias sentarão no banco dos réus para responder por crimes desta natureza, o SIJAU constata que "é certo que os governos responsáveis por estas práticas ilícitas, violatórias de suas obrigações internacionais, não tem conseguido ocultar as pistas das que foram planejadas como operações clandestinas". E mais: "o acúmulo de informação reunida sobre a responsabilidade de ambos os governos é hoje tão amplo que torna possível emitir uma sentença condenatória baseada em provas dignas de fé em juízo" garante o **dossiê** do SIJAU.

Entretanto, a movimentação dos familiares desaparecidos uruguaios, os recursos jurídicos, os protestos na imprensa, a solidariedade militante das igrejas, a interferência expressa das Nações Unidas através da ACNUR não conseguirem nos primeiros momentos retirar os governos da Argentina e Uruguai do mutismo a respeito do assunto.

Por outro lado, a escalada da violência era tal que milhares de refugiados políticos na Argentina preferiam viver na clandestinidade, sem se beneficiar de nenhuma ajuda internacional, clássica para os casos de exilados políticos. Em novembro de 76, a ACNUR interpelou o governo militar uruguaio para saber como os presos sequestrados na Argentina iam parar nas cadeias uruguaias, chegando à acintosa ocorrência de dois sequestros massivos que envolveram 60 refugiados uruguaios. "A segurança dos 20 mil refugiados políticos latino-americanos na Argentina se encontra exposta à repressão combinada das forças de segurança argentinas e os organismos de segurança de seus próprios países que estão autorizados a operar aí", reconhecia o próprio **New York Times**, talvez o jornal de maior influência mundial.

Enquanto à repercussão internacional não conseguia abalar o governo militar argentino para tirá-lo de seu silêncio absoluto, o governo uruguaio emitiu dois comunicados sucessivos, nos quais informava que detivera 62 pessoas, acusadas de planejar "atividades subversivas" contra o regime militar. Os comunicados ofereciam uma descrição minuciosa dos supostos "planos subversivos", mas só liberou o nome de 14 dos 62 presos. E todas essas 14 pessoas que as autoridades uruguaias reconheciam estar em seu poder estavam incluídas na relação de refugiados sequestrados na Argentina.

Mas, é claro que as autoridades uruguaias não admitiram a ação do **refoulemente**. O texto dos comunicados dava conta de que estas 14 pessoas haviam "simulado" ser vítimas de sequestro ou prisão na Argentina, para poder assim enganar às forças de seguranças e ingressar clandestinamente no Uruguai com o fim de realizar uma campanha de desprestígio contra o governo militar. Como se vê, a "imaginação criadora" não é uma patente a formação dos generais brasileiros. O ceticismo geral foi a resposta a esta tentativa ingênua de passar a perna na opinião pública.

Pouco depois, enquanto persistia as dúvidas sobre a versão oficial fornecida pelo governo uruguaio, um novo acontecimento lançou uma luz definitiva para esclarecer o que realmente vinha ocorrendo com os refugiados políticos uruguaios.

Um dos 59 nomes constantes da lista de vítimas do **enroulement** no período de fevereiro a outubro de 75, foi liberado pelos serviços de inteligência militar uruguaios e conseguiu sair do país. Era o jornalista Enrique Rodrigues Larreta Piera, um homem de 55 anos de idade e muita reputação profissional no Uruguai. Na Europa, para onde se dirigiu em seguida. Larreta procurou a sede da ACNUR e pouco depois concedeu uma corajosa entrevista coletiva à imprensa, relatando em minúcias o episódio em que estivera envolvido, isto é, desde seu sequestro em Buenos Aires, até a libertação em Montevidéu. O testemunho de Larreta alcançou grande repercussão internacional e pelo seu prestígio e credibilidade no país, tem servido como um dos documentos principais de comprovação da existência de uma internacional da repressão no Cone Sul.

Junto com sua nora, o jornalista havia se dirigido a Buenos Aires para realizar gestões junto a instituições democráticas e organismos oficiais, a fim de localizar o paradeiro de seu filho, Enrique Rodrigues Martinez, sequestrado misteriosamente na capital argentina. Larreta e a nora foram também sequestrados. O testemunho posterior em Londres indicou que:

— ambos foram transportados inicialmente para uma prisão clandestina, onde estavam detidos outros uruguaios, alguns dos quais Larreta pôde reconhecer;

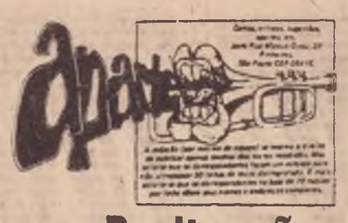
— o interrogatório era feito por oficiais uruguaios, utilizando métodos de tortura, ou seja, membros do exército daquele país estavam operando na Argentina, enquanto os militares deste país cediam-lhes as prisões e davam-lhes a cobertura necessária;

— a deportação de Buenos Aires para Montevidéu era feita em aviões, a partir de aeroportos militares;

— mediante coação, os refugiados uruguaios eram forçados a firmar confissões em que admitiam terem sido presos no Uruguai e não na Argentina. Com base nestas declarações tribunais uruguaios montavam toda a farsa publicitária e jurídica para ocultar o **refoulement**.

Além disso, Larreta esclarecia que só conseguiu se livrar da polícia política uruguaia, dada sua desvinculação de toda atividade política no país. Ele fez também detalhadas descrições dos lugares por onde passou e dos militares que participaram das operações de sequestro, tortura e **refoulement**. O SIJAU formulou assim sua conclusão sobre os desdobramentos do episódio: "o silêncio total em que se encolheu o governo uruguaio acerca de um caso que alcançou grande repercussão na imprensa e na opinião pública de muitos países, agrega uma nova peça de convicção acerca de sua responsabilidade nestas gravíssimas violações dos direitos humanos e obrigações internacionais respeitadas por todos os países civilizados".

Na próxima semana, a última: crianças e mulheres grávidas nas listas de "desaparecidos"



«Repito: não sou torturador»

Uma nova carta de Nelson Sarmento, o ex-agente da repressão mineira. Ele volta a negar a acusação que lhe fazem os presos políticos, no terceiro listão dos torturadores publicado recentemente por este semanário. Sarmento concedeu longa entrevista, ano passado, quando EM TEMPO publicou o primeiro listão, com 233 nomes de policiais e militares acusados de cometerem violências contra os presos políticos. Ele declara também que é favorável à CPI das torturas, que a ARENA rejeitou no Congresso Nacional.

Belo Horizonte, 22 de maio de 1979.

Senhor Redator do jornal "EM TEMPO".

Tomo a liberdade de dirigir-me novamente a esse conceituado e atuante semanário a fim de solicitar a publicação de mais um protesto meu contra a acusação de torturador de presos políticos.

No número 64 do "Em Tempo", página 7, sob o título "Nome por nome, os 251 torturadores", sou novamente apontado com torturador.

Na página 6 do mesmo jornal, sob o título "Nas engrenagens da dor", o ex-preso político Gilney Amorim Viana acusa-me, juntamente com tantos outros militares, de tê-lo torturado, no período de 30 de abril a 14 de maio de 1964.

Não estou em condições de confirmar ou não as torturas a ele infringidas por militares no período entre 1970 a 1973, porquanto naquela época (a partir de 1969) já estava afastado dos Órgãos Militares de Informação responsáveis pela repressão no Brasil. Apenas contesto veementemente a leviandade das acusações à minha pessoa por considerá-las inverídicas e fantasiosas.

Jamais torturei ninguém, sou frontalmente contra torturas, conforme o que está contido em minha entrevista a esse semanário no ano passado, e hoje sou totalmente favorável à CPI das torturas no Brasil.

No caso das declarações do meu acusador, evoco como testemunha dois de seus antigos colegas, presos na mesma ocasião, em circunstâncias idênticas, que poderão comprovar o tratamento humano e respeitoso da minha parte na qualidade de autoridade repressora. São os ex-estudantes: Hipérides Dutra de Oliveira Atheniense e José Otaviano de Oliveira Lage (hoje repórter do "Estado de São Paulo", em Belo Horizonte).

Se porventura a memória do acusador esteja fraca, quero lembrar-lhe que, em 1966, ele foi um dos beneficiados pela absolvição unânime dos 200 estudantes mineiros indiciados no IPM. Isto se deveu ao fato de eu ter solicitado à Auditoria Militar da 4.a RM clemência para aqueles jovens que se deixaram influenciar pelos acontecimentos políticos da época. Minha atitude foi comentada em publicação do "O DIÁRIO" de Belo Horizonte, em 2-2-66, considerada a primeira manifestação pró-anistia no atual Sistema. E isto partiu não de um Comitê ou de uma Imprensa Alternativa, mas sim de um autêntico "Gorila" revolucionário de primeira linha que fazia parte do esquema da Repressão na época.

Minha atitude foi considerada "herege" pelos meus antigos companheiros de luta revolucionária, que jamais perdoaram aquele meu ato "liberal e audacioso", mas coerente com a minha consciência.

Portanto, Sr. Redator, de acordo com os ditames da Lei de Imprensa, peço a publicação desta carta, bem como da cópia da publicação do "O DIÁRIO".

Nelson Galvão Sarmento

Cordel da anistia ampla, geral e irrestrita

Por Lourdes Teodoro

Qualquer coisa meio triste,
Que não atinge o seu fim:
Um circo que não resiste,
Um samba sem tamborim,
Vitória sem carnaval;
É mais ou menos assim,
Uma anistia parcial.

* * *

Qualquer coisa quase triste,
Que cerceia a liberdade,
Como um opressor dedo em riste,
Que só quer meia-verdade,
Calando o canto geral;
É assim que se apresenta
A anistia parcial.

* * *

Sempre conquista do povo,
Ampla e geral Anistia
Descortina um mundo novo
Que inspira a democracia.
É fruto de um só trabalho
Que harmoniza divergências,
Permite viver em paz
As diversas consciências.

* * *

Desde o Brasil Colônia,
Com a invasão holandesa,
Que a Anistia fez parte
Do sistema de defesa
Do brasileiro oprimido
Nas garras da realeza.
Reinstalou a justiça,
Abriu direito à defesa.

* * *

A ditadura imperial
Quis negar a independência,
Mas surgiu a consciência
Dos cidadãos varonis
Que reclamaram Anistia
A militares e civis,
Que juntos, deliberaram
Derrubar forças hostis.

* * *

Frei Caneca inconformado,
Com toda aquela opressão,
Lutou ao lado do povo
Pela paz de seu irmão.
Como hoje D. Helder Câmara,
Que considera a ditadura
A maior das violências
Que caem sobre a criatura.

* * *

Por muitas vezes o Brasil
Conseguiu a Anistia:
Irrestrita, ampla e geral:
Cada vez que todos juntos,
Numa só voz nacional
Fizeram ouvir sua voz
A defender sem temor
A justa causa geral.

* * *

O operário esquecido,
Que não aceitou o arrocho
E em gesto destemido
A sua fome gritou,
Também sofreu o açoite
Do elemento repressor,
E precisa de Anistia
Para mostrar seu valor.

* * *

O pequeno agricultor
Defendeu seu pedacinho,
E por engano ou maldade,
Foi acabar na prisão.
Sem direito ao trabalho
Honroso pelo seu pão;
Precisa da Anistia
Prá alimentar a Nação.

No palco universitário
Muito jovem de valor
Não sendo compreendido
Por defender com ardor
A qualidade do ensino
O nome de um professor,
Foi sendo logo "enquadrado"
Conhecendo muito horror.

* * *

Criando com todo zelo
Movimento e União,
Cabe à mulher brasileira
Bom destaque nesta ação
Que defende a Anistia:
Total pacificação;
Eliminando rancores,
Reconstruindo a Nação.

* * *

Alguns de armas na mão
Lutaram por maiorias,
Desarmadas e oprimidas,
Sem poder de expressão,
Ignorando até mesmo
Quem lhes tira o próprio pão;
A Anistia vai trazer-lhes
Direito à voz e à razão.

* * *

O exilado brasileiro,
A exilada brasileira
Que sonham com seu rincão,
Precisam de Anistia
Pra transpor toda fronteira
E vir pra junto de nós
Defender nossa bandeira
Dar mais vida à nossa voz.

* * *

Os banidos e seus filhos
Passam vergonha e privação,
Têm passaporte pra fome
Mendigam trabalho e pão.
E o brasileiro nem sabe
Das penas de seu irmão.
Mas o tempo há de mudar
Graças à nossa união.

* * *

Para haver Democracia
E liberdade de pensar
É necessário Anistia.
Para haver progresso
Beneficiando a todos
Sem a menor distinção,
É preciso dar-se fim
A toda segregação.

* * *

A segurança nacional
Não pode assim depender
Da força do trabalho
Que constrói no dia a dia
A Unidade da Nação:
A consciência coletiva
Fruto da livre informação.

* * *

ANISTIA E LIBERDADE!
Pensamento é dom de todos
É um dom que Deus nos deu.
A Nação e o Estado
Ao homem devem servir
Pois é dele seu legado.
Construir o bem de todos
Sem a ninguém oprimir.

* * *

SOMOS MAIS DE CEM MILHÕES
COM LIBERDADE QUEREMOS
A ANISTIA CONHECER
"TODOS JUNTOS SOMOS FORTES
NÃO HÁ NADA PRA TEMER."

A realização do Congresso

Um sucesso inquestionável

— Qual o balanço mais geral que vocês fazem no XXXIº Congresso?

— Luís Antônio: Eu acho que foi uma vitória levando-se em conta que há cerca de 11 anos nós estudantes não realizávamos nenhum Congresso nacional. Reunirmos então num mesmo local cerca de 5.000 estudantes para discutir e deliberar sobre assuntos de seu interesse e a organização de seu movimento é um marco deste período de reconstrução do movimento que já vinha de alguns anos. Muitos órgãos de imprensa estão destacando as vaias, a agitação etc. Na verdade o que houve foi um entusiasmo muito grande dos estudantes pela participação, pelo debate político e não o tumulto que muitos têm tentado mostrar. As vaias e os aplausos não são senão um sintoma desta intensa participação que houve em Salvador.

Um outro aspecto positivo foi termos trazido a que toda a população brasileira se unisse em apoio a este Congresso de Reconstrução através das mais diversas formas de solidariedade. Desta forma foi uma vitória não somente dos estudantes mas de toda a população brasileira. Mas não foi somente isto: o Congresso teve falhas, limitações, etc., mas nós achamos que saímos dele tendo aprendido como conviver com elas e como superá-las. Por exemplo as discussões políticas prévias nas várias delegações se revelou precária e tomamos assim a consciência da necessidade de aprofundá-las ao máximo daqui para frente

O maior congresso da história da UNE

— Paulo Massoca: Eu acho que ao se fazer um balanço do Congresso é importante se ter uma visão histórica do momento em que ele se realiza. Apesar de todas as dificuldades que a situação política atual do país impõe sobre os estudantes o que nós pudemos ver em Salvador, concordando com o que o Lula disse, foi o maior Congresso já realizado pela União Nacional dos Estudantes em toda a sua história. Todos os Estados presentes, quase 3.000 delegados e uma movimentação social intensa de toda a população no sentido de apoiar a realização do Congresso.

É verdade que não pudemos esmiuçar no Congresso todo um programa de lutas, mas colocamos a luta contra o ensino pago, a luta pela anistia, a constituinte, a Amazonia, etc., mostraram um grande coesionamento dos estudantes. Por certo houve também debilidade, mas elas são fruto de que? Ora, nós passamos mais de 10 anos sem UNE; de parte do governo autoritário só recebemos ameaças e desincentivos demonstrando a clara indisposição com a reconstrução da UNE.

Então as debilidades são impostas pela ditadura e que mesmo assim muitas delas os estudantes bravamente souberam vencer. E aprendemos com elas; veja bem, temos que criar muitos mais pontos de discussão dentro do Congresso; temos que saber captar todas as idéias e iniciativas que os estudantes tragam de suas bases para o Congresso. Condições de local, tempo, preparação, todas estas questões saberemos melhor realizá-las de uma próxima vez. Assim as debilidades não são devido à falta de representatividade do Congresso, ao fato dos estudantes serem incapazes de saberem onde queriam chegar. Isto é fundamental destacar. O nosso problema não foi chegarmos lá e vermos um monte de delegados assim, incapazes, indecisos em assumir um posicionamento ou outro por não saberem se teriam ou não o respaldo dos estudantes. Pelo contrário nós vimos os delegados ali até 4 horas da manhã, discutindo, vaiando, aplaudindo, defendendo propostas, intervindo, votando, convictos de sua representatividade. Não eram delegados perplexos sem saber o que fazer. Por exemplo, quem tem propostas? 100 propostas apareciam imediatamente, etc.

O que não conseguimos foi captar integralmente toda esta vitalidade que o Congresso demonstrou em iniciativas, disposição, idéias, etc. Por tanto as debilidades são fruto do estágio atual de amadurecimento dos estudantes e não de outras razões. Esta é uma questão chave.

Outra questão são as disputas políticas entre os estudantes. Muita gente ficou assim: puxa vida, vaias, aplausos, palavras de ordem, será que isto não é mal? Não, de forma alguma isto é anormal; aconteceu neste Congresso, aconteceu em outros e vai acontecer no futuro. Esperamos que isto continue, porque democracia é isto mesmo: debate, votos, vaias, etc., luta política. O que as pessoas às vezes estranham é porque neste país, depois de anos de ditadura, só vendo convescote da Arena, pacotes embrulhadinhos para as pessoas baterem palmas, alguns ainda não se acostumaram com o clima de debate político que teremos daqui para frente em assembléias de trabalhadores e outras, porque ali não tem Lei Falcão, cerceamento da liberdade de expressão, etc. Pergunta-se então: estamos divididos? Não, estamos coesionados em cima de uma diretoria provisória, de uma carta de Princípios, de algumas lutas fundamentais. A UNE está de pé.

A Carta de Princípios

Quem é a favor da exploração e da opressão?

— Registrado este saldo mais geral de vitória do Congresso, poderíamos passar agora a uma análise mais interna dele, avaliando as polêmicas surgidas, as votações em especial na questão da Carta de Princípios e o caráter da diretoria.

Marcelo Barbieri: Estas colocações mais gerais sobre as debilidades do Congresso iluminam, a meu ver a questão da Carta de Princípios. Acho que no debate travado não ficou claro qual era a questão política mais de fundo para o plenário, apesar da deliberação havida. Não estava claro qual deveria ser a concepção de uma Carta de Princípios. Considero que a Carta aprovada foi representativa, mas ela passou por cima de uma questão: o que deve ser uma Carta? Qual sua filosofia, o que deve regê-la, quais itens deve conter etc., são questões que não ficaram claras para o plenário. Com base nisto eu considero que a Carta contém pontos que não deveria conter, ela deveria ser mais geral, não incluindo por exemplo a defesa de uma cultura nacional e popular que é algo muito mais próprio para um programa de uma chapa. Portanto àcho que a Carta tendeu a incorporar questões que são de caráter programático.

Outro ponto que acho que deveria ser melhor explicitado é a questão do apoio da UNE à luta dos povos contra a exploração e a opressão... neste sentido assim... é que deveria ter ficado mais bem explicitado... e da maneira como ficou lá colocado não contribui as vezes para ficar mais claro isto aí.

Duda: "uma unidade num patamar elevado"

Eduardo Albuquerque: Numa avaliação do Congresso, gostaria de levantar além das questões já postas, das vitórias e das fraquezas, como que as resoluções mesmo do Congresso são uma demonstração da qualidade da vitória geral que os estudantes tiveram. E o primeiro sinal desta vitória é a própria Carta de Princípios que — discordando portanto do Marcelo — demonstra em torno a que os estudantes reconstroem sua unidade, sua entidade máxima; e é justamente isto que cabe a uma Carta: explicitar aquilo que hoje unifica o conjunto dos estudantes brasileiros.

E a grande contribuição que a Carta de Princípios traz para a luta política em geral é, ao lado das definições de representatividade e independência, apontar em que perspectiva os estudantes se colocam tanto dentro da universidade, enfrentando seus problemas concretos, como no conjunto da luta que hoje é travada na sociedade como um todo. Assim, a UNE bater-se por "um ensino público e gratuito em todos os níveis e voltado para os interesses da maioria da população" é uma perspectiva para se enfrentar as lutas dentro das escolas, a questão da qualidade do ensino, dos currículos etc. Ou seja, a referência são os interesses da maioria da população. Por outro lado, a nível mais geral da sociedade, a definição de que a unidade dos estudantes se dá "contra todas as formas de opressão e exploração", solidária portanto aos trabalhadores, é talvez um dos saldos maiores do Congresso. Definirmos que a luta contra a ditadura é parte da luta maior contra toda forma de opressão e exploração; por uma transformação social profunda, é nos colocarmos lado a lado com os movimentos sociais que também são cada vez mais não só pela liberdade mas também contra-patrão.

Esta definição vai permitir que nos situemos mais concretamente dentro da conjuntura política atual. E isto é tão mais importante se compreendemos que para a ditadura, a absorção da organização de um setor das camadas médias pode ser muito mais facil do que a dos trabalhadores, por exemplo, a criação da CUT. Por isto mesmo é que é importante deixarmos claro o tipo de perspectiva que os estudantes querem e o significado político desta vitória.

Com relação ao debate em torno desta questão como colocou o Marcelo eu acho que lá se polarizaram duas visões: uma, vitoriosa, que se colocava como contra toda forma de opressão e exploração e outra, alternativa, que colocava a solidariedade a todos os povos oprimidos. Eu não vejo que tenha havido problema devido a uma confusão sobre o caráter da Carta. No grupo preparatório, por exemplo, antes da questão ir para discussão e votação no plenário, ficou muito claro o que é uma Carta e, tendo isto em conta é que os estudantes se posicionaram por uma e não por outra. Assim, não foi por confusão que esta definição de uma unidade e num patamar mais elevado foi aprovada. Ela reflete o grande avanço dos estudantes dentro da conjuntura do país.

Os diretores: Luis Antônio (PE), Sérgio (RJ), Humberto (Br), Massoca (SP), Eduardo (MG) e Rui (BA).

Jesus Carlos

Sérgio Carneiro: Eu acho como o Marcelo colocou que a forma mais correta de aprovar uma Carta de Princípios é a sua discussão e votação como um todo, refletindo assim sua unicidade, o que acabou não ocorrendo, acho até que por um equívoco nosso de encaminhamento lá na mesa, que acabamos propondo um encaminhamento de ponto por ponto.

Eduardo Albuquerque: Mas as propostas foram apresentadas em bloco: uma do DCE-UFMG, outra do DCE-PUC do Rio e uma terceira pelo Valdélio. Isto ficou claro; a votação simplesmente é que foi por ponto.

"O plenário se manifestou como numa assembléia estudantil"

Sérgio Carneiro: Mas mesmo assim eu acho que a aprovação de uma Carta ponto por ponto acaba dando lugar a um programa de lutas e não a uma Carta propriamente. Assim o Marcelo tem razão: a questão da cultura popular é muito mais um ponto de programa do que de uma Carta. É como disse o Massoca, passados tantos anos sem democracia não podemos agora querer que os estudantes discutam tanta coisa em apenas dois dias. Então o plenário vaiar, aplaudir etc é muito bom e assim mesmo é que deve ser; mas tem hora que isto prejudica, o que foi o caso na questão da Carta. Nesta questão, por exemplo, muitas vezes o plenário se manifestou como numa assembléia estudantil — o que não há nada de mais nisto, assim mesmo é que deve ser — mas num Congresso eu acredito que o clima deva ser outro de maior discussão e eu acho que isto não houve.

E é por isto que eu discordo do Eduardo: este ponto não teve a expressividade que ele coloca — o apoio da UNE aos trabalhadores — e inclusive a formulação que prevaleceu me parece um tanto ou quanto estreita. Os estudantes devem se solidarizar com um número muito grande de setores sociais progressistas pela sua libertação, com amplos setores sociais que têm contradição com o autoritarismo, com a opressão etc. Portanto acho que foi uma formulação estreita e que não se deu como fruto de maturidade mas pelo contrário devido à nossa condição de... de 15 anos de autoritarismo, de uma certa empolgação daí decorrente.

— Eduardo Albuquerque: Mas o fato da discussão prévia no grupo, mais serena portanto, ter apontado o mesmo resultado não é prova de que a questão foi devidamente amadurecida?

— Sérgio Carneiro: Olha, eu vou me omitir de apreciar isto porque eu não estava presente no grupo e não sei portanto como se deu a discussão lá. Mas eu acho que a unidade neste momento é muito importante e nós pudemos ver nestes dois dias de reunião da diretoria provisória que estamos sabendo nos pautar em cima daquilo que os estudantes decidiram em Salvador.

Luis Antônio: Eu acho que na avaliação do Congresso devemos aprender o que Marcelo apontou, que não soubemos diferenciar entre Carta de Princípios e programa. Nós, todos os estudantes que estávamos lá não soubemos fazer esta diferenciação. Os Princípios devem ter a maior amplitude possível pois devem nortear a ação da entidade.

Em segundo lugar, porque reconstruimos a UNE? Foi para ter a nível nacional uma entidade representativa dos estudantes e não para colocar a UNE na rua contra a ditadura militar. Devemos reconstruir a entidade em torno da defesa dos interesses dos estudantes e não na luta contra a ditadura. A UNE só se consolidará no seio, não dos estudantes mas de toda a população, através da luta pelo ensino público e gratuito para todo o povo, pela melhoria das condições de vida da população etc. E é nesta prática, e não em palavras que os estudantes farão a sua unidade e a unidade com o povo. Por estas razões o ponto 5.o, 6.o e 7.o não deveriam constar da Carta. Isto não quer dizer que seja ela uma Carta ruim, que deva ser jogada, na lata de lixo, pois ela se insere dentro das vitórias do Congresso. E a disposição da diretoria provisória é de ser o mais fiel possível à vontade dos estudantes, reafirmando-a a todo momento. Mas não está fora das possibilidades que seja eleita uma chapa que não concorde com determinados Princípios. E aí como é que fica? A coisa fica bastante complicada. A diretoria vai falar em cima de seu programa eleito. Portanto temos que aprender com este erro. Mas até lá a diretoria atual vai respeitar e vem respeitando a Carta aprovada.

Lula: "o importante é a prática"

Que formulação alternativa você proporia para os pontos 5.o, 6.o e 7.o?

— Luis Antônio: Veja bem, eu sou contra a opressão e a exploração, mas num programa. E vou fazer tudo para que isto conste de um futuro programa. Agora acho que que numa Carta tem que ser diferente. Eu seria a favor de formulações mais abrangentes para a Carta.

Rui Cesar: Concordo com a avaliação dos companheiros sobre a forma como a Carta foi aprovada e sobre a função que tem uma Carta. Ela tem que ser suficientemente ampla para ser aprovada pela maioria absoluta dos estudantes. Agora eu acho que a Carta aprovada não compromete e pode ser defendida pela maioria dos estudantes

— Sérgio Medeiros: A gente também acha que não houve clareza sobre o que é uma Carta. Ninguém aqui é contra que se lute contra a opressão. Mas a gente acha que a Carta deva ser aprovada pela maioria dos estudantes e, neste sentido, algumas questões como esta são mais programáticas do que de Carta. Por exemplo a Carta não tem, e não devia ter mesmo, que a UNE é contra a ditadura, porque é claro que ela é contra, só que esta é uma questão mais para a diretoria levar no seu programa do que para figurar na Carta.

— Eduardo Albuquerque: Eu acho que há aí algumas confusões. A Carta não deve ser neutra. Basta ver a história da UNE; sempre suas Cartas se posicionaram sobre temas candentes, por exemplo pela campanha do petróleo, pela estatização dos setores básicos da economia etc. Ele não é uma coisa neutra, mas aquilo em torno do que se constrói a unidade dos estudantes. E que os princípios sejam diferentes do programa também é claro, mas não é o caso em questão. A unidade dos estudantes se constrói em cima de alguns eixos básicos, dentre eles ser contra todas as formas de opressão e exploração. Agora se isto se materializa numa Constituinte ou noutra proposta, por exemplo, aí sim já se trata de questões propriamente programáticas.

Essa vitória do Congresso num patamar mais elevado não é fruto de encaminhamentos mal feitos mas sim do momento que estamos vivendo onde vê-se claramente a emergência de setores populares em mobilizações massivas enfrentando o regime e se armando para enfrentar a exploração. Aí estão as greves dos trabalhadores que são anti-governamentais e anti-patronais. Por outro lado a situação do estudante mais do que nunca é agora sair da universidade e se tornar um assalariado, ser também um explorado, muito mais próximo do conjunto dos trabalhadores do que dos patrões. Estes dois fatores, o momento político e a situação do estudante é que possibilitaram elevar o patamar de nossa unidade de ação.

Todo mundo contra a exploração?

— Luis Antônio: Veja o exemplo histórico que você deu. Acho que deveriamos aprender também com o passado. Eu seria contra entrar a questão do petróleo numa Carta embora a defendesse num programa.

— Eduardo Albuquerque: Não, naquele momento a questão do petróleo era fundamental e divisora de águas dentro da sociedade. E o mesmo hoje: estamos no plano mais geral do lado de quem? Isto de forma alguma estreita; isto pelo contrário é que vai nos possibilitar uma unidade maior e mais efetiva com a enorme maioria da população que são os trabalhadores. O reverso é que poderia nos isolar da maioria da população.

— Paulo Massoca: Eu acho que a discussão está mal posta. Ninguém aqui encaminhou no Congresso frontalmente à Carta aprovada. E muita coisa que a Carta contém os estudantes já estavam fazendo e vão continuar fazendo ainda mais.

A questão fundamental é se esta Carta une ou desune os estudantes? E eu acho que está unindo. Esta é uma conclusão fundamental que todos devemos destacar: esta Carta não está nos dividindo.

Este debate aqui está dando a entender que esta Carta nos divide o que não é verdade. Neste debate sobre o que deve ser uma Carta eu me posiciono mais como o Rui, Marcelo, Sérgio e outros colocaram. Mas isto não é o fundamental. Não podemos dar a impressão de que estamos rachando nos princípios. A questão do petróleo dividia os estudantes? Não. A UNE não surgiu naquele momento para lutar pelo petróleo, mas esta luta também unificava os estudantes. Hoje, igualmente, a UNE não surge para solidarizar-se com os trabalhadores. Mas esta posição está também unindo, os estudantes vêm apoiando os trabalhadores e isto é que é o fundamental.

— Rui Cesar: É, é bom deixar claro que ninguém aqui, nem nenhum estudante discorda em si desta questão, mas sim do fato dela estar na Carta.

— Sérgio Carneiro: É, eu acho inclusive que não tem porque nós ficarmos aqui insistindo tanto nesta discussão.

As deliberações da reunião da diretoria

Ensino Pago

Em sua próxima reunião que se realizará em Brasília, nos dias 26 e 27 próximos, a diretoria da UNE levará um convite ao ministro da Educação Eduardo Portela, para participar de um debate público a ser transmitido pela televisão sobre: ensino pago, verbas, projetos de autarquização da universidade e representação estudantil. Desde já está em preparação um estudo a ser publicado brevemente sobre a questão do ensino pago em seus vários níveis e formas. Pretende-se realizar ainda dentro dos meses seguintes um simpósio nacional sobre o tema e finalmente para agosto, os estudantes de todo o país serão chamados a se manifestar em plebiscito sobre a questão do ensino pago

Anistia

A UNE se fará presente no encontro nacional de entidades em luta pela anistia que se realizará no Rio de Janeiro no próximo fim de semana e, igualmente, pretende enviar representação ao encontro sobre direitos humanos no Brasil que se fará em Roma (Itália), no final do mês. A entidade começa já a preparar uma lista assinada pelo maior número possível de entidades oposicionistas populares para ser enviada a Brasília, protestando diante do caráter parcial da anistia com a qual o governo acena e, insistindo no desmantelamento do aparato repressivo como indispensável a uma verdadeira anistia. Decidiu-se também abrir campanha pelos estudantes presos, exilados e desaparecidos e prestar solidariedade à iniciativa do deputado gaucho Américo Copetti que pede a extinção do DOPS estadual.

Eleições

Está sendo confeccionado um cartaz anunciando as eleições para a diretoria definitiva da entidade em final de setembro. O regimento que definirá os procedimentos eleitorais deverá ser apresentado ao Conselho Nacional de Entidades Gerais que se reunirá nos dias 15 e 16 de julho no Ceará, simultaneamente à realização da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC. As inscrições de chapas para as eleições deverão se dar no dia 19 de agosto num local público seguidas de um debate entre as chapas. Serão realizados posteriormente pelo menos um debate entre as chapas em cada uma das 8 regiões em que os estudantes estão classificados. As urnas para as eleições deverão estar presentes em todas as escolas filiadas à UNE

Chegou-se a ensaiar uma discussão sobre o controle do poder econômico na campanha, mas, constatada a divergência-Minas se posicionando por um controle centralizado e com critérios iguais para todas as chapas e, principalmente Bahia, se posicionando pelo não controle da campanha — resolveu-se deixar em suspenso a questão por enquanto.

Filiação

A filiação de entidades estudantis à UNE se dará sob controle das entidades que compõem a atual diretoria, nas suas respectivas regiões. A centralização deste processo ficará por conta da UEE de São Paulo que, como sede da UNE, fará os serviços de Secretaria. Para a filiação é necessário que a entidade esteja de acordo com a Carta de Princípios e o Estatuto aprovados no Congresso de Salvador. A filiação se fará também mediante o pagamento de uma taxa na base de Cr$ 1,00 por estudante da escola da respectiva entidade.

Divisão de Trabalho

Foi feita uma divisão das tarefas que a atual diretoria deverá enfrentar, ficando estabelecido a seguinte centralização para o funcionamento:

— Secretaria e Tesouraria: UEE de São Paulo

— Relações Exteriores: DCE da PUC do Rio

— Imprensa: DCE da Bahia

— Atividades de Cultura: DCE da Bahia

— Assuntos de ensino: DCEs de Minas e Pernambuco

— Contactos parlamentares: DCE de Brasília

— Luta pela anistia: DCE do Rio Grande do Sul.

Simultaneamente foi realizada uma divisão de regiões que ficarão a cargo das entidades participantes da diretoria para levar adiante a campanha de filiação bem como centralizar os encaminhamentos

— DCE do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

— UEE de São Paulo Paraná e São Paulo

— DCE da PUC do Rio Rio de Janeiro e Espírito Santo

— DCE de Minas: Minas

— DCE de Brasília: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Norte e do Sul

— DCE da Bahia: Bahia Piauí, Ceará e Sergipe

— DCE de Pernambuco: Pernambuco, Alagoas Rio Grande do Norte e Paraíba.

— DCE do Pará: Pará Amazonas, Acre e Maranhão

Legalização

Após um relato do deputado federal do MDB Airton Soares, sobre a situação legal da UNE, a diretoria concluiu o seguinte.

A UNE, criada em 1937 como sociedade civil, ganhou de imediato legalidade, como qualquer outra sociedade civil, bastando para tanto o registro devido num cartório do Rio Em 1942, Getúlio reconheceu a UNE oficialmente mas, introduzindo no texto legal de reconhecimento o dispositivo de que os estatutos da entidade deveriam ser sempre aprovados pelo Presidente da República, castrando assim a autonomia e independência da entidade Mas logo depois veio a queda do Estado Novo e este atrelamento ao longo dos anos 46/64 nunca foi efetivo

Com o golpe militar, logo depois de 64 é retirado o reconhecimento da UNE através da lei Suplicy Mesela continuava uma entidade legal, só que não mais reconhecida pelo governo. Mais tarde, em 1966, Castelo Branco determina à Procuradoria da República que abra processo judicial pedindo a extinção da UNE mesmo como sociedade civil autônoma. Este processo entra na Justiça e, como demoraria anos para ser julgado — de fato só veio a sê-lo em 1976 — forjou-se na época uma declaração do cartório carioca onde a UNE era dada por extinta. Com base neste documento falso, é que muitos estudantes vieram posteriormente a serem condenados na Lei de Segurança Nacional sob acusação de tentar recriar entidade extinta por lei. Em 1976 a Justiça julga o processo, confirmando o desejo de Castelo Branco e extinguindo a sociedade civil UNE, sob alegação de irregularidades formais em seus estatutos

Diante desta história o que cabe aos estudantes (Conclui na pág. seguinte)

O caráter da diretoria aprovada

Atraso ou democracia?

— Passando para a outra polêmica sobre o caráter provisório ou definitivo da diretoria como vocês situariam os termos do debate travado?

— **Rui Cesar:** Este foi o debate principal do Congresso e o que mais atenções chamou. Tem chegado à opinião pública uma visão deturpada desta questão. Em primeiro lugar tem sido dito que este debate estava colocado em cima de uma luta basicamente pelo poder. Em segundo lugar tem-se afirmado que este debate se deu através de conchavos não envolvendo portanto a maioria dos estudantes. E em terceiro lugar que, em função disto as pessoas que estavam sendo apontadas para a direção da entidade teriam saído desgastadas do Congresso. O centro da questão foram duas posições: uma achava que os debates não tinham sido o suficiente maduros para se tirar já uma diretoria e que portanto a eleição definitiva deveria se dar no segundo semestre através de urnas: a outra, achava que já era possível retirar dali uma diretoria que viesse a solidificar as lutas dos estudantes. Este foi o grande debate travado no Congresso, cujo resultado em parte foi favorecido pela forma como a questão foi encaminhada para a votação.

De outro lado é bom frisar que de forma nenhuma as pessoas que vinham sendo apontadas para a direção da entidade saíram desgastadas deste processo todo. E o fato de estas pessoas estarem sendo deliberadamente desgastadas, achamos que é altamente prejudicial para o movimento estudantil, pois são pessoas reconhecidas, testadas por anos de lutas. Estas pessoas são caras ao movimento popular e não podem ser tratadas desta forma. A segunda questão, do suposto conchavo, que é uma palavra pejorativa, também não é real. A formação de chapa para a UNE envolve a discussão de todas as correntes de opinião do movimento estudantil, as tentativas de unidade, etc. Isto é altamente positivo, e negativo seria se todas as pessoas que fossem ao Congresso priorizassem as divergências e ficassem brigando entre si.

Assim, nada mais válido que as pessoas das várias correntes de opinião tentarem o diálogo para buscar a unidade, é claro, sem escamotear as divergências. Isto foi feito, abertamente e deve continuar sendo feito. Isto é, não somente natural mas positivo e o processo eleitoral que vivemos tanto como o que teremos pel frente agora é muito rico do ponto de vista de se retirar uma chapa representativa dos estudantes.

O cupulismo em questão

— Mas o fato de não ter havido uma discusão nas bases em cima de chapas e programas não leva a que a tentativa de lá se retirar uma diretoria definitiva seria burocrática e cupulista?

— **Rui Cesar:** Esta é uma critica que se poderá fazer mesmo em cima das eleições que teremos daqui a alguns meses. Eu acho que seria possivel ter realizado no Congresso uma satisfatória discussão em cima de programas. E como hoje não há lideranças reconhecidas nacionalmente, caberia no Congresso às várias regiões indicarem os nomes para a composição de uma chapa. Se você entende a eleição de um programa em cima daquelas lutas que os estudantes hoje, consensualmente, estão travando, e em cima de nomes representativos das várias regiões, então o problema da preparação não teria sido previamente em cima de nomes e programas não se colocava como cupulismo para o Congresso.

— **Eduardo Albuquerque:** Acho correta a diretoria saída do Congresso: caráter provisório e composta por entidades. Isto porque o referencial político necessário para se tirar uma diretoria definitiva no Congresso inexistia. O que foi discutido e preparado nas bases foi a Carta de Princípios e uma plataforma de lutas que possa orientar os estudantes nas suas lutas mais imediatas. Um programa político — e que é imprescindível para uma direção definitiva de uma entidade — não foi possível.

Assim a diretoria provisória saída do Congresso é a expressão real da unidade preparatória para a reconstrução da entidade e que foi discutida a nível nacional. Fazer como o Rui disse — tirar a diretoria definitiva em cima da própria plataforma de lutas — é insuficiente, pois uma diretoria definitiva da UNE não pode se furtar de um posicionamento inequívoco diante dos fatos importantes da vida nacional, o que é impossível de se inferir a partir da plataforma. Basta ver o exemplo aqui agora.

Nós, enquanto diretoria provisória, tivemos dificuldade em posicionarmos em torno até mesmo de questões de ensino — por um pequeno reajustamento das anuidades ou contra qualquer reajustamento, por exemplo — o posicionamento em torno do Encontro de São Bernardo e das articulações dos trabalhadores foi vago, genérico, etc. Então é claro que se nestas condições a diretoria tivesse sido feita definitiva, ou ela iria se abster de posicionar ou o faria por votações entre seus membros mas que não foram debatidas, explicitadas e aprovadas pelo Congresso. Seria assim uma decisão claramente de cúpula, ou então omissão.

Massoca: "conchavo não decide"

— **Paulo Massoca:** Concordo plenamente com o Rui em combater a imagem que se tenta vender do Congresso. Não houve conchavos, mas sim a discussão natural e correta entre as correntes de opinião na tentativa de se chegar à unidade que expresse os estudantes. Além disto, é sabido que acordos nunca resolveram nada. Conchavo não decide: você pode discutir, acertar etc., mas é o plenário quem decide e isto é o que garante o processo democrático. Nada há portanto que desabone o Congresso e a prática eminentemente democrática que lá tivemos. Agora, minha posição particular, e que é diferente da posição da diretoria da UEE de São Paulo, é que poderíamos ter saído já do Congresso com uma diretoria definitiva, completando assim inteiramente a reconstrução.

Ora, afirmar que os estudantes não estavam preparados para isto não é verdadeiro. Quando eles se posicionaram pela reconstrução da UNE o que queriam é que a entidade saísse do Congresso apta a transformar aquelas lutas que são de seu interesse em campanhas para conseguir vitórias. E o instrumento para isto seria uma diretoria definitiva. E não concordo com o Eduardo que tivemos dificuldade em discutir e deliberar questões referentes a ensino, à conjuntura política, etc.

Então se os estudantes foram para Salvador tendo claro quais são as lutas principais que hoje devem ser travadas não há porque exitar, não há porque ter receio de levar adiante a reconstrução completa da entidade.

— **Luiz Antônio:** Eu acho que também se poderia ter avançado mais. Tanto assim que logo de cara a maioria se posicionou por uma diretoria, ainda que sem precisar o seu caráter. Em primeiro lugar argumenta-se que não havia um programa. Acho que esta é uma visão equivocada do problema. O programa que a UNE precisa é exatamente aquele que foi aprovado na plataforma de lutas. E este programa não é insatisfatório: se conseguíssemos realizar 3% dele esta seria a UNE mais forte de toda a história brasileira.

Em segundo lugar a suposta ausência de discussões nas bases. Ora, quem está pensando que vai ser possível a mais ampla e profunda discussão programática nas eleições, que os estudantes se posicionem sobre tática e estratégia vai se frustrar, porque hoje, infelizmente, o nível de consciência de nossos colegas é ainda muito baixo para isto. O que vai levar a UNE a se consolidar entre os estudantes é fundamentalmente o posicionamento e as lutas contra o ensino pago, contra a ditadura militar, pela anistia etc, e isto foi discutido e votado na plataforma de lutas.

Em último lugar quero deixar clara minha concordância com o Rui sobre o processo do Congresso ocupando, negando portanto taxativamente as versões que falam de conchavos e outras práticas anti-democráticas que teriam ocorrido.

— **Marcelo Barbieri:** Nós nos consideramos vitoriosos com esta resolução que saiu sobre a diretoria. E' o que vinhamos defendendo há muito tempo. Temos que assumir com naturalidade, sem alarmismo, sem nenhum pessimismo que havia debilidades na preparação para se tirar já uma diretoria definitiva.

As eleições que teremos pela frente com cerca de 600.000 votos serão uma verdadeira aula para a ditadura sobre como fazer eleições no país.

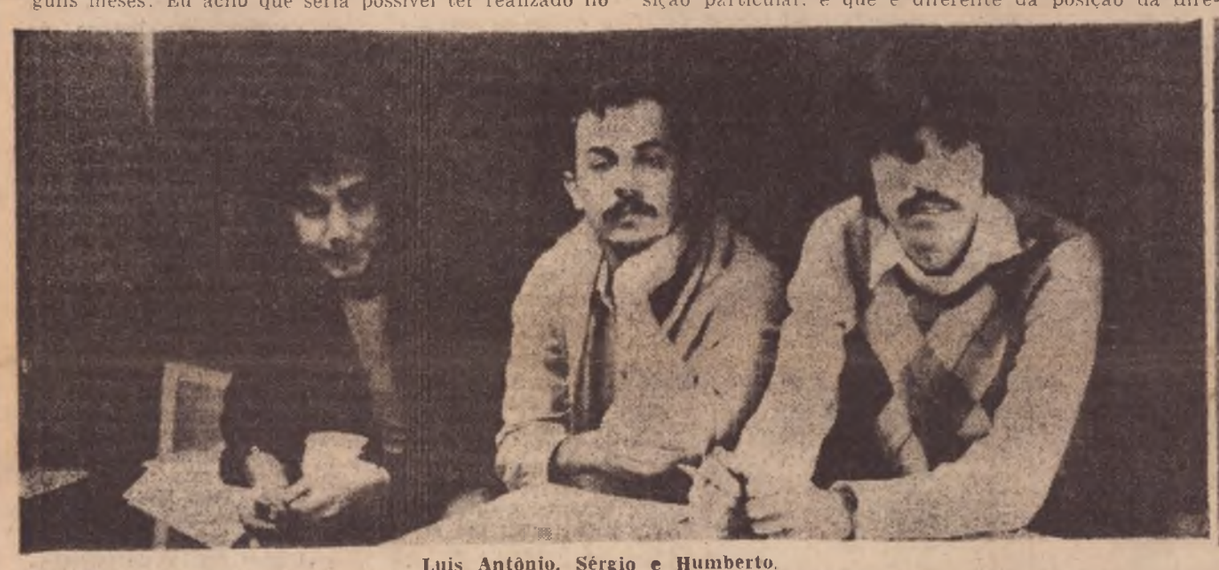
O que é um programa de fato

— **Eduardo Albuquerque:** Acho que o caráter provisório da diretoria é plenamente adequado a este momento em que o movimento estudantil ainda transita de um nível regional para um nível nacional. Isto de um lado. De outro, e é bom deixar bem claro, o que tiramos em Salvador foi: Carta de Princípios, Estatutos e — é bom frisar — Plataforma de Lutas. Ainda que num momento do Congresso a mesa, por ato falho talvez, tenha chamado o ponto em pauta de programa mínimo. Como travar a luta contra o ensino pago, como tratar a luta pela democracia na universidade, como levar a anistia, a constituinte, a Amazonia etc.? São meros nomes, títulos e dizer que isto é um programa é forçar a barra. Definitivamente o Congresso não votou um programa como deve-se entendê-lo: um todo coerente e articulado de reivindicações.

Ora, é só falar de PT aqui que esta diretoria explode em divergências. Não vamos escamotear os problemas: o que o Congresso definiu foi uma Plataforma de Lutas, que não garante uma direção efetiva para a entidade.

Por fim, e em termos de comparação, já com a Plataforma de Lutas do Congresso, gostaria de dizer o que acho que deveria ser um programa para uma diretoria da UNE hoje. Tem que ser um programa em sintonia com o momento atual e que concretize de maneira mais completa e abrangente aquilo que o Congresso estabeleceu na Carta. Deve ser um programa que combine o caráter anti-ditatorial com o caráter anti-burgues que, juntos se acham hoje nas lutas populares do país. Um programa que concretiza a ação dos estudantes, dentro e fora da universidade, já ao lado dos trabalhadores na construção de sua democracia. Isto, é inegável, se manifesta a nível de propostas na universidade, é uma prática e não mera retórica. Tem a ver com a gestão democrática, paritária, pela qual devemos lutar hoje nas escolas; tem a ver com o conteúdo dos currículos que devemos pleitear, etc. E fora também: o desmantelamento do aparato repressivo na luta pela anistia, a maneira de levar a luta pela constituinte; o posicionamento frente à rearticulação partidária etc. Bem, este tipo de debate, para a aprovação ou rejeição desta proposta não houve no Congresso. De outro lado tampouco no Congresso houve intervenções estabelecendo claramente como, mediante que critérios, se definiriam nomes para a composição de uma eventual diretoria definitiva que de lá saísse. Se assim era, então é óbvio que o que tenderia a prevalecer em termos de uma escolha de diretoria que lá houvesse, seriam articulações prévias em torno de nomes, e não uma ampla e clara discussão.

— **Marcelo Barbieri:** Eu acho, e estes dois dias de reunião da diretoria vieram comprovar que este tipo de diretoria tirada pelo Congresso é exatamente aquela necessária para as tarefas que o próprio Congresso definiu. Como disse o Eduardo, questões propriamente programáticas não teríamos condições de tirar aqui porque não houve discussão no Congresso sobre o assunto.



Luis Antônio, Sérgio e Humberto.

Massoca, Eduardo e Rui.

Jesus Carlos

A democracia na UNE

A forma das eleições

— Como que vocês justificariam a questão das eleições serem diretas ou indiretas, ou então, em urna ou em Congresso?

— **Marcelo Barbieri:** Eu acho que não é que uma forma seja mais democrática que a outra. Depende do momento, da conjuntura política. E eu acho que hoje, a participação do estudante seria maior através de um processo de eleições diretas.

— **Paulo Massoca:** Todos os dois processos são bons para apurar posições e escolher a diretoria. Eleger a diretoria agora no segundo semestre em diretas culminaria bem o Congresso, que poderia ter já indicado a diretoria definitiva.

— **Rui Cesar:** O processo em urna não é que seja menos democrático, mas o processo de Congresso aumenta o debate, a participação ganha uma outra qualidade.

— **Eduardo Albuquerque:** Eu acho que o Congresso como forma de escolha da diretoria tem todas as vantagens da urna e nenhuma de suas desvantagens. No Congresso, a participação não é somente um momento, mas sim um processo de três momentos que se somam numa democracia de nível superior. Na hora da escolha dos delegados, a massa discute ao igual que no processo de sufrágio universal em cima de chapas e programas e vota nos delegados segundo estes critérios. Mas não fica só nisto. Há em seguida um segundo momento onde os delegados se encontram num forum nacional para travar um debate mais rico e mesmo influenciar na formulação final das chapas e programas :temos aí portanto uma participação ativa e não a mera escolha numa cédula: e finalmente, estes delegados de volta do Congresso cumprem o papel de elos entre a diretoria eleita e a massa, como uma instância intermediária.

— **Sérgio Medeiros:** Não se trata de que as eleições em Congresso sejam biônicas, semelhantes às eleições da ditadura como muitos argumentaram. É que no momento uma eleição direta contribuiria em muito para popularizar a UNE entre os estudantes.

A conjuntura e a reordenação partidária

Encontro de São Bernardo

Como vocês avaliam individualmente o Encontro de São Bernardo?

— **Luís Antônio:** Sou plenamente favorável. Trata-se de um marco fundamental para se encontrar hoje uma alternativa para os setores populares da sociedade. E' o início de algo muito importante no país, mais particularmente da construção de um partido popular.

— **Paulo Massoca:** E' o sintoma de que amadurecem cada vez mais as condições para a criação de uma frente popular: ou seja uma forte unidade para derrotar a ditadura militar e implantar as liberdades democráticas no país: é assim que forjaremos no dia a dia uma grande unidade popular que possibilitará transformar o MDB num Partido Popular.

— **Eduardo Albuquerque:** O Encontro apontou para a unidade dos oprimidos, dos trabalhadores em particular, em união com estudantes e demais setores explorados. Pode sair daí uma frente que seja a consequência prática daqueles Princípios da UNE aprovados em Salvador. Uma articulação anti-ditadura, sem patrões e que no horizonte contemple a construção de uma sociedade socialista.

— **Marcelo Barbieri:** O trabalho no MDB ainda é importante mas temos que estar atentos às iniciativas dos setores populares que como esta agora podem vir a contribuir para a construção de uma frente de mobilização popular.

— **Rui Cesar:** Foi um grande passo para a consolidação da unidade dos diversos setores populares na luta contra a ditadura militar, pela mais ampla liberdade de organização e expressão partidária. E' importante reforçar e participar do MDB atualmente, tendo claro contudo que ele não é o partido que vai realizar as transformações sociais que queremos. Ele é uma frente importante de luta até que surja a ampla liberdade de organização e manifestação.

(Conclusão da pág. ant.)

hoje é, em primeiro lugar, lutar pela legalização da UNE, o que, no plano jurídico, significa entrar com uma ação na Justiça denunciando a farsa de 1966 e rebatendo as supostas irregularidades formais que foram alegadas em 1976. Isto obtido, o passo seguinte, é atualizar as atas da sociedade civil no cartório carioca onde ela está registrada. Assim, a entidade estará legalizada. O passo seguinte, o reconhecimento é meios jurídicos e principalmente político, já que envolve uma relação com o governo, com o executivo portanto e não somente com o judiciário como é no caso da legalização. Dependerá portanto da luta mais geral que se trava hoje pela liberdade de organização a nível dos vários setores populares, pois de forma alguma os estudantes aceitarão um reconhecimento que lhes imponha a perda de independência e autonomia diante do Estado.

De imediato no entanto há o projeto de lei que o governo enviou ao Congresso, onde se propõe o reconhecimento dos Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes — DAs e DCEs — como órgãos de representação estudantil a nível de escolas e universidades. A diretoria da UNE combinou reuniões com parlamentares do MDB para estudar a possibilidade de emendas substitutivas a este projeto que mantém os DAs DCEs atrelados ao Ministério de Educação e Cultura. Esta comissão conjunta com parlamentares estudará também a possibilidade de apresentação futura de um projeto integral de representação estudantil ao Congresso onde, globalmente, se defina a representação estudantil independente no país.

Uma luta que contudo já se abre agora para os estudantes, tão logo eles tenham obtido a legalização da UNE, é a obtenção da posse de seus bens cassados pela ditadura. Só no Arsenal da Marinha, no Rio, há 7 toneladas de materiais apreendidos na sede da UNE no Rio após o golpe de 64. A sede no Rio, o antigo Clube Germânico, nunca foi juridicamente de propriedade da UNE, pois era tão somente cedido pelo governo para o uso dos estudantes. Mas há prédios das Uniões Estaduais dos Estudantes em várias capitais do Estado que agora no processo de reconstrução das UEEs se colocam como objetivos a serem readquiridos.

Enfim, neste campo da legalização bem como do reconhecimento, a questão ainda não está de toda clara, embora seja evidente que o lado político do problema é o que pesa fundamentalmente. Portanto tudo dependerá de como a UNE se reconstrua junto aos estudantes e à população em geral para que as conquistas sejam totais e rápidas.

Moções

Por fim, a diretoria resolveu aprovar uma série de moções de apoio a várias causas do momento.

— Encontro de São Bernardo: "A UNE, através de sua diretoria provisória vem publicamente manifestar seu apoio à Carta de São Bernardo, fruto do encontro de trabalhadores, parlamentares e intelectuais. Considerando a necessidade dos setores populares de nossa sociedade se unirem pelo fim da ditadura militar, pela construção de uma sociedade mais justa, sem opressão e exploração. Por isto desde já ressaltamos a nossa solidariedade às iniciativas dos trabalhadores, intelectuais e parlamentares e de todos os setores oprimidos no sentido de avançar sua organização independente buscando influir decisivamente na vida política e institucional do país e em sua transformação".

— Adiamento das eleições de 80 e voto distrital "A UNE considera que o adiamento das eleições de 80 defendido pelo governo, junto com a implantação do voto distrital são atos arbitrários que visam apenas manter por força a fasa maioria governista não se submetendo à maioria da população".

Aprovou-se ainda outras moções contra o jubilamento de estudantes nas universidades e pela solidariedade ao povo da Nicarágua contra a ditadura de Somoza.

Nicarágua

A União Nacional dos Estudantes vem a público manifestar sua total solidariedade à luta do povo nicaraguense contra a ditadura sanguinária daquele país.

Ao mesmo tempo exige do governo brasileiro a ruptura de relações diplomáticas com a Nicarágua e o fim do fornecimento de armas à ditadura de Somoza.

Finalmente, nos posicionamos contra toda e qualquer intervenção externa na Nicaragua, e conclamamos os demais setores oposicionistas brasileiros a se solidarizarem também com a luta do povo nicaraguense.

Finalmente aprovou-se também um "Manifesto ao Povo Brasileiro", onde a UNE agradece o apoio prestado na reconstrução da entidade.

A composição da Diretoria

CCongresso de Salvadordecidiu por uma diretoria provisória, composta de representantes de entidades que, no entanto ainda não foramdefinitivamente escolhidos por suas respectivas entidades. Participaram da reunião de Sao Paulo os seguintes estudantes:

— **União Estadual dos Estudantes de São Paulo: Paulo Massoca, Marcelo Barbieri, Arnaldo Calil (*), Igor Fuzer (*), Fernando Peregrino (*), Celso Figueiredo (*) e Terezinha Leis (*) (7 pessoas com direito a voz, porém com direito a um voto, como as demais entidades).**

— **Diretório Central dos Estudantes — DCE — da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Luis Marques (*).**

— **DCE da Universidade Federal de Minas Gerais: Eduardo Albuquerque (Duda).**

— **DCE da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Sérgio Carneiro (Serginho).**

— **DCE da Universidade Federal da Bahia: Rui Cesar Costa Silva.**

— **DCE da Universidade Nacional de Brasília: Jose Humberto Almeida (*).**

— **DCE da Universidade Federal de Pernambuco: Luis Antônio Falcão (Lula).**

— **DCE da Universidade Federal do Pará: Sérgio Medeiros.**

(*) Participaram da reunião da diretoria mas não puderam ficar para a mesa redonda.

Plataforma de lutas

- Pelo ensino público e gratuito em todos os níveis
- Por mais verbas
- Pela filiação dos estudantes à UNE
- Pela Anistia ampla, geral e irrestrita
- Pela Constituinte
- Pela defesa da amazônia

Denúncia: é crescente a miséria social dos lavradores do vale do Rio São Francisco. Uma reportagem feita pela Comissão Pastoral da Terra.

Agonia à margem da vida

Um futuro cada vez mais incerto persegue nada menos que oito milhões de habitantes do vale do Rio São Francisco. Em nome do progresso, o governo e os empresários vêm nos últimos anos intensificando a exploração do potencial hidrelétrico do rio e das possibilidades agro-industriais das suas margens em cinco Estados, de maneira tão predatória que o "Velho Chico", como é conhecido também, agoniza. A CHESF e a CODEVAF, órgãos do governo, aliadas aos grileiros, espalham o pânico nas mais diferentes localidades e mereceram a recente condenação da Comissão Pastoral da Terra, que está divulgando uma substanciosa reportagem de Mariluce de S. Moura, que percorreu as regiões mais atingidas. A primeira parte do texto vai condensada nesta página.

PARA cerca de oito milhões de pessoas que vivem nas margens do Rio São Francisco, ao longo de cinco estados do Brasil — Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe — este curso d'água e a sua própria vida sempre tiveram destinos ligados.

A vida não poderia ser compreendida sem o rio. O rio era a fonte da vida. Ele indicava quando era época de plantar, de colher, de pescar. Ele se oferecia com o que podia trazer de bom para todos aqueles homens que viviam dele e faziam também as suas exigências: no tempo da cheia, tudo já devia estar colhido. Homem e rio se entendiam.

Nas terras fertéis da vazante, na margem e nas muitas ilhas do rio, os homens plantavam o milho, a mandioca, o feijão de arranque, a abóbora, a batata. Sabiam que depois da cheia, as águas tinham deixado as terras muito boas para plantar. Nas várzeas inundáveis, em outros pontos do rio, os homens plantavam arroz. E nas águas calmas, ao longo de quase todo o rio enorme, eles se acostumavam a pescar. Lançar suas redes e em tempo bom trazer os pequenos barcos com muitos peixes.

Quase sempre, os homens que plantavam com a vazante também tinham em terra firme, perto do rio, uma pequena roça, onde plantavam com a chuva e onde além do feijão, da mandioca, do milho, costumavam ter algumas fruteiras — mangueiras, umbuzeiros, bananeiras. Nessas pequenas terras em ponto firme, eles costumavam ter algum gado, ou a criação miúda, cabras, ovelhas entre outros bichos.

Mas a cada ano que passa essa situação vai sendo modificada, como pode constatar facilmente quem percorrer as margens do "Velho Chico", como também é conhecido o Rio São Francisco, nos seus 2.600 quilômetros de extensão, da nascente até o mar.

Convivência dificultada

Num pequeno povoado, cinzento em parte, em parte avermelhado, cerca de dez homens assistem em torno de uma árvore à matança de um cabrito. Ele será a comida de uma parte considerável das famílias que moram nas 100 casas do lugar, naquele dia.

O pequeno povoado chama-se Marcos, ou Marcos Novo, um distrito do município de Remanso, na região de Juazeiro, no médio São Francisco, represadas com a barragem de Sobradinho.

Olhando pacientemente a morte do cabrito, Gabriel Gomes da Silva, 44 anos, 14 filhos, começa a contar: "A gente plantava cinco, seis ou sete tarefas de terra na Ilha e todos tinham a vazante. Sabia quando o rio ia encher, sabia quando ia vazar. Plantava feijão, milho, melancia, mandioca, sabendo tudo isso. Nesse novo Marcos, a gente não tem nenhum controle do rio. Anunciam uma enchente, ela não vem e a gente fica sem saber como plantar. O rio agora está fechado para pesca e a gente que tava vivendo nesses tempos só de peixe, tem que se virar. Ainda bem que o pessoal do mato é igual a animal, passa com tudo ou com qualquer coisa".

Com a voz firme, Gabriel resume: "Aquilo lá (o povoado antigo de Marcos) era nosso. A pesca era direto. A criação tava segura. Agora, longe do rio como ele era, tem que esperar a chuva pra ver se vai plantar".

Bartolomeu Gomes dos Santos, um dos que esperam um pedaço de cabrito, faz a sua confissão: "Sabe, eu tou fazendo é um negócio que dei o nome de assaltar — pescando escondido pra conseguir comer".

A muitos quilômetros de distância, no município de Porto da Folha, em Sergipe, região do Baixo São Francisco, Pedro Santana, Pedrito para os amigos, um líder de uma comunidade descendente dos índios Xokó, conta das suas relações com o rio e dos que se fizeram donos do rio no caso, a família Brito, de Propriá, Sergipe, da qual o prefeito Antonio Brito é um dos representantes:

"Na lagoa da fazenda Caiçara, a pescaria sempre foi na base de três por um — o pescador fica com um peixe e entrega dois ao patrão. Mas isso só depois de ele já haver separado para ele mesmo os peixes melhores e no dia que era marcado para a pesca. Plantação era na base de meia. Só que a meia dada tinha que ser maior que a que fica pra gente. O resto, vendido ao patrão mesmo".

Pedrito, entretanto, achava isso melhor do que a situação da comunidade agora, quando os Brito estão dispostos a expulsá-los da terra de qualquer maneira.

"Agora a gente está proibido de plantar. A vazante tá lá e não pode plantar, não pode criar. Se for pegado pescando escondido, a gente apanha e vai preso. O rio tá aí, na frente da gente, e ninguém pode fazer nada".

As grandes acusações

Na fazenda Caicara, onde estão quase 30 casas de estuque, se desmanchando pouco a pouco, o rio realmente está a poucos passos. E os descendentes diretos dos Xokós estão obrigados a viver quase que de doações de outras comunidades vizinhas.

Mais abaixo, em Pindoba, no município de Neópolis, Sergipe, o velho Antonio Vieira Barbosa, sentado na sala de sua casa, olha a antiga plantação de arroz, em frente à casa, que se estendia até o riacho Mussuípe, adiante vários metros: "Com essa terrinha daí, sempre consegui comprar roupa pros nove filhos no fim de ano.

Essa terra era herança do meu pai. Aqui nasci e me criei e me acostumei a trabalhar. Sabia quando a várzea alagava, sabia quando a várzea descia, tirava arroz bom daí"

"A terra foi desapropriada — prossegue ele. Construíram uns diques, o rio não vaza e não enche. As águas estão niveladas. Eles ainda não fizeram nada. E eu só aqui olhando. Todo mundo está perdendo as terras e a gente, quase nenhum tem mais do que viver. Quem ficou com alguma rocinha no alto, ficou mais pobre, mas ainda dá pra se virar. Mas é uma tristeza".

São todos eles — Gabriel, Bartolomeu, Pedrito ou Antonio Barbosa — homens que sempre estiveram ligados ao rio. De forma diferente, sempre foram explorados por outras forças que eram contra o rio ser generoso para eles. E hoje, por diferentes circunstâncias são expulsos de uma convivência estabelecida com o rio.

Esses homens, como milhares e milhares de outros que se espalham em volta do Rio São Francisco, têm hoje a sua história modificada por três seres que se apresentaram no Rio São Francisco: a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e a grilagem.

No Rio São Francisco, nestes anos 70, um nome se transformou quase em terror. Para milhares de lavradores ele passou a significar a perda de suas terras, a perda de suas culturas, a expulsão do lugar onde sempre viveram, a destruição de comunidades formadas ao longo de muitos anos. E também a significar o fim de suas cidades e povoados o enterro sob as águas de suas casas, suas igrejas e até a perda de seus mortos nos cemitérios. Este nome é CHESF.

Expulsos da beira do rio, com quem sempre se entenderam, jogados na caatinga, em muitos casos, os lavradores perderam um pouco da sua força e da sua segurança. Dentro de cada um, perderam um pouco do que eram. Tentando explicar isso, o bispo de Juazeiro, na Bahia Dom José Rodrigues diz assim: "O Rio São Francisco fazia parte da paisagem espiritual dos lavradores que viviam nas suas margens. Quando lhes tiraram o rio, arrancaram alguma coisa de sua alma".

Foi por isso que um velho — é Dom José Rodrigues quem conta — da cidade de Casa Nova, inundada pelas águas do lago de Sobradinho, olhava o dia inteiro para as bandas do Rio e começava a chorar. Olhava e chorava e desse jeito foi definhando até morrer.

Até um tempo não muito distante, o "Velho Chico" era conhecido como o "rio da integração nacional" porque ligava diferentes regiões do Brasil. Mas, desde que se começou a implantar a usina hidrelétrica de Paulo Afonso em 1948, e principalmente com a sua inauguração em 1955, o governo passou a ver o Rio São Francisco, antes de tudo como gerador de energia elétrica.

O rio ia passar a servir para alimentar com energia as indústrias que deviam se instalar no Nordeste e as cidades que deviam crescer muito com essas indústrias. Para as pessoas que dependiam do rio para viver, essa energia de pouco ou nada ia adiantar, porque eles não tinham energia elétrica na maioria de suas comunidades.

Depois de Paulo Afonso, veio, em 1962 a construção da represa de Três Marias, em Minas Gerais, perto das cabeceiras do rio, que prejudicou muito a pesca no médio e sub-médio São Francisco

Veio a construção de mais duas usinas em Paulo Afonso, a PA-2 e a PA-3, esta terminada em 973. E para completar o que a CHESF chama de um sistema integrado veio em 1970 o projeto da barragem de Sobradinho, junto com as usinas Paulo Afonso — 4, Moxotó, Pedras, Itaparica, mais uma hidrelétrica abaixo da represa de Sobradinho e outras ainda em prjeto. No total, 11 usinas.

A hidrelétrica de Ioxotó, inundou, em 1973, a cidade de Glória e vários de seus povoados, desalojando alguns milhares de pessoas. Sobradinho trouxe o maior deslocamento de população já verificado até hoje, retirando de suas terras mais de 70 mil pessoas.

A hidrelétrica de Itaparica, na região de Petrolândia, Pernambuco, começa a desapropriar, já agora, alguns milhares de pesosas. Mas a CHESF ainda não respondeu a perguntas como: que área de terras será inundada? Quantas mil pessoas perderão suas terras, seus bens, suas formas de vida?

São todas obras gigantescas, que representam bilhões de cruzeiros gastos. E tudo isso para garantir energia suficiente para o Nordeste só até 1990. Dentro de mais 11 anos, todos os sacrifícios impostos diretamente a mais de 100 mil pessoas (e indiretamente a um número muitas vezes maior) já não vão assegurar nem mesmo a energia que o governo diz que o Nordeste precisa. Até lá já se terá tirado do rio tudo o que ele pode oferecer de energia. Depois disso, segundo disse um engenheiro da CHESF, só com energia nuclear ou gerada na Amazonia.

Por causa dessas coisas, falando de Sobradinho, que está na área da diocese é que o bispo Dom José Rodrigues diz: "Seriam mesmo necessárias essas obras nas proporções que estão sendo feitas? E se são necessárias por que antes de se pensar nas britadeiras, no cimento armado, nas máquinas não se pensou no homem, esse homem do São Francisco? Por que tem que se fazer um progresso para enriquecer quem já é rico e desgraçar o pobre?"

Num lugar quente e desolado, que transmite uma certa sensação de tristeza e desanimo, se levanta a cidade de Nova Glória. Casas simples, algumas vendinhas, a igreja, a escola, ruas empoeiradas e um movimento tão pequeno que, chegando lá, pode-se pensar que a cidade está abandonada.

O município de Glória tem cerca de 10 mil habitantes e foi atingido pela hidrelétrica de Moxotó em 1973 Passou todo esse tempo e a nova sede construída para o município é uma cidade não terminada.

Sentado na sala de sua casa, "seu" Armando Ferreira Soares, um velho de 72 anos, fala comovido: "A gente tinha uma ilha e a beira da vazante na Glória antiga Tinha uma casa grande com duas salas tinha uma canoa. Plantava feijão, batata, melancia. Conseguia, às vezes, tirar da roça, um caminhão de melancia, para vender nas balsas. Aqui, tenho só essa casa que prometeram a escritura e até hoje não veio Por tudo que eu tinha a CHESF me deu somente cinco mil".

Ele passa a mão nos olhos e continua seu depoimento: "Lá em Glória, o Exército amarrou corda na cumieira das casas de quem não queria sair e derrubou tudo. Eu não queria assinar, não concordando com o preço que eles queriam me dar para indenização. Mas eu não podia fazer nada contra uma companhia poderosa dessas, que tinha 40 advogados, o Exército e o governo, tudo ao seu lado. E aí foi tudo assim — a gente aceitou a indenização que eles queriam dar, e foi jogado aqui, sem assistencia, sem nada".

"Seu" Armando conta que avisaram que ele tinha que sair seis meses antes: "Aí foi aquela coisa — vendi umas 50 ovelhas por 1.500 contos, quase de graça. Das 20 cabeças de gado que tinha, morreram oito, o resto vendi por besteira. Vendi 70 bolas de arame por 1500 contos e na verdade valia uns 35 mil. Era o desespero, o medo de não ter coisa nenhuma. Na Nova Glória fiquei dentro dessa casa, três vezes menor do que a que tinha, recebendo 1.404 cruzeiros de aposentadoria da Prefeitura, onde trabalhei 43 anos e terminei como chefe do serviço de finanças. Do INPS recebo pouco mais de 500 cruzeiros"

A diretora do ginásio de Glória conta que na beira do rio, perto da nova cidade, muitas pessoas que saíram da antiga não conseguiram fazer roças, porque outras pessoas de Paulo Afonso chegaram primeiro e ali plantaram: "A cidade ficou muito dependente de Paulo Afonso, porque antes era pequena mas tinha feira, tinha tudo. Agora só tem as vendinhas mesmo e o jeito é comprar comida e tudo em Paulo Afonso".

Nem todos que saíram da sede de Glória Antiga se relocalizaram na nova sede do município construído pela CHESF. Muitos foram para Quixaba e outros povoados. Um desses é o velho lavrador Manuel Barbosa Fortes, o Lelé Parreira, de 65 anos.

Quando ouve falar na inundação da Glória, "seu" Lelé Parreira olha firme e diz assim: "Falar nisso é mexer com a coisa que tenho mais raiva na vida. Eu saí da Glória rebocado pelo Exército. Quando veio essa história dessa barragem de Moxotó, o que se viu no começo foi o dr. Lindolfo, um doutor da CHESF, botando tudo que era cabra brabo no bolso. Sabia salivar o homem e a gente nem esperneava. Era uma conversa bonita de que a gente ia receber outra terra adiante. A CHESF iria irrigar terra pra gente, ia ser a melhor das maravilhas".

Ele tinha uma terra grande com capim e gado. Era propriedade com escritura, registro no cartório de imóveis "e tudo isso, essa papelada ficou no serviço jurídico da CHESF, sem nunca ser devolvido". No dia que chamaram "seu" Lelé na CHESF para o pagamento, um empregado da companhia buxixou no seu ouvido que valia 12.800 contos. Mas, quando no escritório lhe comunicaram o preço, ele só tinha a receber 1.400 cruzeiros.

Depois de criar muito caso, resistir aos doutores da CHESF e até mesmo aos sargentos que foram até à sua casa para botá-lo para fora na marra, Lelé Parreira acabou recebendo 5.260 cruzeiros.

Quixaba, o povoado onde mora Lelé Parreira, tem 266 casas. Quase duas mil pessoas. Mas, quase ninguém resistiu como ele à CHESF. A grande maioria aceitou as indenizações propostas, sem discussão. Para eles, como diz dona Elza Soares de Souza, que tem nove filhos, "era como se ninguém pudesse fazer nada. Todo mundo tinha mesmo que sair. Isso era o que a gente sabia. Desse modo, preferia receber qualquer coisa, para não ficar sem nada". Outra perda que ela não se conforma. "A igreja era muito bonita. Desmantelaram tudo. No alto, tinha uma cruz iluminada e já daqui vi um dia quando a torre caiu e a cruz também foi cortada. A gente ficou mais triste".

No seu longo caminho, o "rio da integração nacional" aparece com características diferentes e por isso se divide em quatro zonas: Alto São Francisco, em Minas, onde está sua nascente; Médio São Francisco, de Pirapora, até a barragem de Sobradinho, no Estado da Bahia; sub-médio São Francisco, de Sobradinho até Paulo Afonso (nessa zona, ele divide a Bahia de Pernambuco); e Baixo São Francisco, de Paulo Afonso até o mar, e que é o trecho onde ele passa por Alagoas e por Sergipe.

O Vale do São Francisco — ou seja, as terras que estão sob a influencia desse rio — é uma região enorme, com aproximadamente 640.540 quilômetros quadrados. Todo rio grande como este, de alguma forma, é uma riqueza natural e por isso atrai sempre as populações para suas margens, para o seu vale. Em toda a bacia do São Francisco, calcula-se que vivem oito milhões de pessoas.

Os primeiros e mais antigos habitantes do Vale do São Francisco foram os "coronéis", com dígenas. Mas depois vieram os "coornéis", com uma história de violências e prepotência, misturada com paternalismo. As populações formadas por índios, escravos e brancos, com menor poder econômico, foram sempre subjugadas.

Colonos "posseiros" são uma velha tradição no Vale do São Francisco e por muitos anos eles foram apenas tolerados pelos "senhores de terra". Nessa época, o país estava mais interessado no café, na cana, no cacau e a economia no São Francisco se arrastava. O governo não tinha um grande projeto para ele.

Foi em 1948, que veio a decisão do governo de aproveitar o Rio São Francisco como uma fonte importante de energia. E a CHESF chegou com suas hidrelétricas, pouco a pouco invadindo tudo. A tal ponto que as obras que estão sendo executadas ou estão projetadas hoje, esgotam o potencial de energia do rio.

Vieram depois as idéias de desenvolvimento do Vale, com projetos de agricultura irrigada. Mas isso não resolvia a questão de um projeto para o Vale. E, já no final da década de 60, havia o interesse de atrair empresários do Centro-Sul, para investir no vale. Para isso o governo precisava criar o que se chama infra-estrutura: estradas, órgãos de assistencia técnica à produção, programas especiais de crédito, aeroportos, etc.

No final de 1972, o Ministério do Interior e o Ministério do Planejamento patrocinaram a viagem de empresários às áreas mais ricas do vale. A essa altura, glebas imensas já haviam sido tomadas por norte-americanos, conforme apurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos trabalhos se encerraram em abril de 1968. O resto poderia ser entregue aos empresários do Centro-Sul — asim pareciam pensar eles.

Mas pode-se dizer que a idéia de ocupar o São Francisco com grandes empresas agro-industriais tomou mais corpo em 1973. Esse ano marcou o fim de uma época de muito crescimento econômico no país que o governo chamou de "o milagre econômico".

No campo o que passava a ser importante para o governo não era a distribuição de terras aos agricultores, mas a chamada "modernização" e a chamada "ampliação da fronteira agrícola". Essa "modernização" e essa "ampliação" — com violência, expulsão de posseiros, substituição do meeiro pelo diarista, etc. — tinha que ser através da grande empresa: a empresa que compra máquinas e equipamentos, que planta produtos que dão mais lucro para ele do que o feijão, o milho, e que, algumas vezes, industrializa o que planta.

Na próxima semana

. O contraste do ufanismo de Sobradinho, "o maior lago artificial do mundo" e a desagregação da vida de uma comunidade de 70 mil pessoas. A agricultura arrasada. Os lavradores tocados como animais. A grilagem com o apoio do governo. A chegada das grandes empresas. A resistência.

Goiás: a oposição sindical brota no campo

Xô, pelego! Saia fora do meu arrozal!

Por Gisele Nogueira

Um movimento de oposição sindical começa a sacudir o imobilismo do espantalho presente no sindicalismo rural do estado de Goiás. O outrora seguro e tranquilo reduto de notórios pelegos do campo sofreu nos últimos meses reveses significativos. Cinco chapas de oposição às diretorias de entidades em cidades diferentes conseguiram se inscrever para concorrer às eleições, o que já é uma façanha diante das manobras e fraudes dos pelegos, que no campo ainda são mais velhacos que seus similares da cidade. Duas delas conseguiram sair vitoriosas — em Nova Veneza e Bela Vista. Além disso, os trabalhadores rurais tomaram a iniciativa de organizar vários sindicatos, independentes da influência da Federação dos Trabalhadores Rurais, Metaeg, entidade que comanda o sindicalismo atrelado ao governo e aos empresários em Goiás e é dirigida por Antonio Bueno. E, mais recentemente, no Congresso Nacional da Contag, realizado em Brasília, o movimento de oposição sindical se fez presente criticando a FETAEG e defendendo alternativas sindicais que realmente representem os interesses do homem do campo.

Desarmando os pelegos

A história das Oposições Sindicais em Goiás, na verdade, começou em 1976, no pequenino município de Ietaquaru, próximo de Goiânia, com o lançamento da primeira chapa que possuía um programa que realmente refletia os interesses dos trabalhadores. Naquele ano deveria acontecer a segunda eleição para o sindicato — a primeira foi em 1973 com a diretoria eleita através de chapa única. Isso, no entanto, não aconteceu, sob a alegação de que alguns dos candidatos da oposição não cumpriam a exigência de comprovação de dois anos de profissão no município, a Delegacia Regional do Trabalho, a pedido da FETAEG, anulou o registro da chapa. O antigo presidente, Geny Alves de Deus novamente assumiu o sindicato até que outras eleições fossem marcadas. Em 1977, com a oposição desorganizada, ele mais uma vez concorreu sozinho, devendo permanecer na presidência até setembro do ano que vem quando seu mandato se encerra.

Não resta dúvida que, para as oposições goianas, o principal entrave tem sido a FETAEG, que praticamente possui uma máquina de fazer e manter pelegos nas diretorias dos sindicatos rurais. Instrumento este pronto a ser acionado nos períodos eleitorais. O sigilo até praticamente às vésperas do encerramento do prazo de registro de chapas tem sido uma das táticas mais utilizadas. Além disso são incontáveis as dificuldades impostas aos opositores para conseguirem a documentação exigida, uma vez que são feitas determinações as mais absurdas, como por exemplo a posse do número do CPF. Faz parte também do ritual a apresentação do tal atestado de residência e trabalho no município, num período mínimo de dois anos, aos que quiserem se candidatar. E completando o quadro de artimanhas utilizadas pela Federação, para poder eleger os seus pupilos além das ameaças pessoais, ela própria participa ativamente das campanhas financiando-as, fornecendo carros para buscar os eleitores, lanches e difamando candidatos.

Pelo lado dos sindicatos as manobras não são muito diferentes, e muitos deles somente divulgam a lista dos votantes no dia da eleição. Isso porque alguns costumam cobrar certas taxas extras dos associados, não permitindo votar os que não estiverem em dia com os pagamentos.

Mesmo assim as oposições conseguiram sair vitoriosas em alguns sindicatos, em eleições realizadas nos meses de abril e maio. Em **Nova Veneza**, apesar do prazo para o registro das chapas ter sido comunicado com apenas 5 dias de antecedência os pelegos foram derrotados. E a tentativa de boicote não ficou só aí, pois além das eleições (no caso dos pelegos, é claro) terem sido articuladas com muita antecedência e por baixo do pano, pressões foram feitas, sobre os que apoiavam a "Chapa 2" culminando com o afastamento de dois funcionários do sindicato dos cargos que ocupavam.

Já em **Bela Vista** a vitória foi maior ainda, pois a pelegada apesar dos esforços de Antonio Nunes, presidente da FETAEG, não conseguiu sequer formar uma chapa. Dessa forma o trabalhador Nelson Teles foi reeleito.

Um jogo de cédulas marcadas

Também em **Carmo do Rio Verde**, a oposição conseguiu lançar a sua "Chapa 2", nas eleições para o sindicato que, fundado em 1975, conta hoje com cerca de 1.700 associados. Ali a notícia sobre a data de registro de chapas saiu com apenas 48 horas de antecedência. Mas a irregularidade maior seria constatada no momento mesmo da votação: nas cédulas constavam os nomes de um sindicato de outra unidade e os candidatos de uma terceira localidade. A oposição marcou o pé contra os pelegos do sindicato e da FETAEG e as eleições foram anuladas.

Em contrapartida a Federação entrou com tudo, em **Jussara** e **Itirapuã**, e lá conseguiu derrotar a oposição. O trabalho maior desenvolvido pelos pelegos, nesses dois municípios, foi junto aos aposentados, que por serem isentos de pagarem as taxas (mais de Cr$ 50 mensais) cobradas pelos sindicatos — quantia essa que, em se tratando dos trabalhadores da região pesa bastante — estavam com o direito de voto garantido. Estes foram buscados em suas casas, receberam lanches e eram sempre alertados de que a "Chapa 2 era de comunistas" e que se não votassem pela reeleição dos então presidentes teriam suas opesentadorias canceladas. Isso sem contar as tais exigências com a papelada de registro de candidaturas, que obrigava muitos a terem de viajar até Goiania, para conseguí-los.

Sindicatos livres

Os sindicatos de **Uruana** e **Mossâmedes** são dois exemplos típicos de entidades que surgiram criadas pelos próprios trabalhadores, sem nenhuma intervenção da Federação. No primeiro caso, há muito tempo que eles reivindicavam a sua existência e, chegaram mesmo a enviar um abaixo-assinado à FETAEG com centenas de assinaturas. Como ela não desse mostras de ter tomado conhecimento do pedido, eles recorreram à CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas — para receberem as orientações sobre os encaminhamentos a serem efetuados para a fundação de um sindicato. Isso foi conseguido em abril de 1977 e nesse mesmo ano foi reconhecido. A Federação, por seu lado, continuou o boicote, sob a tutela da Delegacia Regional do Trabalho, que até hoje não deu autorização para a realização de eleições. O Sindicato funciona desde então com uma diretoria provisória, arcando sozinho com todas as despesas. Nem mesmo um prometido ambulatório médico, em convênio com o Funrural, foi instalado. O dinheiro recolhido de contribuições sindicais, depositado em nome da FETAEG, desde 1977, até hoje está retido.

Em **Mossâmedes** a situação vai mais longe, pois, fundado em 1977, em uma assembléia com mais de 500 trabalhadores rurais, até hoje não foi reconhecido pela Federação. As pressões sobre seus dirigentes chegaram ao ponto dos mesmos receberem intimações a comparecerem à Delegacia para deporem sobre as atividades da entidade, que teve até suas atas vistoriadas.

ENTREVISTA

"Há movimentos de base no estado inteiro"

O grupo de trabalhadores rurais que compareceu ao Congresso da Contag como Oposição à direita da FETAEG concedeu uma entrevista a **Em Tempo**, sobre o seu movimento.

"Aqui foram citados apenas alguns sindicatos, mas existem movimentos de base em vários outros lugares, no Estado inteiro. Movimentos de trabalhadores que já enxergaram um pouco além e querem caminhar, mas são barrados, pressionados. A gente tem dificuldade até pra concorrer nas eleições. Mesmo assim queremos fortalecer a nossa luta, nos ligando ao movimento sindical, e não fora dos sindicatos", assinala um trabalhador rural de Itaguaru.

"Nós sentimos a necessidade de nos unirmos — prossegue ele — para podermos enfrentar as pressões dos patrões, das autoridades, da injustiça agrária que está aí, do esquema do sindicalismo que é pelego. E ainda por cima vem a Federação, caprichando com tudo, querendo marginalizar mais ainda os trabalhadores do campo."

O primeiro passo para a consolidação dessa união, em termos regionais, foi dado em abril, quando mais de 90 trabalhadores rurais, provenientes de 25 municípios, se reuniram em Goiânia e tomaram a decisão de denunciar, em todos os níveis, a situação da classe e também o peleguismo instalado em suas entidades, a começar pela Federação do Estado.

Decidiram, ainda, participar do III.o Congresso uma vez que a FETAEG, ao contrário do regimento divulgado pela CONTAG, definindo que os delegados deveriam ser retirados em assembléia dos sindicatos, após cada um ter discutido em suas bases, quais os pontos a serem apresentados no Encontro.

"Aqui não foi feito nada disso. A FETAEG escolheu quem ela achou mais conveniente. Então os sindicatos, e trabalhadores que já estão mais esclarecidos e levando algum trabalho junto às casas, nos reunimos e resolvemos pedir diretamente à CONTAG autorização e vagas para irmos a Brasília", explica Vanderlei. Segundo a próum deles. Segundo a própria direção da Confederação, que acatou o pedido, a participação de oposições sindicais no Encontro foi um fato inédito, pois antes elas nunca haviam conseguido chegar até lá.

Um dos objetivos do grupo, com cerca de 10 representantes das oposições goianas foi, justamente denunciar a atuação da Federação, segundo eles mesmos descrevem:

"Ela não dá assistência, atrapalha mais que ajuda, e sentimos que era preciso que o Brasil todo tomasse conhecimento disso, do que a gente está sofrendo. Ela (a FETAEG) por fora apresentam-se com uma cara e aqui dentro com outra"...

Para eles, o problema que mais tem afligido o trabalhador rural em Goiás, além do peleguismo comandado pela entidade maior no Estado e da legislação sindical "injusta", é a questão da expulsão do homem do campo para as cidades, que tem provocado a incidência de bóias-frias em outros Estados e o desemprego nas cidades: "A gente vê o homem sendo substituído pelo boi e pela máquina, em nome do progresso. Os fazendeiros dispensam os peões, que vão inchar as cidades, morar em **corredores**, pois não tem condições de viver com mais dignidade. A conclusão que a gente chega, então, é que faltou a terra faltou tudo".

A solução que apontam é uma Reforma Agrária "ampla e total": "O governo não vai fazer nada pra melhorar a nossa situação, e o que eu vi nas palestras dos ministros (Previdência Social, Trabalho e Agricultura) não passam de uma farsa, promessas para acomodar mais ainda o trabalhador rural e fazer com que ele continue esperando", assegura um dos entrevistados.

Um dos aspectos que eles consideraram mais importantes da participação no Congresso diz respeito ao encontro com outros que pensam e tem atuado da mesma forma: "Aqui nós descobrimos não somente que a situação do trabalhador rural no Brasil inteiro é a mesma, mas principalmente que em outros Estados tem pessoas atuando como a gente. Para nós a descoberta desses companheiros foi importante, pois é essa ligação que vai nos dar condições de continuarmos lutando em defesa da classe e em busca de terra pro homem trabalhar", disseram eles.

DOCUMENTO

O programa da oposição rural

Situação do povo do campo

— Sem terra para plantar, sem lugar de morar

— Alguns que consegue uma terrinha para plantar do jeito que quer, ainda não manda no preço da sua produção.

— Sem liberdade, acaba sendo mandado e contratado pela classe patronal

— Os pequenos proprietários e os posseiros não tem assistência e acabam sendo usados pelos grandes para ser contra os trabalhadores rurais, e com isso cada vez mais minguados.

— Os trabalhadores do campo acabam nas beiras das cidades, viram bóias-frias e as mulheres muitas das vezes, viram prostitutas, os filhos sem alimentação, sem condição de trabalho, de estudo, e acaba virando ladrão as filhas é obrigada se prostituir entrando no jogo do sistema que FERE O PRINCIPIO MORAL DO TRABALHADOR RURAL. Se o homem da cidade fosse jogado no campo como eles se sentiriam? será que fariam como os homens do campo?

— As leis que foram feitas para ajudar fixar o trabalhador rural no campo por um lado ajudam, por outro lado jogam o trabalhador rural fora da terra, e com isso o trabalhador rural sobre pressão de todos os tipos, é marginalizado a toda hora e em tudo que faz.

CONCLUSAO:

Faltou a terra pro homem do campo faltou tudo.
Falta terra falta tudo
Falta alimentação
Faz o caboclo ficar na triste situação
O povo doente e fraco prejudica a Nação
Faz o homem cachaceiro
Faz o outro virar ladrão
Faz mulher mudá de vida
Prá poder ganhar o pão
Traz a fome e a miséria
Na cidade e no sertão.

)O(

Diante dessa situação, o que essa esrtutura sindical está fazendo para resolver essa situação do trabalhador rural? Diante dos fatos acontecidos, e estudos e debates realizados pelos próprios trabalhadores, especialmente no nosso caso do estado de Goiás, a diretoria da Federação não esta ajudando nós trabalhadores a sair dessa situação, e quando nós Trabalhadores Rurais tenta organizar para ver uma saída, ela usa tudo para atrapalhar, usa o poder do sindicalismo pelego que está aí por cima de nós trabalhadores rurais. O Sindicato dos Estado está voltado para o assistencialismo e muito fraco que não corresponde as necessidades do Trabalhador Rural, e tira o verdadeiro objetivo da luta do homem do Campo pela terra.

Os dirigentes Sindicais viraram uns verdadeiros Funcionários do FUNRURAL sem receber nada da parte do FUNRURAL.

Reivindicações: lutas

— Por fixação do homem na terra

— Por melhor condições de trabalho

— Por melhor condições de vida

— Por organização de classe em total liberdade dentro do sindicato

— Por uma reforma agrária global, com a participação do Trabalhador Rural

— Por negociação direta do produtor ao consumdior

— Luta pelo funcionamento da lei que defende o trabalhador

— Por uma melhor assistência de saúde

— Por uma melhor previdência social

— Luta para acabar com as intervenções do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais, especialmente o de ITABERAÍ.

— Luta para reconhecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais recém-fundados

O que é o "Saco Agrícola" do Delfim?

O que o recente "saco agrícola" de medidas destinadas ao setor agropecuário visa na realidade é consolidar a base de apoio social ao regime através da garantia da reprodução de pequenos produtores rurais, capazes de servir de respaldo ao partido do governo e abrir uma "fronteira agrícola" para a expansão do capital mercantil financeiro.

por F.N. Costa e J.C. Miranda

Historicamente os esforços conjugados das áreas fiscal, monetária, e de preços, acionados para o combate à inflação, têm levado à economia brasileira a "crises de estabilização". As consequências imediatas destas são uma queda dos níveis de renda e emprego, com profundos reflexos sociais. Num momento em que o governo tem de conjugar política recessiva com "abertura política" e garantir níveis mínimos de vida à população, a ênfase no setor agropecuário surge como a alternativa que se depara com "menores resistências" para ser acionada.

Senão vejamos. Em primeiro lugar, desde a tentativa de implementação do II PND, não se chegou, a nível das facções dominantes do capital, a se compor um novo "pacto de poder" capaz de viabilizar uma retomada dos investimentos produtivos. Portanto, o que se observa é que o setor industrial encontra-se em compasso de espera até que, tanto a nível da utilização do seu excesso de capacidade ociosa, quanto a nível institucional, se possa viabilizar uma nova trajetória de crescimento. Como a crise de superacumulação provoca por parte da política-econômica medidas retracionistas, o piso mínimo de crescimento do produto global da economia será dado pelos gastos das empresas estatais — desde que estes não sejam profundamente alterados — e pela agropecuária. Esta deve se expandir, tanto "produzindo excedentes exportáveis" quanto "ampliando o mercado interno".

O programa de "corredores de exportação" já é bastante conhecido. A novidade das diretrizes do Governo Figueiredo está no projeto de dinamização da agricultura de mercado interno, favorecendo aos pequenos e médios produtores.

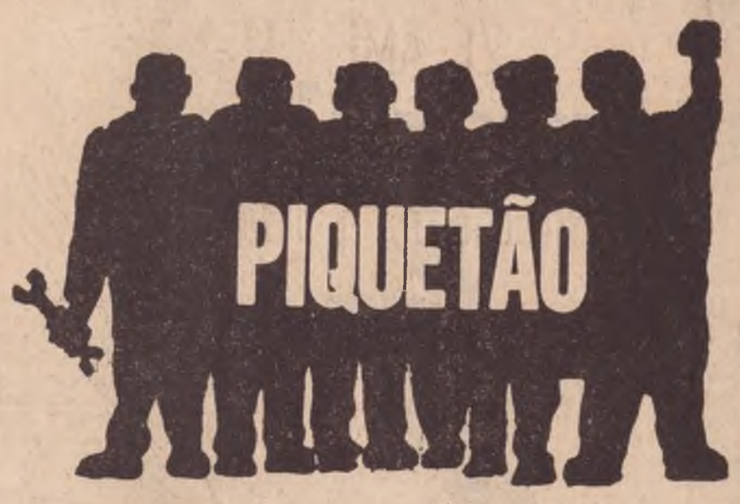
O Governo parte de duas suposições na elaboração desse projeto. A primeira é a de que o elevado custo dos alimentos estaria onerando a cesta do consumidor urbano sendo assim, componente importante da elevação do índice de preços.

A ESPECULAÇÃO

Na verdade, uma questão que há muito se vem debatendo no Brasil, é se a estrutura de oferta agrícola constitui-se num entrave à acumulação urbano-industrial. As evidências são de que a taxa de crescimento da agricultura para o mercado interno tem sido satisfatória face às necessidades de alimentos e matérias-primas dos centros. A restrição pelo lado da estrutura de preços relativos seria devido a intermediação, realizada pelo oligopsônio mercantil, que especula com estoques, elevando os preços finais. Nesses termos, as diretrizes governamentais, ao propor um novo encaminhamento à questão agrária, deixaram de lado, entre outros, um problema central: o controle da intermediação mercantil.

A segunda é a de que garantindo-se crédito rural, sistema de preços mínimos e de compra da produção aos produtores, estes se fixariam em seus locais de origem, sem engrossarem as fileiras de desempregados dos grandes centros urbanos. Essas medidas não só garantiriam ao partido do governo o apoio dos pequenos e médios produtores rurais, como também marcariam o início de uma política de controle do crescimento urbano-industrial. Como declarou o ministro Delfim no 3.o Congresso da CONTAG, "o governo considera extremamente importante a constituição de uma classe média rural para a estabilidade do país".

Existiria, ainda, uma outra razão bastante forte para a garantia de preço e crédito aos pequenos e médios produtores rurais: a abertura de perspectivas de novas dívidas primárias para o capital mercantil-financeiro explorar.



Ninguém tá a fim de aceitar a anistia "maneta e perneta" que Petrônio Portela e Figueiredo querem impor ao país. Entre eles, os trabalhadores que reivindicam para já, a concessão da Anistia Trabalhista. Sem ser divisionista, incluindo-se na luta mais geral pela anistia, ampla, geral e irrestrita que a maioria quer (é só ver a resolução do Congresso dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas), ela é mais do que necessária, pois permitirá a indenização, reintegração nos cargos e a recuperação dos direitos sindicais a centenas de trabalhadores demitidos e aposentados com base no Ato Institucional n.o 1.

A aposentadoria ou demissão de funcionários regidos pela CLT com base no AI-1, é duplamente ilegal: primeiro, pela própria ilegalidade do chamado "édito" de força; segundo, porque ele mesmo limitava seu alcance apenas a servidores públicos. E foi com base nele que o governo afastou do trabalho ou de funções sindicais centenas de radialistas (como Mário Lago e Paulo Gracindo), portuários, petroleiros, ferroviários e bancários (foram 67 bancários em todo o país), que passaram a ser considerados "mortos" juridicamente: suas famílias recebem, desde então, míseros salários.

A Anistia Trabalhista já foi proposta por quatro projetos no Congresso Nacional: agora, a comissão de Bancários — o setor que mais vem se mobilizando — decidiu, em reunião realizada no fim de maio, em Brasília, centrar fogo na tramitação do projeto do deputado arenista Marcelo Linhares, ora em tramitação nas Comissões técnicas da Câmara.

NA MODA

Com Ato ou sem Ato, patrão não vacila, quando se trata de demitir trabalhador: é o que vem acontecendo, em São Paulo, por exemplo, em alguns grandes bancos como o Itaú, Comind e Mercantil. Centenas de demissões — principalmente com funcionários antigos e de melhor remuneração (fala-se que já ultrapassou a cada dos dois mil demitidos) ocorreram no último mês. Motivo: fala-se que os banqueiros estão intimidados pela possível inclusão, no projeto de atualização da CLT, de dispositivos que contemplem o pagamento de indenizações por tempo de serviço, além daquela já prevista no Fundo de Garantia.

NA OSRAM TAMBÉM

E a "onda" se estende à Osasco: lá, a "Osram Companhia de Lâmpadas" demitiu 18 funcionários, entre faxineiros, auxiliares de produção. No lugar deles, a Osram está contratando outros trabalhadores através de locadoras de mão-de-obra, como a "Meka" e "Vera Cruz" Direitinho como o diabo gosta: os patrões não têm nenhum compromisso de direitos trabalhistas e, além disso, pela legislação, os trabalhadores eventuais não podem associar-se ao sindicato dos metalúrgicos.

SACO CHEIO

Os companheiros da Estrada de Ferro Leopoldina, em Campos, RJ., está com as caldeiras quase estourando, de tão cheios que estão com as perseguições e injustiças praticadas pelos engenheiros da companhia. Particularmente por um tal de Bazani, que cismou de botar a culpa nos maquinistas, auxiliares de maquinistas e auxiliares de trens pelos contínuos descarrilamentos das composições, ao invés de admitir que tudo é culpa do descaso com que é tratada a ferrovia pelo governo. Eles estão reclamando, também, dos baixos salários que recebem e do peleguismo do pessoal do sindicato. Se a coisa continuar assim, os "ferrinhos" prometem sair da linha, de uma vez.

PREPARANDO A PARADA

Ricardo Alves/Oboré

Comissões de greves em várias seções, formação de grupos para encaminhar o fundo de greve e a formação de uma comissão de base para acompanhar as negociações com os patrões, são essas que o pessoal da Light em São Paulo, anunciou na assembléia realizada na segunda-feira, 11. E o pessoal não aceitou as ponderações de um morador que lembra o fracasso da greve dos motoristas e dos jornalistas da capital, para mostrar a inconveniência do movimento. Neca, o negócio é continuar, decidiu a moçada, ainda mais que a diretoria da Light parece estar pedindo arreglo: já ofereceu uma antecipação de 20 por cento. Mas o pessoal, nem quer saber: o negócio é bater pé e pedir 30 por cento de aumento e um fixo de Cr$ 2.000,00.

No dia 26 tem outra assembléia, a última antes da data marcada para a greve, prevista para o dia 28 de junho. E não se assustem: conforme adiantou um futuro grevista ao PIQUETÃO a cidade não fica sem luz: é a empresa que deixa de faturar (não serão medidas as contas, o serviço de atendimento não funcionará, etc.).

MOTORIZADA

E no Rio, o pessoal do transporte coletivo não deixa por menos: prometem um repeteco da greve que paralisou a cidade por 36 horas e na qual conseguiram um aumento que beneficiou principalmente os motoristas. Acontece, que tudo não passava de promessas — e ninguém vive delas: os patrões acabaram não cumprindo, não deram aumento, os cobradores foram prejudicados, houve represálias e demissões. Equiparação com os funcionários da Companhia de Transportes Coletivos (do governo do Estado) ou greve é a palavra de ordem que os motoristas, cobradores e despachantes de ônibus levarão para a assembléia do sábado, dia 16.

DIA 18 VEM AÍ

E com os motoras e os do troco aqui de São Paulo a situação não está menos conturbada: o pessoal não aguenta mais com tanta enrolação como a que vem sendo feita pelos patrões e pela prefeitura, que estão cozinhando a turma em "banho maria": já se esgotou quase todo o prazo para as negociações, estabelecido depos da greve que paralisou toda a rêde urbana, no mês passado. Se até o dia 18, segunda-feira não acontecer nada de mais positivo, a conduça desaparece, novamente.

ENTREGANDO O OURO

A diretoria do Sindicato e o pessoal da Comissão de Salários dos trabalhadores das Minas de Ouro de Curral D'El Rey de Nova Lima, MG entregaram muitos quilates para os patrões: entraram na conversa de que tinham que amolecer, porque a empresa (ainda por cima, Sul-africana) teve muitos prejuizos durante as enchentes, no começo do ano. E os mineiros, que queriam 70 por cento de aumento, acabaram ficando com 25 por cento de antecipação (descontável no próximo dissídio) para os que ganham até Cr$ 4.700,00, 20 por cento para os que ganham até Cr$ 15.000,00, e 15 por cento para os que panham acima desse teto.

Eis a resposta às mentiras do "Estadão"

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, David de Moraes, encaminhou no último dia 12 à direção de "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde" uma carta-resposta às matérias e editoriais publicados por esses jornais sobre a greve dos jornalistas. A carta foi enviada nos termos da Lei n.º 5.250 de 1967 art. 29 e seguintes, para fundamentalmente restituir a verdade dos fatos, cinicamente deturpados pelos dois jornais.

Nesta página, está a íntegra da carta de David e uma nota sobre a Carta aberta dos jornalistas ao povo brasileiro", aprovada no dia 9 de junho, no Rio de Janeiro, por representantes de 12 Sindicatos de Jornalistas Profissionais de todo o país.

Na página seguinte, um debate com jornalistas que tiveram papel destacado na direção da greve e a avaliação do movimento feita pela diretoria do Sindicato.

Na última sexta-feira, no Largo de São Bento, em São Paulo, funcionários públicos e jornalistas realizaram um ato público de solidariedade aos demitidos e punidos após as recentes greves realizadas pelas duas categorias.

"1. Do dia 24 de maio o dia 4 de junho, os jornais "O Estado de São Paulo" e o "Jornal da Tarde" publicaram diversas matérias sobre a greve dos jornalistas profissionais do Estado de S. Paulo: nessas matérias, diversas afirmações factuais não correspondem à verdade.

2. Não correspondem à verdade as afirmações de que a campanha salarial e a greve não tenham sido desejadas e decididas pela grande maioria da categoria profissional; do início da campanha até o presente momento, a direção sindical, bem como as diversas comissões que a auxiliaram nos diversos passos da campanha, sempre exprimiram a vontade da grande maioria dos jornalistas profissionais.

3. Não correspondem à verdade as afirmações de que o quorum qualificado de dois terços, para decisão da deflagração de greve, tenha obedecido a imposições da lei ou de corporações deste ou daquele jornal. O quorum qualificado de dois terços foi, única e exclusivamente uma exigência da grande maioria da categoria, que, em duas assembléias consecutivas, separadas pelo espaço de uma semana livremente debateu e aprovou proposta nesse sentido apresentada pela direção sindical.

4. Não correspondem à verdade as afirmações de que a deflagração da greve tenha sido decidida por "aclamação". Estabelecido o quorum qualificado de dois terços pela grande maioria das assembléias ,essa mesma grande maioria livremente debateu e aprovou os sistemas de aferição desse quorum. Na primeira assembléia, a maioria decidiu que essa aferição seria feita, em primeiro lugar, pelo sistema de votação individual de braço erguido; se, com isso, não fosse possível aferir a proporção exigida de dois terços, se adotaria o sistema de separação física da assembléia em dois sítios do local em que a assembléia se realizava: se ainda assim não fosse possível determinar com precisão a maioria de dois terços, se passaria à votação por cédula, depositada em urna. Na segunda assembléia a maioria debateu e aprovou um sistema simplificado de aferição, eliminando o passo intermediário da separação física dos votantes em dois sítios: a votação da proposta de greve foi realizada pelo sistema individual de braço erguido e, logo no primeiro passo do sistema de aferição do quorum qualificado, verificou-se que a quase totalidade (muito mais do que dois terços, portanto) aprovava a greve, tornando-se assim, absolutamente desnecessária a utilização de qualquer outro sistema de aferição de quorum. O resultado dessa votação não foi contestado por absolutamente ninguém.

5. Não correspondem à verdade as afirmações de que participaram das decisões de deflagração da greve elementos estranhos à categoria. Em todas as assembléias foi feito rigoroso controle de entrada de participantes.

6. Não correspondem à verdade as afirmações de que tenha havido profanação do tempo da Consolação. A responsabilidade de sua utilização foi de nossa categoria. A iniciativa de procurar outros locais para as diversas assembléias partiu, única e exclusivamente, da direção sindical. E a Igreja de São Paulo, ao ceder aos jornalistas a Consolação, por sinal o templo das comunicações na Arquidiocese, seguiu uma das tradições eclesiásticas mais caras: a cessão da igreja para aqueles que têm dificuldade em encontrar um local para seus encontros.

7. Não correspondem à verdade as afirmaçõese de que, nos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde", a média salarial é de trinta mil cruzeiros mensais, e de que os salários dos jornalistas variam de Cr$ 13.850,00 a Cr$ 125.000,00. Em primeiro lugar, a **média** é uma medida estatística absolutamente inadequada para analisar salários, melhor descritos por outras medidas estatísticas, como a **mediana** e a **moda**. Mesmo, contudo, se se aceitasse a **média** como uma medida ilustrativa, ela foi incorretamente aplicada no caso dos salários desses dois jornais. Conforme se verifica da Relação Mensal da Contribuição Sindical de Março de 1979, há 132 jornalistas na faixa de Cr$ 8.000,00 a Cr$ 12.999,00, dos quais cerca de uma centena com salários de Cr$ 8.000,00. Incluidos todos os salários, a média desses jornais é de Cr$ 24.626,51, e não Cr$ 30.000,00. Mas, como a **média salarial** não significa absolutamente nada numa empresa em que há salários iguais ao mínimo legal de Cr$ 8.000,00 e maiores de Cr$ 124.000,00, outras medidas estatísticas devem ser empregadas: o **salário modal** (salário ganho pela maior proporção dos jornalistas da empresa) é de Cr$ ... 11.283,58; o **salário mediano** (salário abaixo do qual estão 50% dos jornalistas da empresa) é de Cr$ 20.900,00. O **primeiro decil** da escala de salários da empresa é de Cr$ 9.750,00 (ou seja, dez por cento dos jornalistas da empresa ganham até esse salário); o segundo decil é de Cr$ .. 11.500,00; o terceiro decil é de Cr$ 13.600,00 e o quarto decil é de Cr$ 17.300,00. Dos 467 jornalistas da empresa, apenas pouco mais de 30 ganham salários acima de cinquenta mil cruzeiros. Esses dados todos talvez expliquem aos proprietários desses dois jornais o fato, aparentemente para eles incompreensível, de que mais de 60% dos jornalistas de "O Estado de S. Paulo" e a quase totalidade dos jornalistas do "Jornal da Tarde" tenham aderido à greve.

8. Não correspondem à verdade as afirmações de que um caso isolado de violência policial tenha sido generalizado e apresentado como se todo o movimento grevista estivesse sendo combatido violentamente. A verdade é outra. Iniciada a campanha salarial dos jornalistas, os proprietários demonstraram desde logo sua intransigência fechando-se no mutismo: depois, passaram a acenar com supostas benesses, não reivindicadas: depois, contrapuseram ridículas contrafacções às reivindicações solicitadas; mais tarde, quando começou a greve, solicitaram e se utilizaram das forças policiais, belicosamente armadas, para dissolver violentamente as concentrações de grevistas diante das portas dos prédios e prender jornalistas; não contentes, determinaram aos caminhões de entrega que saissem dos prédios a qualquer custo, sob o amparo da proteção armada da polícia militar, mesmo que essa determinação viesse a significar o atropelamento de jornalistas; (e aqui é importante ressaltar que a atitude dos diretores desses dois jornais foi particularmente descabida, pois, contrariando a postura liberal que pretendem para sua empresa, permitiram que uma tropa de choque da Polícia Militar fizesse manobras no pátio interno do jornal, para, dali, avançar sobre os jornalistas que estavam à entrada do prédio); ainda não contentes, mantiveram sua intransigência inicial mesmo nos derradeiros minutos da audiência de conciliação e instrução do Tribunal Regional do Trabalho, não cedendo sequer aos apelos conciliatórios do presidente desse Tribunal, que se viu, assim, impedido de apresentar uma contraproposta capaz de levar a um acordo entre as partes; finalmente, através do advogado que os representava no TRT, pediram a decretação da ilegalidade da greve; e, para coroar esse rosário de prepotência, começaram, assim que acabou a greve, a punir arbitrária e ilegalmente centenas de jornalistas, fazendo absoluta questão de incluir, nessa dizimação vingativa, dirigentes sindicais e empregadas grávidas.

9. Não corresponde à verdade e, mais que isso, significa um desrespeito à inteligência de seus leitores a irresponsável insinuação desses dois jornais de que "... desesperados, os integrantes de um pequeno grupo armado discutiram a temerária hipótese de reprimir os não grevistas baleando-lhes as pernas". Afirmação tão leviana só pode ser atribuída a uma intenção deliberada desses jornais de lançar a confusão e semear o terror, aos moldes da odiosa campanha macartista ocorrida nos Estados Unidos na década de 50. Igualmente irresponsável e leviana, além de evidentemente inverossímil é a afirmação desses jornais de que duas revisoras de "O Estado" tiveram o carro interceptado em uma das pontes sobre o rio Tietê e "por pouco não cairam no rio".

10. Não correspondem à verdade as afirmações de que os proprietários de jornais defendem, sobretudo, a liberdade de imprensa. Tanto o "O Estado de S. Paulo" e o "Jornal da Tarde", quanto os demais jornais, além de terem omitido e deturpado as informações durante a campanha salarial e a greve, mantêm agora o silêncio quase total não apenas sobre a sanha atrabiliária das centenas de punições que estão aplicando sobre seus empregados, mas igualmente sobre as manifestações de protestos contra essas punições e de solidariedade aos jornalistas punidos.

11. Finalmente, todas as demais afirmações contidas na série de matérias aludida no início, ou não se referem a fatos, ou se referem a fatos inexistentes, ou deturpam fatos, e, todas elas apenas exprimem, única e exclusivamente, a peculiar maneira de pensar dos proprietários desses dois jornais."

a) **DAVID DE MORAES**
Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de S. Paulo.

Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (12)

Bombas na Conferência de Paz do PC

A conferência de Paz do PC estava marcada para o dia das mães. O partido põe todos os seus quadros para trabalhar duro na preparação do ato. Era importante dar uma mostra de sua capacidade de mobilização. O dirigente, Gino, tem mais uma de suas brilhantes idéias. Convoca camaradas para explodirem bombas e causar agitação.

Por ANTONIO CARLOS FELIX NUNES

Toda uma semana fora tomada na preparação do ato, com repetidas visitas às casas dos companheiros, distribuição de convites à população, colocação de cartazes e faixas nos pontos estratégicos do bairro, pequenas palestras em portas de fábrica. Para executar essa tarefa foram chamados desde os dirigentes até os membros menos ativos, dado que era uma questão de honra revelar à opinião pública a capacidade de mobilização do Partido também em favor da paz mundial. Na época, a campanha em defesa da paz ultrapassava fronteiras, chegava a todos os lugares onde existia um conglomerado de pessoas, e todos eram concitados a assinar listas e abaixo-assinados, remetidos depois a um comitê mundial instalado em Paris.

O comitê feminino do PC no Tatuapé, recém-constituido, foi encarregado de preparar o ato, procurando um local apropriado para sua realização e incumbindo-se ainda de adorná-lo com os motivos inerentes aos seus objetivos, assim como ficara responsável pela convocação das mulheres dos companheiros. Estas deveriam comparecer em massa, acompanhadas de suas crianças e sobraçando buquês de flores. Combinou-se o clamor pela paz mundial com o Dia das Mães, porque ambos tinham sentidos semelhantes, e isto sensibilizou o prefeito paulistano que, tocado pelo alcance da realização, cedeu de bom grado o salão de leitura da biblioteca municipal do Tatuapé. As mulheres enfeitaram o recinto com rosas e ramos de alecrim, e até apareceu um quadro de Portinari no qual via-se uma mulher de olhar manso e uma pomba pousada em seus ombros. Sobre a mesa reservada ao conferencista, elas estenderam uma alvíssima toalha, com pombinhas nas bordas caprichadamente bordadas. E num grande quadro negro, no alto da parede, escreveram com giz branco: "Mães, a luta pela paz é principalmente nossa, porque são nossos filhos que morrem nas guerras."

Na noite da véspera do ato numa sexta-feira, Otília na qualidade de secretária política do Comitê Feminino, convidou Gentil para uma visita ao local da conferência. Queria mostrar-lhe como as companheiras tinham transformado a fria sala da biblioteca, com suas cadeiras e mesas rústicas, num ambiente acolhedor e cheio de calor humano. Otília estava orgulhosa do bom-gosto de suas companheiras designadas para aquele trabalho. Apontou ao Gentil todos aqueles adornos e, segurando-se no braço esquerdo, do companheiro, falou numa voz carinhosa:

— Veja, não é lindo esse quadro da paz! Foi a camarada Mirma quem o conseguiu. Tomou-o emprestado de um velho amigo, seu ex-professor de ginásio, um sujeito rico que vive hoje entre a alta sociedade. E a mesa, com essa toalha toda bordada, não está parecendo um altar de igreja? Só não colocamos o Cristo aí na parede, acima dela porque sua imagem mitológica é mostrada sempre sangrando, e o sangue destoa do espírito da paz. E as flores e esses ramos verdes, não estão bem arrumados? Experimente só o seu perfume! Elas inspiram amor...

Ao pronunciar a palavra amor, Otília suspirou fundo, apertando-se ao corpo de Gentil. Em seguida completou: "Paz, amor, carícias... Ah, como é bom tudo isso!"

Dali ambos se retiraram para a última providência da noite relacionada com à solenidade: lembrar o cientista Mario Schemberg de que sua participação no ato estava de pé. Ele deveria proferir uma conferencia sobre o perigo nuclear, com início marcado para às 20 horas, e aguardava a confirmação do convite. Gentil e Otília poderiam comunicar-se com o cientista pelo telefone e assim cumpririam a tarefa em poucos minutos. Entretanto, preferiram fazê-lo pessoalmente. Era oportunidade para um passeio naquela noite morna de maio, unindo-se o útil ao agradável.

Nesse mesmo momento, Gino percorria as residências dos camaradas das células. Igualmente empenhado na realização do ato, decidira agir por conta própria, visando a reforçar a convocação e, ao mesmo tempo, levar outras idéias aos companheiros com vistas a dar uma maior amplitude ao acontecimento. Nestas últimas horas, fez funcionar sua imaginação fertil, e chegou a algumas conclusões. A comemoração do Dia das Mães e o protesto em prol da paz mundial não podiam ser uma manifestação suave. Havia de ser ruidosa para despertar a atenção das pessoas. Nada de cerimônia muito solene, tipo pregação clerical, limitada às modernas e didáticas palavras do respeitável físico nuclear. Nenhuma ação política (e esta era uma grande ação política, na qual empenhavam-se todos os PCs a nível universal) alcança a repercussão desejável quando empreendida em termos pacíficos, sem grande agitação.

Sim — pensava Gino — há de se fazer estardalhaço para que os objetivos dessa manifestação sejam entendidos como obra do Partido. A massa aprecia barulho, gosta de ver o Partido desafiando a reação com empreendimentos espetaculares. Não será uma conferencia em recinto fechado, ouvida em silêncio por pacatas mulheres e crianças, que engajará a massa na luta pela paz mundial. Vendo isso ela até pode pensar que seja coisa de padre, do próprio governo ou de político conservador. É preciso animar o ato, dar-lhe uma conotação festiva, pelo menos.

D casa em casa Gino usou esse argumento, e conseguiu formar um grupo de militantes para por em prática o seu plano. Mais uma vez, sentia-se vitorioso, lograra convencer alguns militantes do acerto de mais esta sua fantástica idéia. Nesse mesmo instante, Gentil e Otília regressavam da casa do cientista, alegres, de braços dados, conversando sobre coisas fúteis. Estavam a pouco menos de 24 horas do ato de sábado, e não havia mais nada a fazer em função dele.

O salão ficou logo repleto. Vieram mulheres e crianças, como estava previsto. Os buquês de flores foram colocados na mesa, para serem, ao fim do ato, entregues pelas crianças às suas mães, num gesto simbólico da convivência das famílias num mundo de paz. Otília, alegre com o sucesso do comparecimento, foi aguardar o grande cientista no portão de entrada, juntamente com outras companheiras. O cientista não demorou. Foi anunciado e recebeu palmas, em seguida houve um completo silêncio no plenário para ouví-lo. Antes disso, Otília fez uma rápida apresentação do conferencista.

O cientista ajeitou-se na cadeira, consultou um caderno de rascunhos e ia começar a falar quando explodiu a primeira bomba. Semblantes assustados voltaram-se para a porta de saída. O conferencista ergueu a cabeça, sem perder a sua peculiar calma, e aguardou que o plenário se recompusesse. Retornou à construção de sua primeira frase e novamente foi interrompido por outra explosão. Mais três vezes tentou iniciar o seu discurso e não pôde fazê-lo: as explosões ocorriam alternadas e sempre em cima da sua fala. Com certeza, estava-se diante de uma provocação de grupos de direita ou da própria polícia.

A platéia ficou apreensiva, com algumas pessoas ameaçando se retirarem, e o conferencista já dava sinais de impaciência. E não era para menos, pois de minuto a minuto, ouvia-se um estampido. As detonações pareciam feitas atrás do prédio, porque não se divisava nada de anormal diante da porta de entrada. Decidiu-se então averiguar, e Gentil foi destacado para percorrer os arredores da biblioteca. Era um pátio enorme, escurecido por arvores frondosas, e ali podiam estar escondidos os provocadores. Por precaução, Gentil caminhou pela calçada da rua, com a intenção de circundar o pátio antes de adentrá-lo. Não avistou polícia, e o local estava até meio deserto, com poucas pessoas circulando pela calçada fronteiriça. Andou mais alguns metros e, lá de outro lado, num canto de calçada, viu uma pessoa em atitude suspeita, com um pacote junto aos seus pés, e preparando-se para acender um morteiro. Para sua surpresa, o "provocador" não era nada mais nada menos do que um antigo militante, o gari Joaquim. E gritou-lhe:

— Hei, camarada, como é que pode! Você viera soltar bombas no ato da paz! Pare com isso senão o cientista não pode falar". Ao que o outro respondeu:

— É ordem do camarada Gino. Ele mandou que, de 60 a 60 segundos eu soltasse um foguete, para alegrar a festa. E eu estou obedecendo. Só paro quando ele mandar."

Como Gino não surgisse para revogar sua ordem Joaquim prosseguiu explodindo suas bombas, e o cientista só iniciou sua conferência dai uns vinte minutos, quando o estoque dos explosivos se esgotou.

Na próxima semana: O dirigente Gino suspende os direitos políticos de um militante.

Debate

A greve dos jornalistas de São Paulo

Dia 20, quarta-feira, será a assembléia-geral de avaliação da greve dos jornalistas de São Paulo, convocada pelo Sindicato. EM TEMPO, logo na semana do fim da greve, publicou uma análise do movimento, visando estimular os debates. Com o mesmo objetivo, aqui estão três depoimentos de companheiros jornalistas que tiveram uma participação destacada na greve e os principais trechos do balanço da Diretoria do Sindicato, divulgado na última sessão da Assembléia Geral Permanente da categoria, realizada no último dia 6. Os depoimentos são de: **José Américo** (eleito em assembléia para compor o Comando Geral da Greve; jornalista da Agência Folhas, agora demitido); **Ricardo Moraes** (entrou para o comando por indicação da Coordenadoria do CCRR, da qual faz parte deixou o CGC no final da greve para defender o seu término imediato —, é da redação da Gazeta Mercantil); **Perseu Abramo** (indicado para compor o CGG pela Coordenadoria do CCRR, da qual faz parte; é editor de Educação da Folha de São Paulo, tendo sido afastado da função pela empresa).

por Carlos Tibúrcio

A DIRETORIA

"Objetivos corretos e uma greve justa"

1º) Nós partimos do princípio de que não houve erro na fixação dos objetivos do movimento. Ou seja, consideramos que o pedido de 25% de aumento e imunidade para os representantes de redação no CCRR é justo para o momento. Como já dissemos acima, a categoria perdeu poder aquisitivo nos últimos 15 anos e atualmente ganha mal. E mais: mesmo o pedido de aumento sendo justo, e ainda pequeno em relação ao que perdemos, não fomos intransigentes com relação ao índice, tanto que três dias após o início da greve baixamos a reivindicação econômica em função da intransigência patronal que estávamos encotrando. É bom lembrar que sempre foi derrotada em nossas assembléias a proposta "25% ou greve", que demonstraria uma intransigência por parte dos jornalistas impossível de se sustentar em termos da correlação de forças. (...)

2º) Partimos do princípio, também, de que não houve um erro na utilização de um instrumento de pressão mais forte, como é a greve. Os patrões são intransigentes e hoje, mais do que nunca, mostram a sua verdadeira face de inimigos ferrenhos da categoria. Não vamos recuperar o que perdemos nos últimos 15 anos apenas com argumentações justas e firmes. Sem pressão, não pode haver melhoras econômicas substanciais para a categoria. (...)

O descompasso de mobilização entre nós e os graficos, radialistas e demais categorias que trabalham em empresas de comunicação não nos impede a utilização do instrumento da greve, apenas muda o caráter da greve. Uma greve de jornalistas atualmente não pára imediatamente, nem necessariamente, a produção e distribuição de jornais e revistas e a emissão de noticiários pela rádio e pela tevê. Uma greve de jornalistas, isto sim, produz em pouco tempo uma diminuição sensível do nível quantitativo e qualificativo da informação e queda da qualidade de sua apresentação. Além disso, causa transtornos na programação industrial das empresas. Esses são os nossos trunfos. Não são pequenos. Não há quem possa afirmar que uma greve de desgaste, como deve ser a de jornalistas, não obrigue os patrões a negociar. Não é uma greve de curtíssima duração, é claro, mas é eficaz se levada sem vacilações.

No entanto, apesar de o Comando Geral de Mobilização ter feito essa análise desde o início e ter definido que não íamos impedir a distribuição dos jornais, ele não deixou essa posição suficientemente clara para toda a categoria, seja nos documentos por ele emitidos, seja em seus pronunciamentos nas assembléias. Assim, a categoria não estava suficientemente convencida do caráter da greve. Era uma greve de desgaste ou uma greve para parar totalmente a produção e distribuição de jornais e revistas e cortar a emissão dos noticiários de rádio e tevê? Essa indefinição se refletiu no próprio Comando Geral de Greve, que teve orientações contraditórias sobre o piquete de saída. Os piquetes nos dois primeiros dias de greve desenvolveram um heróico mas infrutífero esforço para impedir a saída dos caminhões de distribuição. Havia a definição de que os piquetes deveriam apenas controlar a entrada de jornalistas fura-greve, mas havia também a tradição da greve de 1961 — quando, numa conjuntura política muito mais favorável, foi possível barrar a saída dos caminhões de distribuição. A falta de orientação mais clara e de comunicação Comando-piquete-categoria criou a confusão.

Criou-se a expectativa de que conseguiríamos parar a distribuição dos jornais e o sucesso da greve passou a ser medido pelo horário em que os caminhões fatalmente saíam e pelo número de páginas de classificados que eram impressas, e não por aquilo que realmente demonstrava o sucesso da nossa paralisação: a baixa qualidade da informação produzida pelas redações biônicas. Essa desorientação foi, sem dúvida alguma, explorada por alguns participantes da greve que eram contra a greve. Nunca se viu um desmerecimento tão grande da importância profissional do jornalista! Os patrões e seus acólitos diziam que os jornais eram bons mesmo que estivessem cheios de erros de revisão, sem fotos, títulos errados, sem informação importante; os comentaristas de esportes das rádios eram bons mesmo que confundissem o lateral com o centro-avante e assim por diante. Chegou-se a dizer que a greve estava apenas servindo para mostrar que os jornais poderiam ser feitos com menos gente; como se os patrões fossem ingênuos a ponto de virem empregando gente demais apenas por goria dos jornalistas (...)

3.º) Os objetivos da campanha foram discutidos previamente nas redações, em debates encaminhados pelos representantes de redação, e nas assembléias realizadas ainda no auditório Vladimir Herzog, na sede do Sindicato. No entanto, quando a campanha atingiu a quase totalidade dos jornalistas, não houve suficiente esclarecimento a essa camada mais ampla da categoria — que então iniciava sua participação na campanha da justeza de nossas reivindicações, o que permitiu que logo após a deflagração da greve, os patrões lançassem o falso argumento de que os 25% eram absurdos, pois a categoria seria rica ou estaria ganhando muito bem. E, a partir do terceiro dia da greve, mesmo uns poucos companheiros nossos, que já haviam sido atingidos pela contrapropaganda patronal, passaram a lançar na categoria dúvidas sobre a justeza de nossa reivindicação econômica. E, aos poucos, grande parte da ampla maioria que ganha mal foi se sentindo isolada. Aos poucos foi sendo criada uma situação absurda, em que um jornalista que ganha o piso salarial (e são muitos), se sentia, numa assembléia, o único miserável ao lado de 1.500 companheiros que ganhariam 50, 70 ou 100 mil cruzeiros.

4º) Mesmo com esses erros iniciais, na sexta-feira teria sido possível reorientar a greve e fortalecer o ânimo do movimento. O Comando, acertadamente, procurou fortalecer os piquetes de entrada de jornalistas e ampliou consideravelmente a divulgação do movimento junto à opinião pública. Foram feitos faixas, cartazes, propaganda em ruas, bares e campos de futebol. E nesse momento notamos um de nossos erros: não estávamos suficientemente preparados para a tarefa de divulgação desde o início do movimento. O Comando procurou ainda aumentar a comunicação entre os piquetes, com soluções inventivas como a Rádio Piquete.

Essa reorientação do Comando, mais o fato objetivo de que as redações permaneciam vazias como no início da greve e que os jornais saíam com péssima qualidade poderiam garantir uma vitória para o movimento, ainda que parcial. Mas os erros iniciais do movimento foram bem aproveitados pelos patrões. As propostas de "trégua" surgidas na assembléia de sexta-feira acabaram dando aos patrões o sinal de que havia vacilação no movimento.

A partir de sexta-feira, os patrões, que vinham negociando de alguma forma e que tinham oferecido uma contraproposta, não deram mais qualquer sinal para a comissão de negociações. Os patrões jogaram, acertadamente, com o crescimento do desânimo e da vacilação dentro do movimento e esperaram — mesmo que à custa de prejuízos editoriais, econômicos e operacionais.

5º) Parte da diretoria considera que os erros maiores foram cometidos na parte inicial da campanha salarial, em sua fase anterior à deflagração da greve. Esses diretores opinam que, influenciadas pelas críticas à campanha do final do ano de 79, que foi considerada pela categoria excessivamente arrastada, longa, e desgastante, as assembleias e a própria diretoria imprimiram este ano um ritmo demasiado rápido à campanha, queimando etapas. Um desenvolvimento mais lento e cuidadoso proporcionaria uma avaliação mais correta da **capacidade** da categoria de levar uma greve geral, e não apenas de sua **vontade** de ir à greve, claramente manifestada nas assembléias e nas consultas às redações. Foi apontado, ainda, o erro de ter-se iniciado o contato com outros sindicatos e com as sucursais das empresas jornalísticas paulistas apenas no meio da campanha, não havendo uma comunicação rápida e eficaz, em muitos casos.

Parte da diretoria considerou excessivamente desmobilizadora a proposta final do Comando na assembléia que decidiu o retorno ao trabalho. As alternativas de luta ficaram muito diluídas: não se apresentou nenhuma perspectiva concreta de manutenção da mobilização.

Essas são as principais conclusões que chegamos até agora. O debate amplo que se espera pode dissipar as dúvidas e aumentar as certezas não só da diretoria, mas de toda a categoria.

Contando com o apoio da histórica combatividade da categoria e conscientes da justeza de nossas reivindicações, vamos desenvolver um amplo e profundo trabalho de avaliação de nosso movimento, enquanto nos mobilizamos para realizar nossas duas tarefas políticas imediatas:

- um grande movimento de apoio aos demitidos e punidos
- a defesa de nossas reivindicações em resposta aos patrões.

ZÉ AMÉRICO

"A confiança na direção foi perdida"

Zé Américo, você que participou do Comando Geral de Greve, como qualifica o resultado a que chegou o movimento?

Embora a categoria tenha sofrido um golpe bastante duro, pelo fato de ela ter lutado durante seis dias numa greve que mobilizou praticamente a sua totalidade, pelo menos em São Paulo, e não ter conseguido nada, sofrendo demissões agora que chegam a 200, é evidente que ela sofreu um golpe duro, mas que não chega a ser uma derrota. Derrota é quando a categoria chega a um ponto que fica sem perspectivas. Não é o caso. As possibilidades de reanimação existem. E atribuo isso ao seguinte: a categoria não votou o final da greve porque ela não acreditasse mais nas suas forças; ela o fez porque a diretoria do Sindicato que tinha posição hegemônica dentro do Comando Geral de Greve, não cumpriu com as expectativas. E aí a categoria se abateu e não se dispôs a continuar a luta porque o referencial de unidade que ela tinha, que era o Comando, traiu a sua confiança. O que ouvi muito naquela assembléia final foi o seguinte: "Como vamos continuar a greve, se o Comando está contra?" E mesmo dos companheiros que não formalizavam esta pergunta o que se ouvia eram críticas de todos os lados contra o Comando. A lição que se deve tirar é que a categoria não perdeu a confiança em suas forças, mas ele não confia mais no seu referencial anterior de unidade, que era e vinha sendo, até o final da greve, a diretoria do Sindicato e, por extensão, o Comando.

Quais os principais erros cometidos?

A responsabilidade principal pela condução do movimento cabe à sua direção. Discordo dos companheiros, alguns que foram do Comando, que tentavam, nas assembléias, dividir responsabilidades com o conjunto da categoria. Isto é uma posição oportunista: foram companheiros eleitos para dirigir, que falharam, e depois querem dividir sua responsabilidade com aqueles que os elegeram. Muitos dos companheiros do antigo Comando Geral de Mobilização, que depois foi transformado em Comando de Greve, eram, na prática, por suas ações e não pelas intenções que declaravam, contra a greve. A proposta do quorum qualificado de 2/3 é uma prova disso. Esse quorum não significava a possibilidade de se obter uma unidade maior, mas sim dar o poder de veto à minoria, visando evitar que a greve fosse deflagrada. Quando isso se tornou impossível, eles se acoplaram ao movimento, se adaptaram aos desejos da massa, mas sempre contra a greve. Eu, que fui eleito na assembléia para compor o Comando, participei o tempo todo de discussões entre os que propunham o fim imediato da greve e os que defendiam sua continuidade. Essa discussão ocupava o tempo que o Comando deveria dedicar à organização da greve, se estivesse convicto de que ele deveria prosseguir. Isso, desde os primeiros momentos da deflagração do movimento. A grande preocupação dos companheiros não era como fazer para que o movimento fosse vitorioso, mas sim a discussão sobre se ele deveria parar imediatamente ou, no mais tardar, no dia seguinte. E aí ficavam levantando argumentos desmobilizadores de que os radialistas queriam voltar ao trabalho, que a redação tal ou qual estava com a mesma perspectiva, etc. Tentando, portanto, amarrar a greve com saliva, sem dar espaço para nenhuma proposta organizativa.

Essa situação impediu que se criasse formas organizatórias que permitissem às bases participar da estratégia da greve, da perspectiva de luta dos piquetes e outros problemas. Na reunião preparatória da penúltima assembléia, por exemplo, eu fiz uma proposta no Comando de organização de reuniões por redação, organizando assim uma tendência que já existia espontaneamente. O Comando nem se quer discutiu. Mas companheiros do Comando chegaram na assembléia para combater a proposta, quando ela foi apresentada ao plenário.

Nesse contexto é que na assembléia na Igreja de São Domingos, talvez com exceção da minha intervenção, os companheiros do Comando só falavam para pedir o fim imediato da greve ou insinuar que este fim deveria ocorrer no dia seguinte. Nenhum patrão é bobo. Ele não vai negociar na DRT, diante de tal demonstração de fragilidade da categoria, dada pelo próprio Comando.

O Comando tratou a greve como quem tem uma batata quente nas mãos e só está à procura de uma saída honrosa.

E as perspectivas?

Agora, não existe saída. A política conduzida pela diretoria e pelo Comando tem que ser mudada. Ela não merece mais a confiança da categoria. Logo, está aberto o espaço para a criação de um movimento de oposição. O núcleo preliminar dela já se reuniu no sábado passado e está com uma proposta de realização de uma reunião para daqui a três semanas. E digo mais: o melhor remédio para essa diretoria, depois dessa experiência desastrosa de condução da categoria, é a renúncia, para permitir uma reacomodação de forças na categoria, possibilitando a realização de um direito histórico de todos os trabalhadores, que é o de escolher, em cada momento, a direção política que mais lhes aprouver. Os jornalistas de São Paulo, principalmente sua parcela mais combativa, não vêem mais essa diretoria, encabeçada por David de Moraes, como a sua direção política. Não sei ainda como tecnicamente isso pode ser feito, mas acho que essa questão deve ser levantada de imediato.

PERSEU ABRAMO

"A greve que saiu é a que poderia ter saído"

A greve dos jornalistas de São Paulo está sendo, neste momento, objeto de uma ampla avaliação crítica. No sentido de contribuir para essa avaliação, quero indicar, neste depoimento, alguns aspectos que devem merecer acurado exame de todos.

A greve eclodiu como um instrumento de pressão de uma campanha salarial que, tendo se iniciado no mês de abril, pretendia encerrar sua primeira etapa no meio do ano e prosseguir até a época do dissídio coletivo, o que se dá em dezembro. Assim, a análise crítica dessa campanha pode sugerir alguns dos fatores que determinaram o resultado final da greve: não obtenção das reivindicações e punições em massa.

A campanha salarial iniciou-se por meio de reuniões e determinações destinadas a estimular os Representantes de Redação a consultarem seus colegas, em cada jornal, sobre as diretrizes gerais de uma estratégia global da campanha durante o ano de 1979. Os pontos essenciais dessa consulta giravam em torno das seguintes questões: deveriam ser apresentadas aos patrões reivindicações já no meio do ano, ou apenas no fim do ano? As negociações deveriam ser feitas empresa por empresa, ou entre o Sindicato dos empregados e os dois Sindicatos dos Empregadores (de jornais e revistas, e de rádio e televisão)? Dever-se-ia pleitear uma ampliação salarial, já prometida pelos patrões, ou se deveria reivindicar aumento real de salários, bem como imunidade para os Representantes de Redação?

As consultas foram feitas e o seu resultado foi levado à direção sindical. Todavia, os acontecimentos posteriores indicam que, provavelmente, houve falhas nessas consultas e nas discussões que a categoria, em suas Redações, deveria ter feito em torno do assunto. Algumas razões dessas falhas podem ser aqui sugeridas, sem embargo de outras que as análises de outros jornalistas poderão apontar: a estrutura ainda precária do Conselho Consultivo de Representantes de Redação; a ausência de real representatividade de muitos dos Representantes; a maneira incompleta e desordenada da avaliação dos resultados das consultas.

Posteriormente, em sucessivas assembléias, a direção sindical, já agora organizada em Comando Geral de Mobilização, propôs à categoria a decretação da greve. Novamente, aí, os fatos posteriores vieram a indicar que, em algum momento desse processo, houve um desencontro entre a **avaliação** e a **decisão**. Ambos os passos do processo se atropelaram, de forma a que, não raro, a decisão precedeu a avaliação. Isso levou tanto a categoria quanto a sua direção a começarem a entrar na boca de um funil que teria de conduzir inevitavelmente à deflagração da greve.

Quero precisar melhor essa questão: não resta dúvida de que a direção sindical avaliou corretamente **a vontade** da categoria de ir à greve. As significativas maiorias obtidas nas assembléias para as propostas de greve — maiorias tornadas ainda mais rigorosas que o normal pela exigência do quorum qualificado de dois terços — mostram que a direção sindical exprimiu corretamente a vontade manifestada de deflagar a greve. Todavia, uma greve não depende apenas da vontade de se deflagrá-la, mas também da capacidade de ser ela conduzida a bom termo. E essa capacidade é que não foi adequadamente avaliada.

Essa discussão, leva à outra, sobre a qual tem incidido a maior parte das críticas dirigidas ao Comando Geral de Greve e à Diretoria do Sindicato: a discussão sobre a "organização" da greve.

Qualquer greve, pela própria natureza do que ela significa, só pode ser organizada necessariamente em duas etapas: uma, anterior à sua deflagração; outra, que se inicia no próprio momento da deflagração e continua durante o seu decurso. Sem querer eximir os membros do Comando Geral de Greve ou da Diretoria do Sindicato da responsabilidade assumida na condução do processo, é forçoso reconhecer que muitos dos "erros" apresentados de forma super-dimensionada durante os dias de greve, mostram-se agora, com a perspectiva do tempo, de somenos importância. Falhas e defeitos de organização e comunicação entre o Comando e os encarregados intermediários, embora tenham existido, não foram os fatores determinantes do resultado final. Duas dessas falhas, apenas, tiveram, a meu ver, um papel preponderante (embora não decisivo) nesse resultado.

A primeira está vinculada ao objetivo tático da greve e à incapacidade demonstrada em torná-lo conhecido, compreendido e aceito por toda a categoria. A primeira greve da categoria, depois de tantos anos de silêncio, só poderia ter sido como realmente o foi, uma greve pacífica, "cavalheiresca" e "britânica", de persuasão ou "cortesia", que dificilmente poderia efetivamente impedir os jornais de serem produzidos ou colocados nas bancas. A greve, necessariamente, só poderia ser o que foi: uma greve essencialmente caracterizada pelo fato de que a grande maioria da categoria não produziu o produto. Esse caráter da greve, contudo, que estava claro na mente de quase todos os dirigentes do Sindicato e do Comando, não foi, por eles, adequadamente transmitido para a categoria, nem nas discussões prévias nas Redações, nem nas Assembléias de greve. Uma greve capaz de impedir inteiramente a produção do produto, ou, no caso de isso não ser conseguido, de impedir efetivamente a veiculação do produto, jamais poderia ter sido feita nas condições objetivas e subjetivas em que se encontra a categoria dos jornalistas no primeiro semestre de ... 1979. Portanto, a greve que saiu é a greve que poderia ter saído. Se houve erro, este erro consistiu em decidir a greve, e não em fazê-la como foi feita.

A segunda falha consistiu no atropelamento entre duas formas organizativas de sustentação da greve: a dos Representantes de Redação, pré-existente, e a dos piquetes, montados no momento da eclosão da greve. Estes últimos foram constituídos com jornalistas procedentes de diversas Redações, e, portanto, não guardavam nenhuma vinculação orgânica nem com cada uma das Redações, nem com as estruturas pré-existentes da organização sindical; pelas mesmas razões, também não poderiam constituir — como queriam alguns companheiros — base para uma nova e improvisada estrutura sindical. Assim, estabeleceu-se um hiato entre a base e a direção, que poderia transformar a greve num movimento incontrolável pela direção sindical, se ela perdurasse por mais tempo.

Finalmente, como um resumo deste primeiro depoimento: os erros fundamentais ocorreram não propriamente na greve, mas em momentos anteriores a ela, e consistiram principalmente em erros de avaliação no estabelecimento da estratégia global da campanha salarial. A análise crítica e autocrítica desses erros, portanto, é fundamental para a retomada da campanha salarial deste ano e dos anos futuros.

José Américo — David de Moraes — Ricardo Moraes

RICARDO MORAES

"Correta foi a proposta de trégua"

Ricardo Moraes, você saiu do Comando para defender o fim da greve. Como você avalia os resultados do movimento?

Houve derrota. A categoria aprendeu e vai aprender mais ainda. A derrota não está na ocorrência de demissões. Mesmo vitoriosa, é de se supor que os patrões demitissem. O problema é que não obtivemos nossas vindicações. E mais: os patrões avançaram sobre um espaço político antes ocupado pelos jornalistas, espaço esse que fora conquistado duramente ao longo dos últimos anos. O Sindicato e a diretoria saíram da greve muito desgastados.

Em suma: a derrota está no fato de não termos obtido nossas reivindicações; no desgaste do sindicato e no avanço patronal; na perda de espaço na imprensa para a cobertura dos movimentos sociais pela democracia; nas demissões, que seriam em número inferior em caso de vitória nossa; e até no teor dos editoriais do "Estadão" e "Jornal da Tarde" que, por exemplo, além da campanha contra os jornalistas, levanta uma discussão que já tinha sido ultrapassada desde a greve dos metalúrgicos do ano passado: a da legalidade e da legitimidade do movimento grevista O nosso patronato, na nossa área, que é fundamentalmente reacionário (não é nem a direita civilizada que existe num ou noutro setor industrial), bem representado pelo "Estadão", aproveitou para recolocar o problema, que já vinha sendo superado pela luta dos trabalhadores.

Outra coisa é a análise da própria conjuntura política, necessária para que se entenda o contexto em que a greve foi deflagrada. A greve de 1961 ocorreu em condiõe bem diversas das ocorreu em condições bem diversas das de hoje. A questão dos piquetes não foi suficientemente aprofundada.

Que equívocos você identifica no processo?

Em primeiro lugar, houve problemas na compreensão da situação de conjunto, da conjuntura; depois, houve uma subestimação da força do nosso patronato. Fiz parte do Comando — apesar de que me retirei em determinado momento — e pude constatar que havia uma dificuldade grande em se deixar de lado os pressupostos iniciais e por exemplo, tentar a realização de discussões de Sindicato para empresa. O David, em dado momento, chegou a colocar essa possibilidade. A Folha chegou a abrir essa alternativa, chamando o Sindicato para conversar. Mas o Comando não quis ferir aquele preceito e não compreendeu que propor isso, naquele momento, seria avançar para sair do impasse. O Comando não pensou que os patrões pudessem endurecer ainda mais talvez supondo que nossa vontade de luta seria suficiente para fazê-los recuar.

E a trégua que você defendeu?

A proposta era a de que fosse recusada, naquele momento, qualquer contraproposta patronal, pois aquela — de 2% — era ridícula e não incluía o pessoal de rádio e televisão. O objetivo patronal com aquilo era tentar nos dividir. O que nos caberia fazer era suspender a greve até a próxima terça-feira, com a perspectiva de nova greve. Talvez o termo trégua não tenha sido o mais adequado; talvez "um prazo", diante do início de recuo dos patrões.

Agora, dizer que quem faz essa proposta contribuiu para a derrota do movimento — como diz o artigo que o EM TEMPO publicou — é subestimar o conhecimento que os patrões têm do nosso movimento de como está o ânimo das redações, de quem está furando greve etc. Nós saímos daquela assembléia, depois que a proposta de trégua foi derrotada, e fomos organizar os piquetes nas rádios, onde o problema era maior. Uma crítica que faço ao Comando é que sua maioria ficava esperando ver a opinião da assembléia para tomar posição. Ora, isso não é comportamento de quem quer dirigir o movimento.

E agora?

Agora, é trabalhar na linha da recuperação da categoria, do fortalecimento da unidade sindical, dando todo o apoio aos companheiros demitidos e punidos. A categoria tem muito a aprender e vai se recompor para novas lutas e vitórias significativas.

Autênticos: fim do namoro com os pelegos

No Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizado na semana passada em Poços de Caldas, mais uma vez a massa ficou de fora. Para este décimo encontro, como normalmente ocorre, não houve nenhuma preparação nas bases. Os delegados não foram tirados em assembléias, sendo indicados a dedo pelas diretorias sindicais, combativas ou pelegas. Mesmo com as limitações, dessa prática cupulista, algumas resoluções importantes foram aprovadas, como a que recusa o projeto de atualização da CLT, proposto pelo governo, defende a formação de comissões de fábricas, as eleições diretas para todas as entidades sindicais, a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

E marca, talvez, o fim do namoro dos "autênticos" com a pelegada, como evidencia os conflitos em plenário, e o repúdio aos métodos e manobras dos dirigentes sindicais comprometidos com o governo.

Os sincalistas chamados autênticos conseguiram dar o tom do Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas (MG) de 4 a 9 de junho, apesar do encontro ter sido organizado pelos mais notórios pelegos do país, como Joaquim Andrade, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Argeu Santos, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, e Jorge Noman Neto, da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais.

APOIO AO POVO DE NICARÁGUA

No Congresso, que reuniu 500 delegados, representando 5 federações e 96 sindicatos de metalúrgicos do país, foram aprovadas resoluções arrancadas "no grito" durante as reuniões de comissões e plenárias, como o apoio à luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o repúdio ao anteprojeto da CLT, a solidariedade a todos os movimentos grevistas que ocorrem no país, a defesa da autonomia sindical, o apoio às comissões de fábrica e até mesmo a solidariedade ao povo da Nicarágua, em armas contra a ditadura do general Anastácio Somoza.

Contudo, na direção do Departamento Nacional dos Metalúrgicos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), os "pelegos" continuarão mandando, com a eleição de Jorge Noman, para secretário-geral e de Nelson Gadusi, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para secretário-adjunto. Esta eleição marcou o fim da tolerância entre o grupo dos sindicalistas "autênticos" somados aos representantes de base, com os notórios pelegos. A decisão de se lançar uma chapa de oposição à direção do Departamento dos Metalúrgicos, mesmo sem acreditar na possibilidade de vitória, foi como lançar lenha na fogueira. Os candidatos da oposição, João Paulo Pires Vasconcelos, de Monlevade (MG) e Francisco Gomes de Lima, do Ceará, denunciaram a omissão das entidades de cúpula do sindicalismo diante dos problemas que enfrentam os trabalhadores, propondo uma atuação voltada para as bases. Na hora da votação, a divisão no plenário era visível: os partidários de cada chapa de lados opostos. Com o simples levantamento de braços não foi possível distinguir quem havia ganho. Criou o tumulto no plenário e recusando a proposta de voto secreto, Joaquim Andrade, que presidia a mesa tenta realizar o processo de votação através da chamada nominal dos delegados. Sabendo que esta era uma forma de pressionar os dirigentes dos sindicatos das pequenas cidades, João Paulo e Francisco Lima retiram suas candidaturas. O tumulto continua no plenário.

"PE-LE-GOS, PE-LE-GOS"

João Paulo é carregado nos ombros pelos sindicalistas autênticos que denunciavam em coro as manobras da mesa gritando "pe-le-gos, pe-le-gos". Não faltaram palavrões e até mesmo ameaças de agressão de lado a lado. Ficou impossível restabelecer a calma no plenário e Joaquim Andrade decidiu declarar o fim da sessão.

Numa avaliação do encontro, feita nos intervalos, João e outros líderes metalúrgicos acreditavam ter sido uma vitória parcial a aprovação de várias teses importantes, mas mostravam-se desiludidos quanto à possibilidade das entidades de cúpulas as levarem à prática. Não adianta decidir que as eleições para as federações e confederações devem ser diretas, é necessário marcar também quando e como serão realizadas as eleições, dizia João Paulo. Mostrava também que lutar para tomar as entidades de cúpula tem pouca importância, além de ser quase impossível, devido ao controle que os pelegos exercem sobre a maior parte dos pequenos sindicatos. As salas, mesas, cadeiras e telefones destes sindicatos costumam ser fornecidos pelas federações. Seus dirigentes não vão arriscar perder tudo isso votando contra os que lhes sustentam. Por outro lado, explicava João Paulo, o que mais importa são as reivindicações de base. Estas sim, têm um efeito multiplicador. "Se Monlevade consegue alguma coisa, isto reflete em Belo Horizonte, Barão de Cocais, Sabará, assim por diante. Só conseguiremos somar sindicatos se somamos as lutas comuns. Esta deve ser nossa meta essencial".

As propostas (que os trabalhadores não viram) e as comissões discutiram

O anteprojeto governamental de atualização da CLT deve ser rejeitado em bloco, "desenvolvendo-se uma campanha de âmbito nacional no sentido de sua não apresentação ao congresso". Esta é a principal proposta que a comissão de Direito do Trabalho analizou durante o X Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil. O documento-base propõe ainda:

"A luta pela elaboração de uma lei básica do trabalho, fixando as garantias mínimas asseguradas a todos os trabalhadores rurais e urbanos, que possa ser aplicada em todo o território nacional, independente das diversidades regionais;

a luta pela revisão do Direito de Greve, a partir da Emenda à Constituição Federal, com a eliminação do disposto pelo artigo 162 e a alteração do inciso XX do artigo 165;

a elaboração de leis específicas relativas à convenção coletiva de trabalho, à higiene e segurança do trabalho, ao trabalho da mulher e do menor, e à organização sindical, que deverá gozar de liberdade e de autonomia perante o estado e o patronato".

Ressalvando que se não for possível impedir o envio do anteprojeto ao Congresso Nacional I, o documento propõe que os trabalhadores lutem para que seja expurgado do texto "tudo aquilo que compromete a luta sindical e desatende as nossas legítimas pretensões".

Sindicalismo

"Hoje não se pode mais pensar na pluralidade sindical existente até 1930, no período do anarco-sindicalismo, uma vez que ao poderio e concentração gigantesca do capital só se poderá contrapor a unidade da classe operária, através de organizações igualmente fortes e unificadas".

Numa perspectiva histórica, o movimento sindical brasileiro estaria hoje iniciando uma terceira fase, assinalava o Informe sobre Sindicalismo. A primeira, do início do século até 1930, foi um "exemplo típico da desenfreada exploração que os trabalhadores passaram no início do capitalismo industrial". Em Minas gerais, predominava o "operário europeu, de ideologia anarquista, qualificado e voltado para a pequena produção artesanal". As principais reivindicações do movimento operário eram "a jornada de 8 horas, o amparo ao menor e à mulher trabalhadora e as caixas de aposentadoria e pensões". Não havia uma legislação disciplinadora e a estrutura sindical era pluralista; proliferavam vários tipos de entidade, até mesmo dentro de uma única categoria profissional. Mesmo assim, houve as grandes greves de 1903 (no Rio), de 1907 e 1917 (em São Paulo), esta última dirigida de forma centralizada pelo Comitê de Defesa Proletária.

A segunda fase do movimento sindical brasileiro começou em 1930, quando a produção artesanal foi substituida pela industrialização e o quadro político mudou (Revolução de 1930, criação do Ministério do Trabalho, repressão violenta às lideranças sindicais e, mais tarde o Estado Novo).

Nesta fase, a burguesia industrial já se faz representar, ao lado da oligarquia agrária, no controle do Estado. A legislação de caráter social (resultante de conquistas asseguradas por algumas profissões mais combativas) é ampliada, antecipando-se a possíveis reivindicações de diversas categorias de trabalhadores. E' um fator que concorrerá decisivamente para minar "a organização de base e consequente força das categorias menos combativas".

Ao mesmo tempo, o Estado "determina a estrutura sindical corporativista e fascista que vigora até hoje (número de diretores sindicais, organização e prestação de contas, número de assembléias, intervenção e objetivo das organizações sindicais, etc.)". Durante o Estado Novo, agentes do Ministério do Trabalho dominaram o aparelho sindical, levando as entidades ao esvaziamento. Para "superar a crise", Getúlio Vargas cria o imposto sindical, que permite aos sindicatos uma sustentação econômica "mesmo quando vazios de operários".

Com a queda da ditadura, em 1945, os dirigentes mais ligados à categoria patronal e ao Estado são afastados dos Sindicatos. De 1950 a 1964 verifica-se uma dinamização do movimento operário, ao lado de um grande surto industrial e de um regime político de "relativas liberdades democráticas". E' nesse quadro que são organizadas as grandes greves de 1955, 1957 e 1963, que paralisam, respectivamente, 300 mil, 400 mil e 700 mil trabalhadores. A última foi organizada pelo Pacto de Ação Conjunta e tinha como principal objetivo "a unificação da data-base dos dissídios coletivos, que representaria um grande poder de pressão da classe trabalhadora".

Capitalismo e estrutura sindical

Com a mudança da ordem política, em 1964, não houve necessidade de uma legislação especial para reprimir o movimento sindical, porque a existente "foi e continua sendo extremamente eficaz para manter a classe operária dentro dos limites estabelecidos pelos sucessivos governos que detiveram o poder desde 1930". Essa longa vigência da estrutura sindical brasileira repousa tanto no "papel coercitivo do próprio Estado" como no "ajuste entre o tipo de desenvolvimento industrial e a própria estrutura sindical".

Ainda de acordo com o documento, "a partir de 1930, a sociedade se volta para o desenvolvimento capitalista baseada em empresas de capital nacional, de pequeno e medio porte e, além do mais, semelhantes entre si em relação à produtividade, tecnologia e utilização intensiva de mão-de-obra. São empresas que vão usufruir da intensa mobilidade campo-cidade, absorvendo sem maiores problemas, uma mão-de-obra não qualificada". Com a alteração do processo de crescimento econômico, ao lado da conjuntura política e da organização de certas categorias profissionais, haverá uma mudança qualitativa no movimento sindical. E' o que se observa hoje.

Grandes e modernas unidades produtivas coexistem com empresas de pequeno e médio porte, o que terá "um amplo efeito sobre os trabalhadores e suas organizações de base". As grandes indústrias chegam mesmo a "disputar os serviços até então exclusivos do sindicato, como é o caso das cooperativas e assistências médico-dentária". Como o porte das empresas é diferente, há também diferentes formas de exploração da mão-de-obra (desde o caso dos bóias-frias até o dos trabalhadores empregados em empresas mais modernas). Há ainda conflitos gerados por regulamentações da própria CLT, que nunca são cumpridas (pagamento regular de salários, registro em carteira, férias, etc). Assim, também a legislação não registra soluções para uma série de impasses.

Atualmente, verifica-se que há uma necessidade urgente de "mudança da organização sindical", fato reconhecido por alguns setores empresariais e até mesmo governamentais. Mas, de acordo com o documento, é evidente que os interesses em jogo são diversos. Os patrões, por exemplo, defendem a necessidade de mudanças, mas sob o ângulo da "pluralidade sindical", que levará fatalmente ao "enfraquecimento da classe operária".

Já os trabalhadores, ao mesmo tempo em que lutam pela autonomia das suas entidades representativas, estão interessados em manter sua união. O documento afirma, categórico: "hoje, não se pode mais pensar na pluralidade sindical existente até 1930, no período do anarco-sindicalismo". O principal desafio que se apresenta agora é o de "conduzir a transformação desta terceira fase (do movimento sindical), de forma a manter a unidade da classe operária, aliada à autonomia de organização e contrato coletivo".

Resoluções do Congresso: Quem vai encaminha-las?

Entre as principais resoluções e moções aprovadas em Poços de Caldas durante o X Congresso dos Metalúrgicos estão:

★ repúdio ao anteprojeto da Consolidação das Leis do Trabalho, reivindicando seu simples arquivamento.

★ O Sindicato deve ser autônomo, livre e independente.

João Paulo de Monlevade: não levou mas festejou

não tendo legitimidade qualquer instrumento que importe em sua subjugação ao Estado.

★ As entidades sindicais deverão ser coordenadas por uma Central Única de Trabalhadores, para o que, as bases deverão ser ouvidas e preparadas.

★ Os trabalhadores se organizarão no âmbito de seu local de trabalho através das Comissões de Fábricas, eleitas por processo democrático e cujos integrantes gozarão de estabilidade no emprego.

★ Os trabalhadores não sindicalizados terão participação permitidas nas assembléias que digam respeito a aumentos de salário e condições de trabalho.

★ Repudia-se a política de arrocho salarial implantada desde 1965, substituindo-o pela contratação coletiva, mediante negociações diretas e fixação de índices elaborados com a participação dos empregados, através do DIEESE.

★ E' garantido o direito de greve, sem limitações, cabendo exclusivamente aos trabalhadores interessados a deliberação de sua deflagração como também de sua cessação.

★ As eleições em sindicatos serão diretas, inclusive nos órgãos superiores, federações e confederações.

★ Imediata convocação de uma Assembléia Constituinte que possa dotar o país de uma Carta democrática.

★ Concessão de anistia ampla, geral e irrestrita, inclusive com a reintegração dos trabalhadores que, após 1964, perderam seus empregos, por motivos políticos.

★ Criação de um Partido dos Trabalhadores — empenho dos sindicatos em ouvir as bases para que, ao final, possa ser elaborada uma carta de princípios a reger este partido — O Partido deverá espelhar a democracia operária, vedada em seu meio, a participação direta ou indireta dos empresários.

★ Manifestação de solidariedade ao povo da Nicarágua, que se empenha contra a ditadura militar de Somoza.

★ Solidariedade à Comissão de Salário da Mannesmann, cujos integrantes foram demitidos sumariamente, após a greve.

★ Solidariedade a Jesus Parede Souto, de São Paulo, que se encontra preso, e a Conceição Imaculada de Oliveira, ex-secretária do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, e que hoje acha-se banida.

★ Solidariedade aos professores de Poços de Caldas, sede do Congresso, que se encontram em greve por melhores condições de trabalho.

★ Conclamação aos sindicatos para realizarem congressos específicos de mulheres trabalhadoras e criarem departamentos femininos de modo a integrá-las na vida sindical.

A anistia dos trabalhadores

Foi praticamente durante a discussão na sessão plenária da moção sobre a anistia que se pôde perceber que era possível a aprovação de teses importantes no Congresso dos Metalúrgicos, mesmo não se contando uma maioria convicta de delegados. Assim, a argumentação dos representantes das Federações de São Paulo e Minas e dos sindicatos pelegos em defesa da anistia pura e simples ou mesmo restrita, foi esmagada pelas palavras dos sindicalistas autênticos e operários de base, como Efigênia Maria de Oliveira, de Belo Horizonte, que num emocionado discurso relatou o tempo que passou na prisão as torturas que sofreu. Falou sobre tantos outros operários que ainda permanecem nos cárceres do regime. Sua fala conseguiu encher de lágrimas os olhos de quase todo o plenário, ao contar a situação de sua irmã, metalúrgica, ex-secretária do Sindicato de Belo Horizonte e Contagem, que se encontra banida do país. Assim como Efigênia, outros metalúrgicos arrancaram a aprovação de que "ao operário só interessa a Anistia Ampla Geral e Irrestrita".

No dia do encerramento do Congresso, sábado, o tema da anistia causou novamente emoção ao plenário, quando uma senhora idosa se apresentou como mãe do metalúrgico David Gongorra Júnior, pedindo para ler uma carta que seu filho escrevera do presídio político do Barro Branco, em São Paulo, aos congressistas.

David, torneiro mecânico, em 1968 trabalhando em Osasco, foi obrigado a entrar na clandestinidade. E nesta condição ainda continuou na luta até que mais tarde foi forçado a se exilar. Pouco depois retorna ao país indo trabalhar na categoria metalúrgica de Londrina. Preso em 1978 foi condenado a 9 anos de prisão. Eis alguns trechos de sua carta:

"Companheiros: Congratulo-me com as resoluções tomadas em nosso Congresso. Elas atestam o alto nível de unidade que vem alcançando nossa categoria e são a base segura para novas vitórias... Como metalúrgico, confinado nas masmorras da ditadura, a decisão de nosso Congresso, em favor da anistia, mais uma vez reforçou minha inquebrantável fé de que a solução dos principais problemas de nosso povo e de nosso país se encontram nas mãos de nossa classe".

De "aristocracia" à vanguarda de classe

Categoria que mais cresceu nos últimos 25 anos, os metalúrgicos têm sido apontados, pelo governo e pelos patrões, como uma nova aristocracia que surge na classe operária. Ao mesmo tempo têm se revelado o setor mais explosivo e na vanguarda das lutas dos trabalhadores no Brasil, hoje.

Já se falou muito sobre os lucros extraordinários obtidos pela burguesia implantada no país durante os anos "milagrosos" que vão de 1968 a 1973. Mas, agora, as greves operárias começam a mostrar a outra face da moeda que resultou do crescimento econômico desse período: o aumento da força reivindicatória do movimento operário, resultante do seu crescimento numérico e, especialmente, da sua maior concentração em grandes pólos industriais.

Os metalúrgicos despontam como a categoria que mais cresceu nessa expansão do operariado. Com efeito, se o número de empregados nas indústrias de transformação dobrou entre 1960 e 1974, a participação dos trabalhadores das indústrias de metalurgia, mecânica, material elétrico, comunicações e de material de transporte, no conjunto do operariado fabril cresceu de 20% para 34% no mesmo período. O número de trabalhadores metalúrgicos que era de 376 mil em 1960, cresceu para 721 mil em 1970 e em 1974 já atingia a cifra de 1.142 mil. Em relação ao valor da produção, a participação do setor metalúrgico no conjunto da indústria de transformação cresceu de 22% em 1960 para 36% em 1970.

Tem importância também o fato destas indústrias constituírem o setor mais dinâmico e concentrado do capitalismo brasileiro, compreendendo empresas como a Volkswagen (35.028 empregados), Mercedes Benz (14.387 empregados), Ford (10.986 empregados), Fiat (12 mil empregados), Mannesmann (10 mil empregados), etc.

Crescimento numérico e concentração geográfica: maior força e melhores possibilidades de organização. Não é sem explicação, portanto, o papel de ponta que vêm cumprindo os metalúrgicos nesta nova fase de ascenso do movimento sindical brasileiro.

ARISTOCRACIA

Os trabalhadores metalúrgicos recebem, em média, salários 40 por cento superiores aos dos demais operários da indústria de transformação segundo dados do Censo de 1970.

Por serem, em média, melhor remunerados que os trabalhadores de outras categorias e, assumindo a dianteira na luta por melhores salários os metalúrgicos têm sido acusados pelo Governo de constituírem uma aristocracia operária.

Para comprovar a sua acusação, o Governo teria de demonstrar, em primeiro lugar, que os metalúrgicos recebem um salário significativamente superior aos trabalhadores de outras categorias. E, além disso, que essa sua condição privilegiada é estável, possibilitando a formação de uma "casta" especial de trabalhadores.

A menos que faça uso do seu tradicional artifício de manipular dados, o Governo não conseguirá comprovar nenhuma das duas condições. Em primeiro lugar, a faixa de operários que por possuírem elevada qualificação, recebem salários bastante superiores à média dos trabalhadores fabris, é ínfima em relação ao conjunto da categoria metalúrgica. E se considerarmos que a média salarial dos trabalhadores brasileiros é bastante aquém do necessário para o seu sustento, e que, além disso, o ritmo de trabalho nas indústrias metalúrgicas impõe um desgaste maior ao operário, poderemos concluir que os metalúrgicos estão bem longe de constituir uma "aristocracia operária". Quanto à estabilidade, há várias pesquisas como a de John Humphrey publicada em "Cadernos Cebrap-23" demonstrando que a alta rotatividade no emprego prevalece, para a maioria dos metalúrgicos, a qual se enquadra na faixa dos operários semi-qualificados e de baixa qualificação.

OU VANGUARDA?

O "novo sindicalismo" ou o "sindicalismo de ponta", como tem sido chamado a prática sindical dos setores metalúrgicos, guarda características bem próprias em relação ao movimento operário brasileiro das décadas passadas. Entre elas, a prioridade concedida junto à questão salarial, aos problemas ligados à organização do trabalho e à vida interna da fábrica, a ênfase dada ao desenvolvimento de formas de organização de base como as comissões de fábrica e delegado sindical, a defesa da livre negociação e da contratação coletiva do trabalho.

Tudo isso levou alguns a prever que este sindicalismo nascente evoluiria para um "sindicalismo de negócios", isto é, para uma prática sindical do tipo norte-americano, voltada apenas para a obtenção de melhorias econômicas imediatas e "apolítica".

Tal evolução não tem se verificado. Pelo contrário, o que ocorreu é que, esbarrando na intransigência das grandes empresas e na inflexibilidade do regime, a luta sindical dos metalúrgicos, como de resto das outras categorias, tem se politizado continuamente.

Por outro lado, diante dos impasses surgidos no confronto contra os patrões e o Estado, tem crescido nas lideranças autênticas do "sindicalismo de ponta" a percepção da necessidade da unidade do conjunto dos trabalhadores. Talvez seja esta a lição maior do episódio recente, quando os operários do ABC, sem a possibilidade de um apoio mais efetivo das outras categorias, tiveram de optar por um recuo organizado. As propostas de uma campanha nacional por um novo salário-mínimo e da constituição de um Partido dos Trabalhadores que realize no plano político a unidade dos trabalhadores aprovadas no Congresso Metalúrgico de Lins, por exemplo, revelam bem a disposição para a unidade.

E embora, o "sindicalismo de ponta" não tenha ainda constituído uma liderança em relação ao conjunto dos sindicatos, o mais provável é que ele vá consolidando a sua posição de vanguarda do movimento operário brasileiro que está se gestando.

ASSINE EM TEMPO
Pelos telefones:
Em Belo Horizonte 335-7773
Em São Paulo 280-4759 - 853-6680

JOGO DURO NO TAPETÃO DA EUROPA:

Patrões x operários, zero a zero no placar.

Desde 1975/1976 a economia capitalista não dá mostras de sua recuperação a curto prazo, apesar da grande ofensiva da burguesia no sentido de fazer com que os trabalhadores assumam o seu ônus, com o consentimento tácito, na Europa, dos líderes reformistas dos grandes partidos comunistas e socialistas. Depois de um período de hesitação, os trabalhadores articularam sua resposta, conseguindo neutralizar as perdas do período inicial. Mas, se a burguesia não pode impor suas soluções, o proletariado não tem ainda uma direção capaz de impor as suas. A crise continua.

da Intercontinental Press

Em todos os países da Europa capitalista, a burguesia reagiu à recessão generalizada de 74-75 desencadeando uma ofensiva de austeridade contra os trabalhadores. O objetivo principal dessa ofensiva é fazer com que os trabalhadores carreguem o peso da crise e paguem o custo da reestrutração da economia capitalista. As principais vias de ataque burguês são as seguintes

● 1 — Um claro esforço para bloquear qualquer aumento nos salários reais e mesmo para reduzi-los, sob o pretexto de combate à inflação. Considerando-se o rápido aumento de produtividade em muitos dos países imperialistas a brusca freada na subida dos salários reais e até mesmo seu declínio, traduziu-se num aumento considerável da taxa de mais valia. Tudo o mais permanecendo inalterado, isto significa um substancial aumento da taxa de lucro. Esta é a principal meta da austeridade.

● 2 — Um assalto não menos brutal contra os ganhos do movimento dos trabalhadores em termos de seguro social e despesas públicas com serviços sociais. Em todos os países imperialistas, especialmente da Europa, tais benefícios e serviços representam uma parcela importante dos salários dos trabalhadores, no sentido literal da palavra (como "custo de reprodução da força de trabalho.") O termo "salários indiretos" traduz bem este sentido.

Todos os cortes nessas despesas, mesmo quando são empreendidos sob a alegação de reduzir o deficit do orçamento, "melhorar as finanças públicas" ou até mesmo de "combater a inflação" resulta num rebaixamento do padrão de vida da classe trabalhadora como um todo. Isto afeta especialmente certas camadas do proletariado tais como os trabalhadores doentes, os aposentados, os aprendizes e os jovens em geral. Um método eficaz de rebaixamento dos salários indiretos consiste em deslocar parte dos custos do financiamento das despesas sociais dos ombros dos patrões e do Estado para os dos próprios assalariados.

● 3 — Uma redução sistemática do emprego em todos os ramos industriais particularmente afetados pela crise. Isto inclui o fechamento de setores inteiros ou subsetores da indústria (como consequência especialmente dramáticas para as regiões nas quais tais setores se situam).

O aço, a construção civil, o ramo têxtil e de alimentos são exemplos típicos.

A reestruturação capitalista é buscada no sentido de eliminar aquelas empresas que estão trabalhando deficitariamente e ao mesmo tempo elevar a taxa média de lucro. A meta é uma reorientação coordenada das atividades industriais em direção ao mercado mundial, ou seja, a de melhorar a posição competitiva da indústria "nacional" numa situação onde a competição interimperialista foi estimulada pela crise.

Tal reestruturação às custas dos trabalhadores e dos empregos (falências em massa, fechamento de fábricas, suspensão dos contratos, aposentadorias prematuras etc.) é buscada para permitir a cada economia imperialista concentrar-se nas atividades industriais "avançadas" em detrimento dos setores "atrasados". Isto é garantido por uma política de subsídios estatais que beneficiam os setores avançados com recursos retirados da relativa redução em gastos sociais.

● 4 — Uma orientação no sentido de corroer os direitos sindicais e a capacidade do movimento dos trabalhadores em responder vigorosamente à generalizada ofensiva anti-trabalho. Entre tal categoria de medidas situam-se: a extensão dos períodos de contratos para reajustes salariais (Dinamarca), as leis repressivas contra os piquetes de greve (Inglaterra), as primeiras investidas contra o direito de manifestações públicas (França), tentativas para reduzir os direitos dos delegados de fábrica, inclusive o direito de rerecorrer contra os resultados das negociações nacionais considerados desfavoráveis aos trabalhadores em relação a salários e condições de trabalho (Itália, Espanha, Inglaterra e outros).

Essa ofensiva generalizada anti-trabalho assume formas específicas de acordo com o país. Entre os exemplos mais gritantes situa-se a política dos governos de Wilson e de Callaghan para limitar a taxa de crescimento dos salários nominais na Inglaterra, os planos de austeridade do governo de Andreotti na Itália, os sucessivos governos de Portugal e o plano Barre na França.

A capitulação dos líderes reformistas

Surpresos e irritados com a crise econômica e suas consequências, atolados em sua estratégia geral de colaboração de classes, recusando-se a encarar qualquer alternativa global anticapitalista, os líderes reformistas dos partidos Comunistas e Socialistas e das grandes organizações sindicais em geral capitularam diante da grande ofensiva do capital.

Numa série de países, especialmente na Inglaterra, Alemanha Ocidental e Dinamarca, mas também na Bélgica (sob os governos de Tindeman e de Van den Boeynants), Portugal (sob Soares) e Finlândia, assumiram frequentemente o papel de principais articuladores da austeridade. Optaram por "gerir" a crise do capitalismo.

Em outros países, sua posição em favor dos "pactos sociais" deram cobertura às políticas de austeridade desencadeadas pelos partidos burgueses, possibilitando sua implementação, no mínimo, em um primeiro estágio.

Este foi o caso, por exemplo, da política seguida pelo Partido Comunista Italiano (ajudado pelo Partido Socialista Italiano) sob o governo de Andreotti.

Foi o caso também do "Pacto de la Moncloa" na Espanha.

Já o Partido Comunista Francês inúmeras vezes se opôs verbalmente às medidas de austeridade do governo Barre, mas a CGT (central sindical controlada pelos comunistas) assumiu completamente a política de negociação com o governo. O mesmo ocorreu com a CFDT, cujo líder, Edmond Maire faz a política do Partido Socialista Francês.

Os líderes reformistas usaram vários argumentos para justificar sua capitulação à ofensiva anti-trabalho.

Alguns advogam o fatalismo econômico, Numa "economia aberta" (leia-se: dentro da estrutura do mercado mundial capitalista), nenhum governo pode escapar às "regras do jogo", frequentemente impostas pelo Fundo Monetário Internacional (especialmente em Portugal e na Inglaterra, mas também na Itália e Espanha), sem que isso implique numa suspensão dos créditos internacionais, em restrições severas às importações e até mesmo numa total paralisia da vida econômica.

Outros asseveraram que a escolha tinha de ser feita entre uma política de austeridade moderada implementada pelos líderes reformistas e uma política mais severa e agressiva implementada pelos partidos burgueses. E que portanto era necessário escolher a alternativa menos nefasta para os trabalhadores.

Já outros proclamaram cinicamente que a austeridade podia ser usada em benefício do movimento dos trabalhadores, se em troca dos sacrifícios no consumo atual de alguns trabalhadores, o movimento dos trabalhadores conseguisse arrancar importantes concessões da burguesia tais como uma "ampliação da democracia" e das "reformas estruturais". Tais argumentos foram usados de modo especial pelos partidos comunistas espanhol e italiano.

Finalmente alguns argumentavam lutar contra o desemprego.

Um balanço inicial dos primeiros dois anos de austeridade (em geral os anos 1976 e 1977, com importantes variações por país) mostrou o caráter ilusório e mistificador destas justificações.

Os salários reais foram deprimidos, especialmente em Portugal, Inglaterra e na Alemanha. O desemprego aumentou. As famosas "reformas estruturais" não ocorreram. Quanto à ampliação da democracia esta ocorreu apenas na imaginação das lideranças eurocomunistas. Na realidade houve um aumento da repressão (com a única exceção das conquistas democráticas dos trabalhadores na Espanha durante a transição do regime franquista para o governo de Juan Carlos).

A resposta dos trabalhadores

A classe trabalhadora em sua maioria não respondeu prontamente à generalizada ofensiva capitalista. Ela emergia de um prolongado período de relativo "pleno emprego" e de relativa melhoria de seu padrão de vida. A propaganda da burguesia, fortemente reforçada pelas lideranças dos partidos comunistas e socialistas no interior do movimento dos trabalhadores, levava a crer que as coisas continuariam daquele modo por tempo indeterminado. O programa Comum da União da Esquerda na França, por exemplo se baseava na hipótese de uma taxa regular de crescimento da economia de 5% ao ano.

Aqueles que chamavam a atenção para o fato de que as crises sob o regime capitalista são inevitáveis e que uma série de recessões teriam lugar, eram tratados como "dogmáticos" incuráveis que nunca entenderiam as transformações havidas desde a II.ª Guerra Mundial, no funcionamento da economia "mista" (o capitalismo planejado!).

Desta forma, os trabalhadores foram surpreendidos pela crise, desorganizados pelo desemprego crescente e confundidos pelos reformistas especialmente naqueles países onde estes assumiram a liderança da política de austeridade. E' preciso acrescentar que em vários desses países especialmente os do sudeste da Europa (Portugal, Espanha, Itália e França) a virada da situação econômica ocorreu em meio a sérias crises políticas. A situação política impediu que os trabalhadores compreendessem de imediato a necessidade de responder prontamente à ofensiva econômica dos patrões e dos Estados burgueses (o que foi certamente o caso de Portugal em 1976 e da França em 1977).

Em certos países a burguesia iniciou ainda uma política de desemprego parcial que acabou dividindo os trabalhadores. Quando os capitalistas são compelidos por sua necessidade de reestruturar a economia a iniciar falências em massa e fechamento de fábricas, isso ajuda objetivamente a pavimentar o caminho para uma resposta unitária da classe trabalhadora. Foi o que aconteceu em seguida.

Depois de um período de hesitação, uma amostra da extensão da resposta dos trabalhadores começou a emergir, especialmente durante 1978 e o começo de 1979 (mais uma vez com diferenças importantes país por país). Em geral tal resposta assumiu três formas:

● 1 — Lutas salariais voltadas para ultrapassar os limites impostos para o crescimento dos salários nominais. Tal lutas foram favorecidas pelas condições de uma moderada recuperação econômica em certo número de países imperialistas e pelo espetacular ascenso dos lucros capitalistas. Elas foram levadas com sucesso na Alemanha Ocidental e na Inglaterra e em menor extensão na Espanha e na Irlanda.

2 ● Pressões consideráveis no interior do movimento dos trabalhadores para por fim à política dos "pactos sociais" que a austeridade pressupunha. Foram tais pressões que levaram à vitória na Espanha, onde o "Pacto de la Moncloa" não foi revivido. Assumiram uma proporção importante na Itália. Na Dinamarca resultou numa greve geral em 1978.

● 3 — Lutas parciais, mas muito explosivas, contra falências e fechamentos de fábrica. A luta dos trabalhadores da siderurgia no Norte da França é um exemplo típico.

Se tomamos os três primeiros anos da ofensiva da política de austeridade, concluimos que, com exceção de Portugal, os ganhos da burguesia foram bem modestos. Numa série de países, a resposta dos trabalhadores neutralizou completamente a perda nos salários reais. A atividade sindical permaneceu bastante elevada. A possibilidade de impor ao movimento dos trabalhadores uma camisa de força de regras restritivas é atualmente quase nula.

A burguesia não pode impor suas soluções e o proletariado não tem ainda uma direção capaz de impor as suas. A crise deverá então se prolongar, marcada por reviravoltas abruptas.

Nenhuma alteração importante da correlação de forças entre as classes teve lugar, a despeito do sucesso da burguesia em manter uma elevada taxa de desemprego (aproximadamente 8 milhões de trabalhadores em toda a Europa).

A razão para isso reside em que o desemprego ainda não atingiu os contingentes de maior peso do movimento organizado dos trabalhadores (com exceção da siderurgia). Seus efeitos foram concentrados nos setores mais fracos e vulneráveis da classe trabalhadora — os imigrantes, as mulheres e os jovens.

Não obstante precisamente porque esses estratos são menos organizados do que os demais (o que em parte explica sua vulnerabilidade), os golpes que eles tem sofrido ainda não esmoreceram o potencial de combatividade do movimento organizado. Mas fica claro que, a longo prazo, essa evolução traz o germe da divisão e outros perigos para a classe trabalhadora, se o movimento dos trabalhadores organizados falhar na defesa intransigente dos estratos mais fracos da classe.

Os perigos de um somozismo sem Somoza

A Frente Sandinista controla a maior parte do país e as principais cidades na mais enérgica ofensiva guerrilheira contra a ditadura de Somoza. Mas, a vitória militar só não basta para garantir a formação de um regime democrático no país. Os Estados Unidos estão aproveitando a confusão da guerra civil para articularem um governo de "oposição moderada", na Nicarágua, reunindo os despojos do somozismo. Assim, a Frente terá que usar no plano político da mesma força que mostrou no terreno militar para consolidar sua própria altenativa de Poder.

por Vilma Amaro

Uma decisiva e coordenada ofensiva dos três setores que integram a Frente Sandinista de Libertação, o apoio das organizações de massa que congregam operários e camponeses no país e, possivelmente, um erro de cálculo dos Estados Unidos que esperavam elaborar um plano alternativo para a queda de Somoza somente no final do ano (sem prever a força da atual ação guerrilheira), estão levando a Nicarágua rumo a uma nova etapa histórica.

O ditador Anástacio Somoza, duro na queda, chegou a admitir, no entanto, que os sandinistas estão bem armados, bem treinados e abastecidos, o que equivale na prática a uma confissão de derrota. Nos últimos dias os guerrilheiros conquistaram 29 cidades, incluindo León, a segunda cidade do país, e levaram os combates até à capital, Manágua.

Somoza, refugiado em uma fortaleza, dentro do quartel-general da Guarda Nacional, acusa de intervenção a Costa Rica (que não possui exército, apenas uma Guarda Civil), o Panamá ("Torrijos me odeia pessoalmente") e a Venezuela, cujo presidente democrata-cristão Herrera Campins foi acusado de "ingênuo esquerdista", pelo ditador nicaraguense e Cuba. Ao mesmo tempo que vocifera contra seus vizinhos, Somoza pede a intervenção do Condeca — Conselho de Defesa Centro-Americano — para salvar o governo que qualifica como "o único regime capitalista do Caribe". Em Washington, alguns porta-vozes de Jimmy Carter levantam a hipótese de intervenção, mas não se arriscam a maiores vôos, porque o desmoralizado governo de Somoza não encontra parceiros dispostos a uma nova aventura da região (aliás o México deu o primeiro passo no sentido de isolar o ditador, ao romper suas relações com a Nicarágua no início da atual ofensiva sandinista).

No sul do continente, a preocupação é com os ataques de Somoza ao governo de Rodrigo Carazo, na Costa Rica, e uma possível extensão dos conflitos àquele país, enquanto o Brasil apareceu repentinamente em cena como fornecedor de armas ao ditador (já que os Estados Unidos cortaram "formalmente" sua ajuda à Nicarágua).

AS ALTERNATIVAS DE PODER

A maior preocupação dos Estados Unidos atualmente é descobrir uma fórmula mágica capaz de fazer surgir às pressas um comitê governante, da "oposição moderada" em substituição ao regime de Somoza, uma vez que fracassaram todas as tentativas para uma queda lenta e gradual da ditadura, inclusive o plebiscito proposto pela OEA, mas são muito favoráveis, uma vez que a Nicarágua não possui uma burguesia forte, que possa se constituir como classe hegemônica em uma nova estrutura de poder na Nicarágua. O início do desenvolvimento industrial na Nicarágua é recente — menos de 20 anos e limitado — e, de fato, quem controla a economia do país é o clã Somoza (cerca de 26 importantes companhias nicaraguenses são de sua propriedade, assim como um sexto das terras do país e 30 por cento dos latifúndios produtivos). Além disso, o setor burguês está dividido e as várias correntes de opinião que compõem a Frente Ampla de Oposição, a frente moderada criada o ano passado para combater o regime de Somoza, são uma prova da falta de um projeto sólido para a constituição de um novo regime, que prepetue por outras vias, o mesmo sistema de exploração.

Além disso, a Frente Sandinista de Libertação tem manifestado com firmeza sua decisão de não permitir um somozismo sem Somoza, o que significaria a continuação da luta armada.

OS SANDINISTAS

A reunião dos três setores da Frente Sandinista (os terceiristas que defendem uma aliança maior com os setores burgueses), a Tendência Guerra Popular Prolongada e a tendência proletária), e mais o apoio da Associação dos Trabalhadores do Campo, das organizações de mulheres foi importante para a consolidação de uma frente revolucionária de oposição a Somoza — o MUP — Movimento Povo Unido, com alguns meses de existência. O MUP seria o braço político da Frente Sandinista de Libertação que, no entanto, compreende a necessidade de manter-se organizada de forma independente dentro da agrupação. Recentemente o MUP fez um apelo a outros setores — incluindo a burguesia — o que alvoroçou os setores moderados de oposição para unir-se à Frente Patriótica, pela derrubada da ditadura no país.

O rápido desenrolar da ação armada no país e a ofensiva contra Somoza não permitiram vislumbrar uma correlação de forças dentro dessa Frente. No entanto, os setores mais avançados, inclusive o poeta Ernesto Cardenal, porta-voz dos guerrilheiros (atualmente na Costa Rica), reitera que qualquer mudança de regime no país tem que ser operada sob controle dos sandinistas, que foram os que puseram em xeque a ditadura.

Quanto ao futuro governo, apenas um ponto está claro: a expropriação dos bens de Somoza. Talvez subestimando a própria força, os guerrilheiros acreditavam ainda não estar preparados para levar o país diretamente ao socialismo, e uma forma de transição "democrática" surgia como alternativa entre alguns líderes. Evidentemente, a situação nos últimos dias mudou repentinamente seu curso e a Frente Sandinista, além do controle militar da guerra civil, é a única organização que tem o absoluto respeito das massas. E estas, que engrossaram substancialmente, nas últimas semanas, as filas da Organização, terão um peso decisivo na reformulação do projeto político sandinista.

Trata-se de afastar do Caribe a imagem de uma nova Espanha (agora até almejada pelos Estados Unidos), para construir uma Nicarágua socialista.

ANASTASIO SOMOZA

MINAS GERAIS

Greve na Fiat e FMB: só com os depósitos vazios

Em Betim os patrões da Fiat e da FMB querem que os operários façam greve, já. Estão com os estoques atolados e preparados para decretarem o lock-out patronal. Atrás disso viria a repressão, o desemprego e a desmoralização da classe operária. Os operários descobrem a manobra. Começa a luta pela conquista da unidade operária na fábrica e no sindicato: as mangas já estão arregaçadas para a operação tartaruga. Até setembro, época do dissídio da categoria, os operários querem a sindicalização em massa, a conquista do poder no sindicato pelas assembléias e depósitos das fábricas vazios. Aí poderá sair greve.

Por: **João Batista dos Mares Guia**

Em Contagem e Belo Horizonte, a campanha salarial antecipada dos Metalúrgicos da Belgo Mineira começou com 300 operários reunidos no sindicato. Alguns dias depois, uma assembléia de 1.800 trabalhadores da Belgo encerrava a campanha cantando vitória. Tinham arrancado da empresa um aumento salarial não descontável na época do dissídio, marcado para 1.o de setembro próximo. A trilha da Belgo foi o caminho da Mannesmann. No início de maio, 70 operários da companhia alemã, na qual trabalham 10.500 homens na produção de aço, se reuniram no sindicato para organizarem a luta pelo reajuste salarial antecipado. No dia 23 de maio, quarta-feira, às 22:00 horas, a Mannesmann parou, e permaneceu sem produção durante 8 dias. A greve terminou com os operários arrancando da companhia um reajuste de 20% para a maioria dos operários da Mannesmann, e de 15% e 10%, respectivamente, para aqueles que tinham salários mais elevados.

A estratégia de luta baseada na antecipação das campanhas salariais se alastrou, desde então, pelo BBC, como passou a ser chamada a região industrial formada pelos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Betim. Neste último, nas fábricas, corre solto o "zum-zum" da greve. No dia 3 de junho passado, 120 operários da Fiat, Krupp e FMB, reunidos da igreja de São Francisco de Assis, em Betim, abriram a campanha salarial antecipada. Na reunião ficou clara uma grande preocupação dos operários, expressa na denúncia do operário Enilton, dispensado da Fiat durante a greve de setembro de 1978: "Os companheiros nas fábricas querem greve. Qual o melhor momento de nossa greve? Os patrões estão acumulando estoque. Eles querem a greve agora. Tiveram problema de abastecimento de chapa de aço, por causa das enchentes, e de auto-peças, por causa das greves do ABC paulista. Eles estão preparados para enfrentar a greve operária. E nós? Não temos organização suficiente e o sindicato tem sido incapaz de levar nossa luta. Mas o sindicato é a massa. Temos que organizar todos os companheiros evitar a greve que os patrões querem para o dia 11, e preparar a nossa, depois de esgotados os estoques dos patrões".

Em Betim trabalham 16 mil metalúrgicos em 25 fábricas. A Fiat tem 10 mil operários, a FMB em torno de 1.800 e a Krupp ao redor de 700. São as maiores. Fica a pergunta: o que acontece nas fábricas, a partir de uma assembléia operária que reune 120 trabalhadores, correspondendo a menos de 1 por cento do total da categoria, na qual é tomada uma decisão sobre greve? Como é possível, a partir de 120 operários, a organização de uma greve total, como aconteceu na Mannesmann, por exemplo? O que passa pela cabeça dos operários? Com o objetivo de esclarecer estas questões, o EM TEMPO partiu para as portarias da Fiat e da FMB. Fizemos entrevistas relâmpago nas saídas de fábrica, e papos mais longos em boteco e na casa de um operário, que reuniu um grupo de companheiros. O que a seguir se lê é a transcrição literal dessas conversas entre operários, feitas um dia depois da assembléia que abriu a campanha salarial.

A greve pode voltar à Fiat

Fiat, dia 4, 14 horas

(os operários utilizam pseudônimos)

JONAS — Cara, dirigindo-se a Manoel, você que vai sempre ao sindicato, o que aconteceu ontem, vai ter aumento?

MANOEL — Não deu p'rá decidir nada. Cem operários numa assembléia não têm força para decidir por uma classe inteira. Por que você não foi?

JONAS — Não adianta, eu não acredito no sindicato. Lembra da greve do ano passado? Nós fizemos tudo e o sindicato tirou o corpo fora.

TONINHO — Você tá certo. A diretoria não bateu. Mas também nós chegamos lá só na última hora.

MANOEL — O sindicato só faz o que a gente quer, nós não soubemos exigir da diretoria. Também nós não estávamos preparados para isso, por isso o sindicato falhou.

TONINHO — Mas o sindicato tá lá p'rá defender o interesse da classe. Por que ele não insistiu mais quando as fábricas estavam paradas?

PEDRO — Eu já tenho a carteira do sindicato. Quando preciso de dentista para a mulher e os meninos, é muito fácil. P'rá outra coisa ele não presta.

MIRANDA — Você viu lá, né, falando para o repórter, a gente conversou sobre aumento de salário; a necessidade de trabalhar só 40 horas por semana, como é na Itália, para não morrer neste inferno aqui; o abono de 240 horas após as férias, e outras coisas. Mas tinha pouca gente.

PAULO — Eu não fui porque não gosto deste sindicato. Acho que o presidente não vale nada. Eu moro em Betim e conheço aquele cara faz muitos anos. Antes de ser presidente não tinha nada. Agora ele tem uma casa nova, tem carro, tem uma discoteca em Betim, empregou a família toda no sindicato...

MIRANDA — Eu vou às assembléias. Infelizmente o que se sabe deste sindicato é só coisa ruim. E se a gente deixa de participar, vocês acham que as coisas vão melhorar?

SILVA — É bom participar, mas não sei se vai adiantar muito.

MIRANDA — Eu não quero desculpar o presidente, mas acho que nós também temos a nossa culpa, muitos de nós somos mesmo moles: só gostam de entrar na coisa quando tudo vai bem. Não é o caso agora de participar do sindicato e obrigar o presidente a fazer por nossos interesses ou para tira-lo de lá?

PAULO — Mas isso é difícil e perigoso, sei que tem gente dedurando lá dentro.

MIRANDA — De fato é isso aí. Mas você já analisou por que? Se em todas as assembléias participarem 1.000 metalúrgicos será que haveria possibilidade de dedurar? Vai pouca gente, é fácil dedurar. No final da conta a culpa ainda é de nossa parte.

PAULO — Você não me convence. Com esse presidente mesmo não tem jeito. Sabe, você deve saber quando o Lula veio aqui, ele falou que ia ao encontro, e depois não apareceu. E vou te contar mais: no 1.o de Maio ele não estava com a gente na praça, mas estava pescando com o carro do sindicato.

MIRANDA — Não concordo também. Enquanto a gente fica pensando que sindicato é presidente a coisa nunca vai mudar. O sindicato somos nós.

SILVA — Eu me pergunto: como foi que no ano passado fizemos greve?

DIRCEU — Eu sei porque. Eu participei de duas assembléias. Na primeira éramos 1.000 metalúrgicos e na segunda 4.000 — Ai a greve tinha força mesmo.

Portaria da FMB. Estação do trem

Momentos depois, do outro lado da avenida Amazonas, começa a sair a turma da FMB. Os ônibus estão encostados em frente à portaria principal. Atrás da fábrica fica a saída que dá direto na estação. A conversa com os operários se desenrola dentro do trem, rumo à BH.

Manoel — Você acha que o sindicato é só prá isso? Olha, você está vendo no ABC, na assembléia havia 80 mil metalúrgicos decidindo o que queriam. E' assim que a gente ganha. Boa ou ruim a diretoria, se nós tivermos unidos e com grande participação nas assembléias nós conquistaremos nossos direitos.

Toninho — Eu penso o seguinte: quem conhece mesmo todos os problemas somos nós. Então, nas assembléias temos que exigir soluções. A diretoria depois deve cumprir nossas decisões, ela é simples porta-voz da classe. Por isso existe a assembléia onde as decisões da maioria devem ser cumpridas.

Manoel — Na assembléia ficou combinado que cada um ali tinha que levar mais dez na próxima e que logo nós vamos precisar da praça de Betim para fazer assembléia, que no cinema não vai caber. E' prá isso que nós temos que trabalhar.

(A conversa é rápida. Fica combinado: à noite o papo continua na casa do Toninho, às 19:30).

Na casa do operário Toninho

D. Maria (a mãe) — O cafezinho tá quase pronto. Mas é fraco, hoje em dia não dá nem prá tomar um café direito. Tudo é tão caro!

José Carlos — A vida é dura mesmo. Na semana passada fiz 10 horas extra.

Manoel — Você vai virar carcaça com essas horas extra.

José Carlos — Mas sem elas não dá mesmo. Só com elas eu pago o aluguel, e o resto fica para comida e outras despesas de casa.

D. Maria — Mas eu, vejo que você está sempre mais acabado.

Manoel — E isso não tem solução, não Zé?

José Carlos — Já sei, você quer falar de união de sindicato...

D. Maria — Não entendo de sindicato, só tenho certeza que você vai só piorando. Se vocês homens fossem um pouco mais unidos e tivessem um pouco mais de peito...

Manoel — Sindicato é isso mesmo D. Maria: homens unidos com cabeça e peito.

D. Maria — Mas nesse negócio de greve, da Mannesmann, pararam as professoras, que não dão aulas, o sindicato tem alguma coisa com essas greves?

Toninho — Na maior parte das vezes as diretorias dos sindicatos querem ganhar só o deles e não ter nada de brigar. Sindicato é feito para unir a gente na briga pelos nossos direitos. Os professores derrubaram os pelegos lá do sindicato deles.

José Carlos — E o nosso sindicato lá de Betim, como é?

Manoel — Olha, nós metalúrgicos de Betim somos bastante unidos. A diretoria do sindicato não quer nada. Eu acho que só precisamos unir mais.

Fred — Permite eu explicar melhor. A gente precisa que muitos mais companheiros entrem na luta agora. Todo mundo deveria se sindicalizar, participar das assembléias. Daqui há um ano teremos eleições no sindicato para colocar uma nova diretoria, e aí podemos colocar gente das nossas fábricas.

Beto — Mas pião não presta para sindicato, presidente de sindicato para prestar só pode ser advogado.

Toninho — Isso é uma bobagem, doutor nunca poderia ajudar a gente. Lula por exemplo, é um torneiro, por isso representou bem a vontade dos operários do ABC.

D. Maria — To de acordo com você. Meu marido lutou muito nessas greves aí, fazem muitos anos. Me explique uma coisa: para votar no presidente não é todo operário que vota?

Manoel — Não. Só os sindicalizados, quem tem carteira do sindicato, e que faça parte do sindicato pelo menos 6 meses antes das eleições. Por exemplo: para participar das eleições do ano que vem o pessoal deveria se sindicalizar agora.

Paulo — O salário já não dá e pagar ainda uma taxa para o sindicato...

Fred — E' uma mixaria. Depois, é dinheiro que vai ser bem retribuido. Não é fazendo hora **extra** igual o Zé Carlos que resolvemos nossa situação, mas unidos, com o sindicato na nossa mão.

Beto — Quer dizer que a peãozada vai p'ro sindicato? E'... **Pode** até ser. Até já quis me sindicalizar. (Rindo muito). Vou tomar umas pingas a menos e se o pessoal entrar p'ro sindicato eu entro também. Mas botar isso na cabeça da peãozada não vai ser mole não.

Hora-extra é arma dos patrões

Esta intenção governamental foi explicitada em medidas concretas no que ficou connecido como "Saco Agrícola" de 23 de maio. Suas medidas mais importantes foram: a liberação do pagamento do redesconto de liquidez pelo Banco do Brasil no caso de excesso de aplicações em custeio agrícola e a desvinculação de créditos de custeio agrícola dos preços mínimos. Além disso, o CMN decidiu eliminar o fator "capacidade de endividamento" como um dos parâmetros para classificação dos beneficiários do crédito rural e estabelecer novo método de enquadramento, calculado em função do valor bruto da produção de cada unidade agrícola. Agregue-se a essas medidas, o aumento progressivo das taxas de juros cobradas sobre os créditos para investimentos dos produtores. A diferenciação das taxas de juros, que variam de 13% a 30%, estabelece 11 faixas para o crédito de investimento e "foi fixada para possibilitar maior capitalização do setor agrícola, evitando-se o desvio de recursos dos produtores para o "open market", aproveitando-se dos juros subsidiados vigentes até agora". No entanto, enquanto permanecer a taxa de captação do crédito agrícola abaixo da taxa de aplicação no mercado financeiro, sem fiscalização, permanece o risco do desvio.

"QUEREMOS UMA CLASSE MÉDIA RURAL"

Conforme pode-se observar pelos objetivos mais enfatizados, o governo trata o problema da agricultura como uma questão creditícia e fiscal e não como da propriedade da terra. Nas palavras de Delfim: "o problema agrícola está basicamente ligado à possibilidade de ampliarmos a produção (...) representando a expansão do setor de proprietários somente uma estabilidade adicional àqueles que ainda não possuem terras".

Numa estrutura fundiária extremamente concentrada como a do Brasil (pelo Censo Agropecuário de 1970, os estabelecimentos de menos de 10 ha correspondem a 3% da área utilizada e 51% do total de estabelecimentos, enquanto os de mais de 100 ha correspondem, respectivamente, a 76% e 9%) e na qual os pequenos e médios produtores — estabelecimentos até 50 ha — respondem por 50% da produção total para mercado interno, qualquer resolução do problema da produção agropecuária deveria passar pela revisão da estrutura fundiária. No entanto, tal distorção não foi enfrentada pelo "pacote agrícola", restringindo o governo a uma mera promessa de futura "reforma tributária" (sic), afetando principalmente o Imposto Territorial Rural.

O primeiro grupo de medidas refere-se à "garantia de níveis de vida mínimo aos pequenos e mini-produtores": permissão de retenção de até 30% da produção para alimentação da família; inclusão nas indenizações do Proagro os juros de forma a desonerar o lavrador desse desembolso. Tais medidas podem aumentar a quantidade de alimentos destinada ao auto-consumo e, em caso de frustração da safra desonerar o produtor dos prejuízos financeiros decorrentes da mesma. Por outro lado, o decreto que desobriga os produtores a apresentarem comprovante de quitação com o Funrural para a obtenção de crédito, beneficia-os em detrimento dos trabalhadores rurais.

Mas não são esses os pontos fundamentais do discurso.

Estes estariam num segundo elenco de medidas, referentes a custeio e crédito agrícola.

Na verdade, a ampliação das disponibilidades financeiras do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) e o repasse de fundos governamentais às cooperativas, para que essas comprem, antecipadamente, as safras dos "mini" e pequenos produtores, aumentam os recursos do setor cooperativista, obrigando, de certa forma à filiação dos produtores independentes.

A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE

Por outro lado, considerar o financiamento de custeio como extra-limite no Orçamento Monetário desvinculando-o dos preços mínimos, e diferenciar as taxas de juros de acordo com o aporte de capital do produtor no projeto, são medidas que favorecem mais ao grande proprietário. Com a desvinculação entre os valores de financiamento de custeio e os preços mínimos, o governo pode financiar até a totalidade do exato valor de custeio. Como os maiores volumes de financiamento de custeio, são demandados por aqueles estabelecimentos cujo volume de produção é mais elevado, provavelmente o crédito rural sem limites orçamentários, não beneficiará tanto os pequenos produtores como prega a retórica governamental.

Quanto à diferenciação da taxa de juros cobrada aos financiamentos de projetos agrícolas, segundo a participação de capital do interessado, obviamente privilegiará aqueles que possuem a contrapartida de recursos financeiros próprios. Com isso o pequeno proprietário não participará desses financiamentos, pois a única garantia que ele pode apresentar é sua terra.

A instituição do crédito rural rotativo, a elevação de 10% para 25% das aplicações dos bancos em crédito rural, especificamente para atender pequenos produtores, e a permissão para que os bancos aceitem realizar contratos individuais de crédito, na realidade são medidas que aumentam o raio de ação do capital financeiro do que propriamente modificam a situação do pequeno produtor. Garante-se no máximo sua subsistência enquanto tal.

Aliás, não é outra a intenção política do "saco agrícola": consolidar a base de apoio social ao regime, através da garantia da reprodução de pequenos produtores rurais, capazes de servir de respaldo ao partido do governo, e abrir uma "fronteira agrícola" para expansão do capital mercantil-financeiro.

Greve dos professores

Francelino não consegue mais reprimir

Enquanto o governador Francelino Pereira resolve bater pé e manter intransigentemente sua proposta de fome, os professores da rede estadual em Minas Gerais prosseguem com sua greve: são mais de 90 mil. EM TEMPO entrevista três representantes do Comando Geral de Greve, que fazem um balanço

Após quatro reuniões, o governador Francelino "Pauleira" fechou as portas das negociações com o Comando Geral da Greve, mantendo a sua proposta inicial de aumento de 40 por cento a partir de maio e 45 por cento em outubro. No último sábado, em assembléia geral, mais de 5 mil professores reafirmavam em coro o repúdio à proposta de Francelino: "O QUEBRADO JÁ SAIU/SÓ FALTA OS 8 MIL". Ao final, uma estrondosa passeata percorreu as principais ruas do Centro de Belo Horizonte.

E a greve continuou, mais forte do que nunca. Agora já são mais de 90 mil professores em greve, o número sempre crescente. As cidades onde os professores estão parados se eleva a mais de 400. Em Juiz de Fora, Uberlândia, Araguari, Ouro Preto e Governador Valadares, os professores tomaram as ruas em manifestações e passeatas. Em Belo Horizonte, onde todas as escolas estão paradas, a greve não tendo mais por onde se alastrar começa a dominar também as delegacias regionais de ensino.

Nesta última quarta-feira, nova assembléia geral foi realizada pelos professores. Enquanto aguardam em vigília na Praça da Liberdade, representantes de mais de cem cidades do Estado foram a Brasília para levar suas reivindicações ao General Figueiredo.

Em Tempo entrevistou os professores Carceroni, Márcia e Júlio, do Comando Geral da Greve. Aqui, eles avaliam o ânimo do professorado, o impasse criado pelo governo e as perspectivas de organizações do movimento.

EM TEMPO — **A greve se aproxima do seu primeiro mês de duração. Como vocês vêem o estado de ânimo do professorado e as possibilidades de vitória do movimento?**

CGG — Eu vou tratar do segundo assunto primeiro. A gente já tem algumas vitórias e não são pequenas. Acho que o saldo organizativo que se tem é definitivo. professor sentiu que se ele se organizar terá vez, poderá ser escutado até a nível nacional. E, mesmo considerando do ponto de vista das reivindicações propriamente ditas, já se tem algo de concreto. Nós podemos dizer que agilizamos a máquina do Estado e forçamos esta máquina a nos ouvir. Tanto que o Estado tinha como previsão um aumento de 28 por cento a partir de outubro e sabemos se o governo já concordou pelo menos a dar 83 por cento. Na semana passada, o próprio governo Federal baixou decreto que permite a utilização dos recursos do fundo de participação dos municípios para o pagamento do funcionalismo. Mas a nossa luta é por definir uma questão profissional. Quando nós reivindicamos um piso salarial, nós estamos forçando uma reopção política da Nação diante do professor. Quando ao ânimo do professor, o que se pode dizer é que a greve está crescendo até hoje, quando atingimos quase um mês de paralisação e estamos paralisando até órgãos de administração da educação. É preciso dizer também que o Governo não está sendo capaz de cumprir as ameaças que está fazendo. Durante toda a semana passada, o Governo anunciou que seriam iniciadas as punições administrativas e temos certeza que o Governo é incapaz política e administrativamente de punir o professorado grevista.

EM TEMPO — **O Governo assumiu a posição de fechar as negociações sem avançar o mínimo em suas propostas salariais. Além da não disponibilidade de recursos, ele alega que é impossível recuperar uma situação que resultou de 14 anos de descaso. O que o CGG tem a declarar sobre isso?**

CGG — Nós não estamos reivindicando que o governo reponha imediatamente o poder aquisitivo de nosso salário. Longe disso. Nós somos extremamente modestos, nós queremos apenas sobreviver. E não temos ilusões de que ao longo dos próximos anos teremos de continuar lutando para que a prioridade seja dada a educação. O professorado entende que o governo tem dinheiro, mas o aplica mal, aplicando-o em mordomias e para privilegiar setores econômicos e financeiros minoritários.

EM TEMPO — **Que avanços organizativos o CGG julga possível consolidar e quais os passos que estão previstos neste sentido?**

CGG — Algumas entidades que se colocaram contra a greve foram estraçalhadas pelo movimento, como a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais e a Associados pos Professores licenciados do Estado de Minas Gerais. Ao lado disso, outras entidades como as associações de professores de Poços de Caldas, de Divinópolis, do Norte de Minas tiveram sua representatividade enormemente aumentada durante a greve. Por exemplo, a associação de Passos, cidade do sul de Minas, que tinha 40 associados viu o seu número de filiados crescer para 800 no momento em que ela assume a paralisação. Além disso, temos notado que há um movimento natural no seio do professorado no sentido de se organizar em torno de entidades englobando micro-regiões. Agora, a grande questão é como viabilizar uma forma organizativa capaz de unificar o conjunto do professorado do Estado. O que tem se cogitado com certa intensidade é de realizar a curto prazo tão logo as condições permitam, um Congresso dos Educadores Mineiros para definir quais rumos devemos tomar. Existem já diversas propostas: a de criar uma única associação dos professores de todo o Estado, a de criação de associações nos principais centros e de uma federaão das associações, a de criação de uma federação que se apoiasse em subsedes com um determinado grau de autonomia. Outro caminho seria o de formar uma chapa de oposição à Associação dos Professores Primários de Minas Gerais, mas este caminho tem sido extremamente dificultado pelos próprios entraves do estatuto dessa entidade. Porém, o fundamental é que se garanta a democracia e a livre organizaão da participação ao professorado.